

AS IGREJAS EVANGÉLICAS NA DITADURA MILITAR

DOS ABUSOS DO PODER À
RESISTÊNCIA CRISTÃ

Anivaldo Padilha

Jorge Atílio Iulianelli

(in memoriam)

Luci Buff

Magali Cunha

AS IGREJAS EVANGÉLICAS NA DITADURA MILITAR

COLETIVO MEMÓRIA E UTOPIA

Claudio Ribeiro
Leonardo Viana
Magali Cunha
Márcia Evangelista
Márcia Santos
Mônica Souza
Nalu Rosa
Roberto Pimenta
Rosemere Rodrigues
Vera Lunardi

EDITORAÇÃO

Claudio Ribeiro
Magali Cunha
Mônica Souza
Paulo Roberto Salles Garcia (1ª revisão)

APOIO

Coordenadoria Ecumênica de Serviço
(CESE)
Instituto Vladimir Herzog
KOINONIA - Presença Ecumênica e
Serviço

EXPEDIENTE INSTITUTO VLADIMIR HERZOG

PRESIDENTE

Clarice Herzog

DIRETOR EXECUTIVO

Rogério Sottili

GERENTE DE PROJETOS ESPECIAIS

Ana Rosa Abreu

COORDENADORA ADMINISTRATIVO-

FINANCEIRO

Maria Cristina Prince Berger

COORDENADORA DA COMUNICAÇÃO

Raquel Melo

**COORDENADOR DE EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS**

Hamilton Harley

**COORDENADOR DE JORNALISMO E
LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

Giuliano Galli

**COORDENADORA DE MEMÓRIA, VERDADE
E JUSTIÇA**

Gabrielle Abreu

Alan Brum

Andreza Ruiz Moreno Alves

Crislei Custódio

Débora Rocha

Diego Santos

Franklin Ferreira

Gabriela Costa

Gabriela Teixeira

Geovana Cunha

Isabela Alves

José Vicente de Oliveira Kaspreski

Lucas Barbosa

Luisa Braga Souza

Luiza Souto

Mayara de Lara

Neide Nogueira

Pedro Oliveira

Rafael Schincariol

Renata Aquino

Tatiana Rocha Pires

Thayná Oliveira de Andrade

AS IGREJAS EVANGÉLICAS NA DITADURA MILITAR:

Dos abusos do poder à resistência cristã

Anivaldo Padilha
Jorge Atílio Iulianelli
(*in memoriam*)
Luci Buff
Magali Cunha



Copyright © 2022 Anivaldo Padilha, Jorge Aúlio Iulianelli, Luci Buff e Magali Cunha

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Edição: Haroldo Ceravolo Sereza e Joana Monteleone

Projeto gráfico, diagramação e capa: Ana Júlia Ribeiro

Assistente acadêmica: Tamara Santos

Revisão: Alexandra Colontini

Imagens da capa: Flaticon

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

I27

As igrejas evangélicas na ditadura militar : dos abusos do poder à resistência cristã / Anivaldo Padilha ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Alameda, 2022.
230 p. ; 21 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5966-127-5

1. Igrejas protestantes - História - Brasil. 2. Ditadura - História - Brasil. 3. Cristianismo e política - História - Brasil. I. Padilha, Anivaldo. II. Título.

22-79915

CDD: 261.70981
CDU: 2-67:279.123

ALAMEDA CASA EDITORIAL

Rua 13 de Maio, 353 – Bela Vista

CEP 01327-000 – São Paulo, SP

Tel. (11) 3012-2403

www.alamedaeditorial.com.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
<i>Gabrielle Abreu</i>	
INTRODUÇÃO	13
A MEMÓRIA DO ALINHAMENTO DE EVANGÉLICOS À DITADURA MILITAR	23
Características das relações entre protestantes e a esfera pública no período pré-golpe até 1964	24
As transformações nas relações entre igreja e esfera pública período pré-golpe de 1964: o papel do movimento ecumênico	26
O papel ativo da Confederação Evangélica do Brasil (CEB)	28
Os movimentos de juventude protestante	35
Os protestantes diante do golpe de 1964	37
Apoio imediato	38
Apoio com cautela	47
O APROFUNDAMENTO DA COLABORAÇÃO DE EVANGÉLICOS COM A DITADURA MILITAR	51
Inserção protestante nos quadros do regime militar	65
Cargos públicos	66
Militares e civis colaboradores de órgãos da repressão	68
O caso do coronel do Exército Carlos Alberto Brillhante Ustra	71
Participação em cursos da Escola Superior de Guerra (ESG)	72
Propaganda do governo militar no programa batista “Reencontro”	74
Delações às autoridades militares	75
Expurgos internos	81
Demissões na Confederação Evangélica do Brasil e	82

afastamentos de funções eclesiásticas	
Expulsões, demissões e fechamento dos seminários teológicos	90
Intervenção e perseguições no Instituto Metodista Bennett	97
A Universidade Mackenzie a serviço da ditadura	103
Exclusões de leigos e pastores	105
PERSEGUIÇÃO DO ESTADO A EVANGÉLICOS E RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR	125
Aspectos gerais da perseguição estatal	125
Perseguição à Confederação Evangélica do Brasil e ao movimento ecumênico	128
Infiltração em cultos e eventos para vigilâncias e denúncias	132
Expulsão de missionários	133
A resistência de evangélicos à ditadura militar	134
Resistência interna	135
O Centro Ecumênico de Informação (CEI)	135
O Clamor	144
Resistência externa	145
O projeto Brasil: Nunca Mais	153
VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS CONTRA EVANGÉLICOS NA DITADURA MILITAR	155
Detenções arbitrárias e tortura	155
Prisão e tortura de metodistas	155
Prisão e tortura de presbiterianos	173
Prisão e tortura de líder camponês pentecostal	185
Mortes e desaparecimentos	187
Os irmãos Carvalho	188
Heleny Telles Ferreira Guariba	191
Ivan Mota Dias	192
Juarez Guimarães de Brito	194
Paulo Stuart Wright	196
Expulsões e exílio	199
Expulsões de missionários	199
O caso Frederick Birten Morris	199

A prisão	200
O processo de expulsão	207
O caso Brady Tyson	211
Expulsões e autoexílios (fuga)	213
INDICAÇÕES CONCLUSIVAS	214
GLOSSÁRIO	219
VÍTIMAS E VIOLADORES DE DIREITOS CITADOS NESTE LIVRO	229

Evangélicos de ontem, evangélicos de hoje e a democracia brasileira

Desde a última década, testemunhamos o fortalecimento no cenário político brasileiro de determinados grupos de evangélicos que conquistaram cargos importantes na institucionalidade ou se tornaram figuras relevantes no debate público. Os discursos de muitas dessas lideranças, contudo, pouco se aproxima do que compreendemos enquanto amor e fé cristãos. Incentivando o uso de armas, demonizando as relações homoafetivas, desprezando mulheres, acirrando a polarização política e instalando o completo pânico moral, os religiosos que ganharam destaque nas mídias terminam por ofuscar aqueles outros (muitos) evangélicos que defendem a democracia e uma cultura de paz, que sabem mobilizar a palavra cristã na mediação de conflitos políticos - e não para incitá-los.

Há um excerto do livro “Jesus e os Direitos Humanos” - desenvolvido no âmbito do projeto Usina de Valores, do Instituto Vladimir Herzog - que vale recuperar:

“Há pessoas, igrejas e iniciativas que, ao encontrarem o Príncipe da Paz na face amorosa do outro, resolveram empenhar sua vida em função do amor. Um amor que não violenta, não controla, não explora. Ama e ponto”.¹

O livro “As Igrejas Evangélicas na Ditadura Militar” está repleto de casos de religiosos e religiosas que materializaram em suas vidas o

1 “Jesus e os Direitos Humanos”, de organização de João Luiz Moura e Ronilso Pacheco. 2ª edição, 2021, página 161.

trecho acima: enfrentaram os governos militares em um dos períodos mais truculentos da história do país em nome da religião e do que entendiam ser o ideal para o país. Em razão dessa resistência, muitos desses religiosos foram duramente perseguidos e, pelo menos 19 deles, sofreram tortura e maus tratos nas mãos de agentes públicos. Os nomes dos perpetradores dessas e outras violências também estão destacados na publicação. Nenhum deles foi penalizado até hoje por seus atos criminosos.

Magistralmente produzida por Anivaldo Padilha, Jorge Atílio Iulianelli, Luci Buff e Magali Cunha, a obra é fruto das importantes apurações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) no contexto do Grupo de Trabalho “O papel das igrejas durante a ditadura”, onde os quatro autores contribuíram sobremaneira nas diligências, coletas de testemunhos e investigação de vasto *corpus documental* a respeito do período da ditadura.

A respeito da documentação que serviu de base para o estudo, cabe salientar a centralidade do Projeto “Brasil: Nunca Mais”, cujo protagonismo ecumênico inspira religiosos e religiosas mesmo após mais de 35 anos desde seu lançamento. Tal iniciativa sistematizou centenas de páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM) que atestam as graves violações de direitos humanos cometidas pela ditadura contra os brasileiros. O primeiro ímpeto com o intuito de reunir provas que confirmassem as atrocidades do regime militar foi encabeçado por dois representantes de religiões diferentes, mas não antagônicas. Ao católico Dom Paulo Evaristo Arns e ao evangélico Jaime Wright, nossa profunda gratidão e respeito.

A obra também narra para nós o papel de algumas lideranças evangélicas na instalação e consolidação do regime ditatorial militar que vigorou no Brasil durante 21 anos (1964-1985). A análise das contribuições dos evangélicos ao longo de toda a ditadura demonstra a complexidade deste grupo que, embora haja esta impressão, não se trata

de um bloco monolítico. No meio evangélico há diversidade nos pensamentos e nas ações e esta característica se mantém viva na atualidade.

No ano em que este livro tão necessário está sendo lançado, 2022, nós vivemos em meio a um dos momentos mais tensos em termos de embate político e nos preparamos para as eleições mais fundamentais desde o processo de redemocratização do país, na década de 1980. As demandas em torno de memória, verdade, justiça e reparação não cessaram após o fim dos trabalhos da CNV. Muito pelo contrário: essas reivindicações nunca estiveram tão urgentes. A maioria das 29 recomendações oferecidas pela CNV em seu relatório final, lançado em dezembro de 2014, sequer saíram do papel.

O Instituto Vladimir Herzog, há 13 anos comprometido com a democracia e os direitos humanos, se soma aos esforços em prol da superação total das heranças da ditadura que ainda pairam sobre o nosso presente e assombram o nosso futuro.

Esta publicação, sem sombra de dúvidas, é mais um passo que a sociedade civil dá rumo à consolidação da democracia em detrimento do ódio e da violência, já que denuncia as contradições de um regime que se apresentava enquanto cristão e defensor da moral enquanto vilipendiava seus cidadãos e cidadãs.

Ditadura nunca mais!

Gabrielle Abreu

Coordenadora de Memória, Verdade e Justiça do Instituto
Vladimir Herzog

Introdução

O papel das igrejas evangélicas durante a ditadura militar: um aprofundamento do relatório da Comissão Nacional da Verdade

A justiça engrandece a nação, mas o pecado é uma vergonha para qualquer povo. (Provérbios 14.34)

A memória tem uma função subversiva. (...) Talvez que a memória das esperanças já mortas seja capaz de trazê-las de novo à vida, de forma que o passado se transforme em profecia e a visão do paraíso perdido dê à luz a expectativa de uma utopia a ser conquistada. (Rubem Alves)

Em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a sociedade brasileira recebeu, por intermédio da Presidência da República, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que havia sido constituída pela Lei n. 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A Comissão teve por finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988 por regimes autoritários e órgãos paramilitares de apoio. A proposta era efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Memória, verdade e justiça são termos que expressam significativas demandas deixadas como herança à sociedade brasileira pelo Estado estabelecido pela ditadura militar em vigor de 1964 a 1985, período denominado “anos de chumbo” e muito especialmente marcado por

censura e repressão. Silenciamento e apagamento de memórias, mentiras e injustiças foram marcas predominantes nas ações do aparelho ditatorial, baseadas em propaganda ideológica para respaldar o regime e no controle e censura de conteúdo educativo, informativo e de entretenimento que, no entender do Estado, representasse ameaça à “segurança nacional”.

Sob o controle das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), o golpe civil-militar de 1964 estabeleceu um regime de governo ditatorial no Brasil que durou 21 anos. O processo se baseou no discurso de que se buscava estabelecer a ordem e a democracia na vida do país contra o perigo de uma suposta dominação comunista, identificada com a orientação política assumida pelo governo deposto, o do Presidente João Goulart. A articulação dos chefes militares contou com o apoio de grupos dominantes na política e na economia brasileiras, empresários, banqueiros, ruralistas, religiosos e proprietários de mídia, o que caracterizou o golpe de Estado como civil-militar.

A defesa da democracia revelou-se um discurso falso, pois, de fato, as lideranças das Forças Armadas implementaram uma ditadura que cassou direitos políticos, exonerou intelectuais de cargos públicos, perseguiu segmentos de oposição – com detenção e/ou expulsão dos eleitos “inimigos” do país (exílio forçado) –, deu posse a governantes sem eleições e estabeleceu censura, entre outras ações. Com o passar dos anos, ao invés de abertura democrática, o que se seguiu foi o endurecimento do regime, por meio da decretação dos chamados Atos Institucionais, a ponto de o de número 5 (AI-5) ter determinado o fechamento do Congresso Nacional e garantido a ampliação do aparato repressivo.

Uma das consequências do regime ditatorial foi a violação da justiça e dos direitos humanos de brasileiros que se posicionavam ante o estado de exceção nas diversas organizações de oposição e resistência que se fortaleceram ou se formaram depois do golpe. A Lei de Segurança Nacional, resultante da Doutrina de Segurança Nacional

estabelecida pelo governo militar, era o suporte que justificava ações de busca, detenção e eliminação daqueles considerados “inimigos da nação”. Foi instituído um aparelho de repressão envolvendo as polícias civis, militares e as Forças Armadas que ampliou as capacidades do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e criou articulações como a Operação Bandeirantes (Oban), que gerou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), e permitiu ações de organizações paramilitares financiadas por terceiros, tudo alimentado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Essas violações de direito foram graves e se deram na forma de sequestro e prisões arbitrárias, prática de tortura para obtenção de confissões e informações, homicídios e ocultação de cadáveres. Milhares de pessoas foram atingidas por essa política de repressão, centenas delas contadas como desaparecidas.

A Lei da Anistia, caracterizada como ampla, geral, irrestrita e recíproca (para perseguidos e perseguidores), promulgada em 1979, deu liberdade a presos políticos, permitiu a exilados e banidos o retorno ao país e impediu o julgamento e a responsabilização dos agentes do Estado pelos atos de violação de direitos. No entanto, uma das consequências desse procedimento foi a promoção do esquecimento do que foi praticado e vivido nos “anos de chumbo” em nome do processo de anistia, de perdão. É fato que o fim da censura permitiu que relatos e análises sobre o período fossem publicados na forma de livros, artigos, reportagens, entrevistas e filmes.

Esse quadro, ao menos em parte, pode explicar o fato de a CNV no Brasil ter sido criada com 30 anos de atraso. Os demais 20 países que tiveram CNVs instaladas desde 1974, como África do Sul, Argentina, Chile e Peru, viveram circunstâncias semelhantes às da ditadura militar brasileira, e comissões foram instituídas logo após o início do processo democrático pós-regime. É preciso considerar que havia iniciativas desde o final dos anos 1970, como o projeto Brasil: Nunca Mais, a Rede Tortura Nunca Mais e a Comissão de Familiares de Mortos e

Desaparecidos Políticos, cuja atuação levou ao reconhecimento formal pelo Estado da figura dos “desaparecidos políticos” (governo Fernando Henrique Cardoso, 1995), com a emissão de atestados de óbito e pagamento de indenizações a famílias.

No entanto, a proposta da CNV, gestada durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), enfrentou muita dificuldade para ser articulada. Ela foi apresentada ao Congresso Nacional em 2010 e consolidada somente no mandato seguinte, com Dilma Rousseff (2011-2014). O texto do projeto de lei passou por diversas mudanças, principalmente para responder a militares insatisfeitos, opositores a uma suposta “revanche” ou “vingança” e também a reações de políticos ligados ao regime militar. Como exemplos de ajustes na proposta original para garantir aprovação é possível citar: a retirada do termo *repressão política*; a determinação de que a CNV deveria realizar não “apuração” das violações de direitos humanos, mas “exame e esclarecimentos”; a definição de que a CNV não examinaria apenas fatos ocorridos durante o regime militar no Brasil (1964 a 1985), mas sim entre 1946 e 1988 (incluindo o período pós-Getúlio Vargas).

A CNV foi composta por sete membros nomeados pela Presidência da República, a saber: Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Dallari e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Eles coordenaram os trabalhos temáticos que envolveram variados aspectos como: ditadura e gênero; mortos e desaparecidos políticos; repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical, violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; ditadura e sistema de Justiça; o papel das igrejas durante a ditadura; violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e outros.

Todo o trabalho foi feito por meio de pesquisas documentais, entrevistas e coletas de depoimentos de vítimas da repressão, agentes do Estado, parentes de vítimas e testemunhas, visitas para reconhecimento de locais que serviram como base para violação de direitos de víti-

mas da repressão, diligências e audiências públicas. No *website* da CNV (<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>) é possível conhecer o conteúdo dessas atividades por meio de vídeos de audiências públicas e relatórios parciais de pesquisa de livre acesso.

O papel das igrejas durante a ditadura

Durante o minucioso trabalho realizado pela CNV, foram constituídos 13 Grupos de Trabalho (GT), entre os quais “O papel das igrejas durante a ditadura”, que nos toca mais de perto. Diante da preocupação em garantir o legado desses relatos e dessa experiência às novas gerações, apresentamos parte do texto-base que serviu de referência para o documento apresentado por esse GT à CNV, consolidado no texto 4 do relatório final da Comissão intitulado “Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs”¹. Esse material oferece novos elementos sobre a seção relativa ao contexto das igrejas protestantes (evangélicas).

A primeira parte do texto-base, que desejamos poder também publicar em breve, refere-se ao contexto da Igreja Católica Romana, que tem lugar proeminente nas dinâmicas sociopolítica, histórica, econômica e cultural do país. As experiências desse segmento religioso na relação com os processos repressivos do Brasil têm sido divulgadas em várias frentes; por essa e por outras razões, optamos por priorizar neste momento aquilo que diz respeito às igrejas protestantes.

Consideramos que o material que ora apresentamos, uma parcela do que foi inicialmente intitulado “As igrejas e as graves violações de direito: a resistência eclesial e os abusos do poder contra as igrejas durante a ditadura militar”, é de singular importância para o debate democrático, especialmente tendo em mente as instabilidades vividas no país a partir de 2016 e agravadas nos últimos anos. Refletir sobre

1 CNV. Relatório Final. Volume 3, capítulo 27. “Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs”. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%204.pdf>. Acesso em: 1 maio 2022.

as relações entre religião e política se justifica na medida em que se considera o destacado lugar das religiões na dinâmica social brasileira. Estas representam elemento significativo, ordenador da vida e de modos de vida, formador da matriz cultural moldada pela convergência de expressões advindas das experiências indígena, europeia-portuguesa e africana, e como tal se fazem presentes nas diferentes dimensões sociais: na vivência cotidiana, na história, na língua, na arte, na educação, no trabalho, na política e em tantas outras.

Sem desconsiderar o mosaico religioso que contribuiu com o caráter plural da vida em sociedade no Brasil, esta pesquisa concentrou-se no lugar das igrejas cristãs no processo da ditadura militar. Isso pode ser explicado por conta do destacado papel delas como componente histórico, social e político da realidade brasileira e, particularmente, da ditadura. Partimos da compreensão de que não se pode compreender o contexto no qual a ditadura foi estabelecida e consolidada sem se levar em conta esse lugar das igrejas cristãs na vida do país, já destacado do ponto de vista numérico e da presença em todo o território nacional. Mas não só, pois há vários outros fatores e nuances que justificam esse papel ressaltado. Por isso a pesquisa não pode prescindir nem do reconhecimento da complexidade e da diversificação do próprio campo religioso cristão brasileiro nem do contexto histórico determinante do modo de ser desse segmento religioso e da forma com que ele se posiciona na relação com a sociedade.

Os contextos teológico e pastoral da Igreja Católica Romana e das igrejas evangélicas dos anos 1950 e 1960 foram determinantes para que esses grupos se destacassem nos processos que envolveram o estabelecimento e a consolidação do regime militar no Brasil. Pelo lado católico, a emergência de ações de promoção dos direitos humanos, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a expansão de projetos sociais e educacionais e a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) se constituíram em base para a atuação de indivíduos e grupos, de lideranças clérigas e leigas, nas áreas rurais e nas

idades, em contraposição ao modelo desenvolvimentista conservador assumido pelo Estado, negligente quanto às políticas públicas de superação das desigualdades socioeconômicas e culturais.

Pelo lado protestante, a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), expressão mais ativa do movimento ecumênico no país até 1964, e os movimentos de juventude das igrejas avançavam na promoção de projetos educativos e em ações sociais que desafiavam o segmento a uma responsabilidade sociopolítica com base em valores como a justiça e o direito, com uma teologia e um chamado à atuação que se contrapunham de igual forma ao desenvolvimentismo conservador.

Vale destacar que o ecumenismo, que colocava os diferentes grupos protestantes e católicos em diálogo e em práticas conjuntas, com sua ênfase na dimensão do cristianismo prático, teve papel expressivo na construção dessas posturas de engajamento sociopolítico dos dois grupos cristãos. Um exemplo emblemático foi a atuação do Cardeal de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns e do pastor da Igreja Presbiteriana Jaime Wright, destacados líderes religiosos, respectivamente católico e protestante. Suas práticas marcaram o papel do movimento ecumênico no Brasil e no exterior, no apoio à resistência à ditadura, por meio de atos de solidariedade e de defesa dos direitos humanos. Merece destaque, com o engajamento do Rabino Henry Sobel, o importante culto ecumênico realizado em 31 de outubro de 1975 na Catedral da Sé (São Paulo), em memória do jornalista judeu Wladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOI-Codi. Outro testemunho marcante das articulações e liderança do cardeal e do pastor foi o importante projeto Brasil: Nunca Mais, considerado a primeira Comissão Nacional da Verdade, ainda no início dos anos 1980.

Por outro lado, foi a diversidade de compreensões teológicas e pastorais (e conseqüentemente, sócio-históricas e políticas), presentes tanto no campo católico como no protestante, que forneceu bases para apoio e colaboração das igrejas com a ditadura militar estabelecida em 1964. O anticomunismo e a subserviência aos chefes no poder estão

entre as razões para as atitudes de silêncio, omissão e colaboração explícita com o regime, tanto na reprodução da propaganda ideológica de respaldo ao estado de exceção quanto em denúncias e delações contra membros de seu próprio corpo.

Entre as pessoas perseguidas pelo sistema repressivo do Estado, os mais atingidos foram estudantes e trabalhadores camponeses e operários, por conta do engajamento nos movimentos correspondentes a esses grupos, fruto da compreensão religiosa que os impulsionava a relacionar sua fé a ações concretas pela justiça e pelos direitos humanos. Destaca-se ainda na extensa lista de vítimas das graves violações no meio das igrejas cristãs um significativo grupo de mulheres, o que ressalta a dimensão da violência de gênero também vivenciada nesse segmento.

Memória e utopia

Foi esse pano de fundo que deu origem ao texto que aqui apresentamos. Ele é resultado das atividades de pesquisa concretizadas na coleta de dezenas de depoimentos de vítimas, de testemunhas e de pessoas relacionadas ao contexto das igrejas; consulta a acervos públicos como os dos Departamentos Estaduais de Ordem Pública e Social (Deops), o Arquivo Nacional, o Brasil: Nunca Mais Digital, bem como em arquivos privados; exame de dezenas de trabalhos acadêmicos (dissertações de mestrado e teses de doutorado). Soma-se a isso a apreciação de enorme gama de livros, artigos científicos e matérias em jornais e revistas.

A despeito das limitações estruturais mencionadas, o grupo de pesquisadores responsável por este documento reconhece o valor do seu conteúdo. Não desejamos tomá-lo como definitivo, mas como um primeiro passo que torna possível o livre acesso à memória uma vez silenciada e à verdade por um largo tempo escondida.

Por fim, uma palavra sobre o *Coletivo Memória e Utopia*, que idealizou e tomou a iniciativa em publicar esta obra, com o apoio impres-

cindível da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), do Instituto Vladimir Herzog e de KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço.

Somos um grupo com vínculos formais ou históricos com diferentes igrejas cristãs. Testemunhamos e vivenciamos as ações humanizadoras de busca da democracia, da cidadania, da justiça social e da paz, juntamente com os processos de renovação e de transformação das práticas das igrejas cristãs durante os anos 1980, período que se inicia a abertura democrática no Brasil.

Somos um coletivo que deseja refletir sobre diversos temas e situações que afligem atualmente a sociedade e, com isso, possibilitar espaços de articulação e de animação entre pessoas e grupos interessados. Tudo isso visa ao enfrentamento dos desafios do tempo presente por intermédio de processos de renovação crítica da relação religião e sociedade e dos processos culturais e políticos que marcam o cenário social.

Não desejamos nos sobrepor aos objetivos e ações de outros grupos e organizações nos campos social, eclesial, político ou ecumênico. Entendemos que nossas atividades podem e devem se somar às de outros já existentes, cooperando com esforços que enfatizem a relevância da memória e da utopia, contribuindo também para que tais dimensões iluminem a trajetória de quem busca possibilidades de diálogo e de empoderamentos de grupos que almejam a justiça.

O coletivo foi formado no Rio de Janeiro em 2019, em um momento no qual a exclusão socioeconômica e a situação ambiental assumiam caráter de emergência global. Ao mesmo tempo, víamos o nítido avanço de posições sociopolíticas mais conservadoras, autoritárias e obscurantistas, com a intensificação de modelos econômicos excludentes, precarização do trabalho e dos serviços de saúde e educação públicas, aumento da xenofobia, dos sexismos, dos racismos, da intolerância religiosa e de tantos outros preconceitos. Tudo isso com um alinhamento de grande parte dos cristãos. Nesse contexto, sentimo-nos convocados e convocadas a meditar, discutir e propor!

O governo federal do Brasil assumiu em 2019 um explícito projeto de promoção do esquecimento e de revisão da história do país. Espera-se esconder feridas abertas, nunca saradas e cada vez mais latejantes – em especial aquelas relacionadas aos crimes da ditadura militar –, e minorar, cada vez mais, o lugar e o protagonismo dos movimentos sociais e suas conquistas históricas visando à democracia em seu sentido amplo. É objeto de atenção e preocupação o papel exercido por significativa parcela das igrejas brasileiras nesse processo de apagamento da história, de amnésia social e de reforço do obscurantismo e das culturas de violência e de ódio.

Acreditamos no valor da memória não apenas como recuperação importante do passado, mas também como utopia. É o olhar para o passado como algo que alimenta o presente e o futuro. É, como repetidas vezes cantamos em outras décadas: “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia. Tudo passa, tudo sempre passará. A vida vem em ondas como o mar, num indo e vindo infinito”.

A memória do alinhamento de evangélicos à ditadura militar

Quando se trata do tema “protestantes” no Brasil (ou “evangélicos”, termo mais popularmente utilizado), a referência, em geral, é feita ao conjunto de cristãos não católicos presentes no país. A consciência de que esse conjunto é formado por uma diversidade muito ampla de grupos os mais distintos não é largamente partilhada: é vista na academia, entre os estudiosos da teologia e das religiões e entre alguns setores de mídia preocupados em informar o mais correta e objetivamente possível quando o noticiário envolve tal segmento. Isso explica as diferentes tipologias que foram e vêm sendo criadas e recriadas para dar conta de tal diversidade. No entanto, correntemente, fala-se de “protestantes” ou “evangélicos” englobando todos os não católicos em um só grupo quando se leva em conta a presença deles na esfera pública, marcadamente no que diz respeito ao crescimento numérico, à participação na política e a movimentos culturais.

É possível sintetizar todas as tentativas de tipologizar agrupando os protestantes fundamentalmente em dois grupos: (1) os históricos, aqueles de diferentes confissões que chegaram ao Brasil por conta de imigração ou por meio de missões dos Estados Unidos (presbiterianos, metodistas, batistas, luteranos e anglicanos) a partir da segunda metade do século XIX; e (2) os pentecostais, que aportaram em terras brasileiras na primeira década do século XX, vindos também dos Estados Unidos, que têm raízes no protestantismo histórico mas baseiam sua doutrina e prática religiosa na chamada «experiência com o Espírito Santo», marcada pelo «dom de falar em línguas estranhas» (Assembleia

de Deus, Congregação Cristã do Brasil e Evangelho Quadrangular). Entre os pentecostais se encontra a maior diversidade de grupos, com crescimento intenso, a partir dos anos 1950, de igrejas autóctones, estabelecidas por líderes brasileiros originados do pentecostalismo missionário (Brasil para Cristo, Deus é Amor, Nova Vida, Universal do Reino de Deus e muitas outras).

Características das relações entre protestantes e a esfera pública no período pré-golpe até 1964

Com base nas ideias e práticas do protestantismo missionário do sul dos Estados Unidos e do pentecostalismo vindo daquele mesmo país, é possível identificar um segmento cristão estabelecido no Brasil predominantemente: conservador teologicamente (marcado pela leitura fundamentalista e puritana da Bíblia); desprovido de tradição litúrgica, com prática centrada na palavra e pouca ou nenhuma ênfase na comunicação visual e/ou simbólica; rígido em relação aos prazeres do corpo e à moralidade cotidiana, por meio de um rompimento com expressões culturais brasileiras; anticatólico e sectário¹.

A doutrina que formou o mundo evangélico brasileiro foi baseada na imagem da dualidade de dois caminhos, impostos como uma escolha a ser feita: salvação ou perdição, luz ou trevas, céu ou inferno e, no senso comum protestante, catolicismo ou o verdadeiro evangelho. Nesse sentido é que o “mundo” passa a ser identificado com a vida fora da igreja, e esta, o lugar de refúgio, que poderia preservar os crentes até a segunda vinda de Cristo². Nesse sentido, a ênfase do discurso e das práticas era a “salvação da alma”, com um distanciamento das chamadas “questões terrenas”, incluídas aí a política. A máxima que orientava os protestantes era a de que “crente não se mete em política”.

1 CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel*. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

2 MENDONÇA, Antonio Gouvea. *O celeste porvir*. São Paulo: Edusp, 1995.

Esse modo de ser resultou numa crise, expressa na relação com a sociedade brasileira, concretizada na limitação expressiva da adesão de fiéis entre os grupos históricos. Entre os pentecostais, a perspectiva teológico-pastoral não era muito distinta. A diferença residiu numa presença mais voltada para a população empobrecida e as periferias das cidades, em especial após os anos 1930 e mais intensamente a partir dos anos 1950, com o intenso êxodo rural e o processo de urbanização e industrialização do Brasil. Essa pastoral mais direcionada aos pobres tornou possível uma presença mais enraizada na cultura, com lugar garantido para a emoção e para as expressões corporal e musical mais populares. Isso deu aos grupos pentecostais condições de consolidação no campo religioso com presença geográfica e crescimento numérico mais expressivos.

Algumas tentativas de superação desse quadro por uma presença pública mais intensa se concretizaram por meio de ações de assistência social realizadas por parcelas da liderança evangélica, seja por um histórico de engajamento social da própria denominação (caso dos metodistas), seja pela identificação com uma corrente teológica denominada Evangelho Social, que defendia uma participação mais ativa dos cristãos no alívio concreto dos males sociais, em especial a pobreza. Nessa perspectiva, é possível identificar a ação protestante nas cidades por meio de escolas, centros comunitários, campanhas de educação e saúde pública. No entanto, as características que marcaram as primeiras décadas dessa presença no Brasil (pelo menos até os anos 1940) foram o discurso da salvação da alma com a pregação “espiritualizada” da fé cristã e com fins conversionistas (busca de adesão de novos fiéis), a ética puritana do resguardo do corpo (não fumar, não beber, não dançar), o anticatolicismo e o conseqüente isolamento das questões sociais.

As transformações nas relações entre igreja e esfera pública no período pré-golpe de 1964: o papel do movimento ecumênico

Os movimentos pela unidade das igrejas surgiram no Brasil no século XIX com a criação da Aliança Evangélica Brasileira por missionários estadunidenses que atuavam no país. Gênese do movimento ecumênico, eles já se espalhavam pelo mundo e eram resultado da consciência de que o divisionismo protestante era fator negativo, interpretado por alguns grupos como verdadeiro “escândalo” para a propagação da fé.

Esses movimentos, que pregavam a cooperação entre protestantes, foram responsáveis pela articulação de diversos grupos no interior das igrejas e instituíram um novo modo de ser desse segmento cristão que passava a dar sinais de presença mais significativa na vida brasileira. A memória dessa gênese do movimento ecumênico brasileiro destaca nomes como Eduardo Carlos Pereira, Erasmo Braga e Epaminondas Mello do Amaral e também a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), associação fundada em 1934 por seis das principais igrejas protestantes do país: Congregacional, Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Episcopal, Metodista e Evangélica de Confissão Luterana (esta com adesão em 1959).

Paralelamente, o não ecumenismo encontrava legitimação nas sucessivas releituras da ética protestante, predominantemente individualista, fundada nos ideais de separação entre igreja e sociedade e na não preocupação com as questões políticas.

Procurando retomar o espírito de questionamento inicial do protestantismo, o movimento ecumênico passou a se orientar por uma nova teologia: a que indicava a responsabilidade sociopolítica dos cristãos. Com isso, os anos 1950 representaram um período de transformações significativas, também devido à penetração do pensamento teológico protestante do século XX no Brasil, até então bloqueado pelo contexto marcadamente fundamentalista e espiritualizante. A fundação

do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em 1948, contribuiu com as mudanças, por meio da articulação de diferentes movimentos e motivações para a ação cristã. Desde os seus primórdios, o CMI estabeleceu entre as prioridades de ação a preocupação com a responsabilidade sociopolítica dos cristãos. Essa ênfase se refletia na realização de seminários e publicação de reflexões sobre o tema. Um desses eventos foi a Conferência Mundial de Igreja e Sociedade (1966), da qual participaram lideranças vinculadas à CEB.

O resultado desse estímulo do CMI no Brasil foi a criação do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da CEB, ligado ao Departamento de Estudos, também estabelecido no período. O setor foi a ampliação do trabalho iniciado pela comissão vinculada ao CMI denominada Comissão de Igreja e Sociedade. Formada em 1955 por iniciativa do missionário presbiteriano Richard Shaull, tinha financiamento do CMI e buscou vínculos com a CEB. O secretário-executivo do Setor de Responsabilidade Social foi o leigo presbiteriano Waldo César, que havia sido antes o secretário-executivo do Departamento de Mocidade e do Departamento de Migração e Colonização. Waldo César relata:

O projeto Igreja e Sociedade era um projeto de tal monta, que a chamada Comissão de Igreja e Sociedade (...) tinha mais afiliados, membros, do que a própria CEB. A CEB tinha seis igrejas afiliadas, igrejas históricas. Nós tínhamos doze ou quinze igrejas, grupos... A comissão era ecumenicamente muito maior do que a CEB com toda a sua tradição e história. (...) Havia uma preocupação social latente em todo o lado e a comissão certamente ofereceu elementos teológicos, não só sociológicos, para interessar as igrejas, nem sempre representadas oficialmente.³

3 CESAR, Waldo Aranha Lenz. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha. Rio de Janeiro, 19 set. 1997 *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da iden-

O Departamento de Estudos da CEB desempenhou papel importante na criação, em 1961, da rede Igreja e Sociedade na América Latina (Isal), cuja finalidade era levar às igrejas as bases bíblico-teológicas da responsabilidade sociopolítica dos cristãos. Isal publicou a revista *Cristianismo y Sociedad* e livros com reflexões de teólogos protestantes latino-americanos, consideradas bases constituintes da Teologia da Libertação. Alguns países latino-americanos, desde os anos 1950, já tinham atividades nessa linha apoiadas pelo Departamento de Igreja e Sociedade do CMI. O primeiro presidente de Isal foi o bispo metodista brasileiro Almir dos Santos, que, em 1962, presidiu a Conferência do Nordeste, promovida pela CEB.

O papel ativo da Confederação Evangélica do Brasil (CEB)

Durante sua existência (1955-1964), o Setor de Responsabilidade Social organizou, em âmbito nacional, uma consulta e três conferências de estudos que, segundo historiadores do protestantismo brasileiro, marcaram a história da CEB e das igrejas no país. Por meio desse Setor, pela primeira vez “os evangélicos decidiram elaborar um projeto conjunto de participação efetiva relevante na realidade nacional. Isto, de forma autóctone, ou seja, autônoma em relação às igrejas-mães situadas nos Estados Unidos da América”.⁴

A consulta (1955) adotou um tema até então pouco comum ao vocabulário das igrejas protestantes: “A responsabilidade social da

tidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

4 BITTENCOURT FILHO, José. “Do Kairos protestante”, Três Décadas de Conferência do Nordeste”. In: Conferência do Nordeste: 30 anos. *Contexto Pastoral*, 2(8). Campinas: CEPEB; Rio de Janeiro: CEDI, maio/jun. 1992. Suplemento Debate. p. 17 *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

Igreja”. As conferências adotavam temáticas que procuravam acompanhar os grandes temas nacionais: “A Igreja e as rápidas transformações sociais no Brasil” (1957, tempo das metas de JK); “Presença da Igreja na evolução da nacionalidade” (1960, com a efervescência dos debates ideológicos inspirados pela experiência cubana e a obsessão pelo “novo”); e “Cristo e o processo revolucionário brasileiro” (1962, quando a palavra “igreja” foi substituída e o tema repercutiu na imprensa secular – rádio e TV).⁵

Waldo César relata em depoimento:

Com a criação do Setor houve dois rachas no nível teórico e prático/ideológico. No campo teológico nós aprendemos uma nova linguagem, uma nova leitura da Bíblia.

Uma linguagem teológica e sociológica que se mesclavam com as fontes interpretativas, sobretudo porque tínhamos uma experiência concreta com pessoas que não eram da Igreja e que se admiravam que a Igreja tivesse gente que se preocupava com isso. Aquilo que Gustavo Gutierrez chamava de “paragens não eclesiais”.

Assim nós entramos no mundo do ecumenismo secular, se é que isso significava alguma coisa – as paragens não eclesiais – eu gosto dessa expressão dele, que abriu esse novo mundo para nós.

Ideologicamente nos fomos fortalecendo no caminho e no contato. Os comunistas, marxistas insistiam para que eu entrasse para o Partido Comunista. Eu dizia: “eu vim de uma Igreja toda dividida e vocês, também, estão

5 Sobre a Conferência do Nordeste, ver BURITY, Joanildo. *Fé na revolução: Protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

todos divididos; eu estou cansado disso, deixa eu ficar fora disso”.

Assim ficamos mais livres. A gente estava mais do que convencido que o ecumênico passa pelo social; não tinha como fazer ecumenismo só dentro da Igreja, isso é uma fraqueza que até hoje perdura; porque você tem essa dimensão ou não tem. Eu me lembro de uma expressão do Reverendo Borges que dizia: Haverá no mundo alguma coisa que seja sagrada? Não, não existe sagrado aqui e nem acolá.

Eu sentia a liberdade de um lado, porém, do outro lado sentia o medo do que iriam fazer com a gente. Estávamos rompendo as estruturas de uma ideologia que estava enraizada.⁶

A última conferência, realizada em 1962 em Recife – por isso denominada “Conferência do Nordeste” –, é considerada por Waldo César a “expressão culminante de um processo novo na tradicional eclesiologia brasileira”. Estudiosos a classificam também como o ponto culminante de “quase duas décadas de esforços educativos e conscientizadores”⁷ reunindo 167 participantes, provenientes de 17 estados, pertencentes a 16 denominações cooperantes do Setor de Responsabilidade Social da CEB. O próprio local da conferência foi escolhido como símbolo de aproximação com o Brasil da exploração,

6 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007.

7 BITTENCOURT FILHO, José. “Do Kairos protestante”, Três Décadas de Conferência do Nordeste”. In: *Conferência do Nordeste: 30 anos*. Contexto Pastoral, 2(8). Campinas: CEBEP; Rio de Janeiro: CEDI, maio/jun. 1992. Suplemento Debate. p. 18 *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

da miséria, do atraso dentro do mundo capitalista e também da esperança, da alternativa socialista – as Ligas Camponesas com Francisco Julião representavam isso.⁸

O secretário-executivo da Conferência do Nordeste foi o pastor congregacional Carlos Alberto Correia da Cunha, posteriormente vinculado à Igreja Presbiteriana do Brasil, que havia sido afastado da direção do seminário teológico da Igreja Congregacional sob acusação de modernismo teológico e ecumenismo. Após o episódio no seminário, ele foi convidado por Waldo César para trabalhar no Setor de Responsabilidade Social e recorda:

(A Conferência foi toda) planejada de maneira bastante minuciosa. Pelo menos uma equipe se deslocou, sob minha orientação, para o Nordeste, após um curso rápido de técnica de pesquisa em campo, dado por Esdras Borges, sociólogo de São Paulo, e presbiteriano. E lá fomos nós para o interior nordestino durante quase um mês, aproximadamente seis meses antes da conferência. Em outro momento, eu e o bispo metodista Almir dos Santos (presidente da conferência) fomos encarregados de fazer contatos com autoridades, principalmente em Recife. Era uma situação bem especial porque iríamos mexer com elas, pois eram as acusadas por tanta miséria no Nordeste. Nosso papel era provocá-las para dizerem coisas além do que deveriam dizer. Enquanto o Almir funcionava como provocador – ele era muito esperto nisso – eu, com técnica de taquigrafia, registrava tudo. Há documentos com revelações muito sérias que na

8 FERNANDES, Rubem César. “Um exercício de memória”. In: Conferência do Nordeste: 30 anos. Contexto Pastoral, 2(8). Campinas: CEBEP; Rio de Janeiro: CEDI, maio/jun. 1992. Suplemento Debate. *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

época a CEB resolveu carimbar como sigilosos, documentos perigosos. (...) Uma dessas pessoas era um advogado dos principais usineiros do Nordeste que nos contou que o dinheiro que eles pediam ao governo era usado para comprar cachorros de raça no exterior.⁹

Carlos Alberto Correia da Cunha concluiu à época que o convite para trabalhar com Waldo César era resultado do fato de que “o que era motivo de acusações lá (na Igreja), era crédito para o trabalho na Confederação”.

Entretanto, a peculiaridade da Conferência do Nordeste parecia residir no fato de uma reunião de protestantes ter conferencistas não religiosos e até marxistas, como Celso Furtado (na época superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene), Gilberto Freyre, Paul Singer, Juarez Rubem Brandão Lopes e outros. A exposição de originais de artistas brasileiros consagrados “preocupados com o sofrimento do povo” – Portinari, Carybé, Goeldi, Vitalino – foi outro aspecto da conferência, que despertou o interesse da imprensa. O metodista William Schisler Filho relata:

Os primeiros resultados da conferência começaram a se sentir logo nas igrejas participantes (...): um pastor solidário com seus membros ferroviários, sentando-se com eles em greve nos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana; um leigo cristão se identificando com os camponeses do interior de Goiás numa minirreforma agrária entre irmãos de uma mesma fé; um deputado evangélico em Santa Catarina (Paulo Stuart Wright) organizando pescadores espoliados em cooperativas para

9 CUNHA, Carlos Alberto Correia. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

a comercialização de sua pesca; grupos jovens alfabetizando e evangelizando, construindo casas em favelas e capelas para levar a luzir a Palavra de Deus. Outros ingressando em partidos políticos, movimentos comunitários e sindicatos para dar expressão a sua fé e ideias.¹⁰

O outro polo de estímulo ao envolvimento sociopolítico das igrejas na CEB era o Departamento de Ação Social (DAS). Após o ano de 1962, quando o secretário-executivo desse Departamento passou a ser o leigo congregacional Jether Pereira Ramalho, foi promovida a conjugação de esforços do Setor de Responsabilidade Social com o DAS. Ele mesmo relata sobre esse contexto:

Nesse período (...) estava a todo vapor um programa dos Estados Unidos chamado “Aliança para o Progresso” e as igrejas norte-americanas começaram a mandar uma série de alimentos, roupas e medicamentos para as igrejas no Brasil. Havia um pastor americano luterano no Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos, John Nasstron, que era o responsável por esse programa no Brasil. O programa passou a ter uma influência grande no País à medida que o descentralizamos do Rio de Janeiro e o desenvolvemos em todos os estados do Brasil. Nessa época chegamos a organizar cerca de 37 escritórios da CEB com sede, funcionários, praticamente no Brasil todo. Aí demos uma guinada neste programa; um programa que era eminentemente assistencialista, que era a distribuição de roupas etc. e passou a ter um embasamento teó-

10 SCHISLER FILHO, William. “O anseio de uma virada que 64 torpedeou”. In: Conferência do Nordeste: 30 anos. *Contexto Pastoral*, 2(8). Campinas: CEBEP; Rio de Janeiro: CEDI, maio/jun. 1992. Suplemento Debate *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

rico, político, da Comissão de Responsabilidade Social da Igreja, na medida em que não era só o momento da distribuição de roupas e alimentos, mas o momento de mobilizar as pessoas em torno deste projeto e com elas desenvolver uma consciência crítica do porque se estava recebendo aquele material. Isso criou problemas muito sérios no Brasil todo.¹¹

Jether Pereira Ramalho reconhecia a aceitação e a identificação das pessoas das igrejas locais com a proposta de trabalho do Departamento:

Nesse período pipocaram no Brasil muitos movimentos (...) de proposta de uma nova sociedade e de uma nova Igreja. A nossa proposta não era somente política, mas de renovação da Igreja também. Renovação teológica, do ensino da educação cristã, da responsabilidade social da Igreja. Era um movimento de reavivamento das origens do protestantismo. O protestantismo que não se calava frente às injustiças e que sempre se renovava à luz dos contextos novos. Os grandes teólogos eram nossos inspiradores. Havia uma leitura intensa da Bíblia. (...) O movimento começou a se estender por muitas denominações. Na Igreja Metodista através da turma de seminários, das próprias publicações da igreja. Eu me lembro da Cruz de Malta. Na Igreja Presbiteriana, o Seminário de Campinas; na Igreja Congregacional e na Igreja Batista... Essa onda renovadora se espalhava, não só no Rio de Janeiro, mas em outros lugares do país.¹²

11 RAMALHO, Jether Pereira. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

12 *Idem*.

Essas ideias novas provocaram ebulições não apenas em organismos oficiais como a CEB, mas também na educação teológica e nos grupos de juventude. Além disso, o processo foi liderado por clérigos e leigos, líderes ou, muitas vezes, membros das bases eclesiais, jovens e adultos, que possibilitaram a formação de movimentos passando a desafiar, por suas mudanças, o isolamento marcante das igrejas.

Os movimentos de juventude protestante

Como na história do ecumenismo mundial, os movimentos de juventude protestante (estudantil e no interior das igrejas) tiveram papel primordial nesse processo. Eles formaram lideranças expressivas para as igrejas protestantes e para o movimento ecumênico nacional e internacional durante os anos de 1910 a 1960. Os movimentos de juventude no Brasil ganharam novos contornos especialmente por meio da atuação da Federação Mundial dos Movimentos Estudantis Cristãos (FUMEC), fundada em 1895. Em 1936, Suzane de Dietrich, missionária da Federação, visitou o Brasil e disseminou a prática da leitura bíblica contextualizada. O líder da juventude presbiteriana e da União Cristã de Estudantes do Brasil (Uceb) Rubens Menzen Bueno nos anos 1960 reflete:

Estas ideias encontraram apoio não só nas escolas e faculdades, mas nas igrejas e suas mocidades. O enfoque do estudo era a Bíblia como base para a reflexão sobre a história – ‘Deus se revela na experiência histórica’. (...) Durante os anos de 1940, a União Cristã dos Estudantes do Brasil (Uceb), fundada no período, atuava com secundaristas e universitários, sob a assessoria do pastor presbiteriano Jorge César Motta. Eram realizados acampamentos, encontros, atividades evangelísticas, serviços, discussões teológicas, debates sobre temas científicos, estudos bíblicos, casas de estudantes, bolsas de estudos e viagens a congressos no exterior. A motivação “era ‘levar almas à conversão e à nova vida em Cristo’ mas já se

falava em testemunho interdenominacional protestante, reconstruindo o conceito bíblico de igreja; e também (...) no testemunho no meio estudantil e em atitude crítica e a formar cristãos responsáveis na política”.¹³

As publicações das organizações nacionais das mocidades das igrejas protestantes desempenhavam papel fundamental na disseminação das novas ideias a que os jovens tinham acesso. Destacaram-se no período o jornal *Mocidade*, dos jovens presbiterianos, a revista *Cruz de Malta*, dos jovens metodistas, e o jornal *O Exemplo*, dos jovens congregacionais. O pastor presbiteriano João Dias de Araújo, um dos líderes de jovens à época, avaliou em seus escritos sobre esse período que, por meio das publicações,

os jovens não tinham medo de criticar aquilo que achavam errado na Igreja e na sociedade. (...) Num editorial, o jornal (*Mocidade*, mar. 1951, p. 2) condena “o silêncio da Igreja” e a falta de testemunho dos púlpitos presbiterianos face aos graves problemas do Brasil e do mundo. Critica também o fechamento da IPB ao movimento ecumênico.¹⁴

Essa articulação no plano nacional e internacional fazia com que os jovens das igrejas protestantes estivessem institucional e teologicamente mais avançados em relação às próprias lideranças de suas denominações. Waldo César recorda:

Eu me lembro de um pastor importante na cúpula da Igreja chegar para nós e dizer: ‘Vocês estão muito melhor organizados do que a Igreja Presbiteriana do Brasil’. A nossa forma de trabalhar era bastante dinâmica, muito organizada e nos fazia avançar em nossa rede de influência no trabalho da mocidade em todo o País. Nós

13 *Idem.*

14 ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 1982, p. 23.

viajávamos por este País muito mais do que os líderes da Igreja, tínhamos equipes que estavam espalhadas por toda parte, e o jornal ‘Mocidade’ atrás de todo este processo, isto dava certa articulação que a Igreja não tinha de forma alguma na sua maneira de trabalhar.¹⁵

Nessa primeira fase, o movimento de juventude formou lideranças que se tornariam importantes para eventos posteriores da história do protestantismo e do movimento ecumênico brasileiro como Adauto Araújo Dourado, Benjamin Moraes, Billy Gammon, Boanerges Cunha, Jether Pereira Ramalho, Lysâneas Maciel, Waldo César e Rubem Alves.

Os protestantes diante do golpe de 1964

A postura oficial das igrejas protestantes diante do golpe militar de 1964, por meio de suas lideranças, pode ser classificada, de modo geral, como de apoio – este foi imediato, da parte de presbiterianos e batistas, ou cauteloso, da parte de metodistas, episcopais e luteranos. A oposição com resistência existiu entre protestantes, mas não de forma oficial; foi assumida por lideranças clérigas e leigas, indivíduos e grupos vinculados ao movimento ecumênico e/ou que tinham no seu histórico uma formação teológica que levava a uma prática de engajamento social e de compromisso com a justiça. Essa postura será descrita adiante.

15 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. “Uceb: Um processo de formação autêntica do jovem nas fronteiras da história”. In: SEMINÁRIO JUVENTUDE EVANGÉLICA: PASSADO E PRESENTE, 12-14 abr. 1985. Anais. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1985. (não paginado) *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

Apoio imediato

Tomando-se como fonte os jornais oficiais das igrejas Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Batista e da Assembleia de Deus no Pará, s nítida a postura de entusiasmo e de declaração de apoio ao regime que se impunha em abril de 1964. João Dias de Araújo, ao explicar este fato em relação à Igreja Presbiteriana do Brasil, afirma:

Entre as igrejas evangélicas do Brasil, a Presbiteriana foi a mais envolvida e a mais comprometida com a revolução de 1964 por causa das ligações dessa Igreja com a classe média e por causa do prestígio político que ela gozava nos meios políticos e militar.¹⁶

Soma-se a isso, da parte de todas as igrejas, o alinhamento ideológico relacionado ao “combate ao comunismo” apregoado pelos golpistas e que conquistou setores significativos da sociedade brasileira.

O jornal *Brasil Presbiteriano* publicou na edição de maio de 1964 uma mensagem intitulada “Representação do Sr. Presidente da República”. O texto foi apresentado na Câmara dos Deputados, em abril de 1964, pelo parlamentar do Estado de São Paulo (UDN) Lauro Monteiro da Cruz, um dos principais líderes presbiterianos em São Paulo, solicitando orações dos presbiterianos ao novo governo. A mensagem é assinada pelo secretário responsável pelas atividades cívico-sociais do Sínodo Oeste da Igreja Presbiteriana do Brasil, Pastor Gutenberg de Campos. Os trechos a seguir registram o tom da mensagem:

Nessa mensagem, o Sínodo, respeitosamente, declara que dirige a Deus orações em favor do mais alto magistrado da República. Que nessas orações, muito especialmente, o Sínodo pede a Deus em favor da saúde pessoal, preciosa de V. Excia., a cobertura de ampla inspiração divina, a fim de que V. Excia. saiba dirigir com sabedoria, serenidade e firmeza, os destinos da nação (...)

16 ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras*: a história da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2010. p. 95.

Que deste modo, o governo de V. Excia. passe à História como um governo autenticamente democrático, humildemente temente a Deus (...). Que a espada de Caxias – fulgurante e impávida – reviva nas mãos austeras de V. Excia., como garantia e penhor da defesa das instituições democráticas da República (...) Que, finalmente, Deus ilumine e guarde, sempre, a V. Excia., para o bem da Pátria e para inspiração e exemplo de seus generosos filhos (...). Na certeza irrefutável de que a justiça exalta as Nações e de que o Pecado é o opróbrio dos Povos, hipotecam, Senhor Presidente, respeitosa e patrioticamente, enorme soma de confiança em seu governo.¹⁷

Na edição seguinte (junho de 1964), o mesmo jornal publicou extensa matéria reiterando confiança da Igreja no governo militar e indicando o papel da Igreja Presbiteriana do Brasil na nova ordem política. Nesse sentido, a liderança declarava e convocava o apoio dos presbiterianos ao governo militar:

Tudo indica, pois, que as forças armadas intervieram com senso de oportunidade (...). Cremos que os presbiterianos, seja qual for o partido, devem a si mesmo, a Cristo e a Nação uma atitude positiva de participação nas tarefas (...) que aguardam o país (...). O presidente da República tem se revelado um cidadão sereno, judicioso, bem intencionado (...) Merece, com seu governo, o apoio dos cristãos.¹⁸

17 REPRESENTAÇÃO ao Sr. Presidente da República. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 8, p. 1, maio 1964 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 104.

18 NOVO Governo. *Jornal Brasil Presbiteriano*, n. 9, p. 3, jun. 1964 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e Práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 107.

Outro ramo do presbiterianismo, a Igreja Presbiteriana Independente, publicou o texto “O País tem um novo presidente” em seu jornal oficial *O Estandarte*, na edição de 15 de abril de 1964. Os trechos a seguir revelam a compreensão da liderança de apoio aos eventos vividos no País:

O País foi atingido por um movimento revolucionário de grandes proporções e que tem implicações muito profundas (...) o antigo presidente da República não estava se conduzindo com austeridade, mas ameaçava levar o País a rumos perigosos (...) os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudanças radicais (...) posteriormente o Alto Comando Revolucionário, assumindo a liderança definitiva da situação, deu a conhecer o Ato Institucional (AI-1) sendo certo que sua vigência será justificada até que se eliminem as causas que motivaram a revolução, isto é, o Comunismo e a corrupção. Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentando que veio em muito boa hora (...) daí representar a cassação de mandatos e direitos políticos de comunistas e corruptos medida saneadora de grande alcance (...) a luta contra o Comunismo e contra a corrupção é imperiosa e deve realizar-se implacavelmente (...) nesta altura podemos afirmar que há governo nesta terra. Temos um homem de autoridade e austeridade para dirigir o leme do grande barco. Confiemos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobretudo oremos: Deus, guarde o Presidente. Deus, salve a pátria.¹⁹

19 O PAÍS tem um novo presidente. *O Estandarte*, 15 abr. 1964 *apud* CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969)*. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002.

No mesmo número de *O Estandarte*, o jornalista e pastor Sérgio Paulo Freddi inseriu uma nota intitulada “Caiu o Jango” que indicava a dimensão positiva do novo regime:

os comunistas aboletavam-se no poder e preparavam-se para, através de um golpe, dominar o País. Governa agora o Marechal Humberto Castelo Branco, e a nossa posição de evangélicos, que respeitamos as autoridades constituídas, não pode ser, com referência aos perdedores, a de ódio e da vindita (...) O Comunismo é inimigo do Evangelho, por certo. Mas os cristãos amam os inimigos e pregam a Cristo.²⁰

Da parte dos batistas, historiadores registram que houve apoio imediato ao governo militar. Essa posição foi registrada no artigo “Responsabilidade dos crentes nesta hora”, na edição do *O Jornal Batista* que circulou em 12 abril de 1964:

Os acontecimentos militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do Presidente da República vieram, inegavelmente, desafogar a nação (...). O presidente que vinha fazendo um jogo extremamente perigoso foi afastado. A democracia já não está mais ameaçada. A vontade do povo foi entendida e respeitada.²¹

Em outra edição de abril do mesmo jornal, o artigo intitulado “Novo Governo” declarava:

20 CAIU Jango. *O Estandarte*, 15 abr. 1964 *apud* CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969). Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002.

21 RESPONSABILIDADE dos crentes nesta hora. *O Jornal Batista*, p. 3, 12 abr. 1964 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 107.

Nosso novo presidente empossado em cerimônia solene no dia 15 de abril, foi, como chefe do Estado-Maior do exército, um dos líderes da revolução vitoriosa, que em dois dias empolgou o Brasil inteiro, sem encontrar nenhuma resistência a sua indicação pelos mentores civis e militares da revolução, foi unânime e o Congresso nada mais fez que chancelar essa escolha.²²

Esse apoio de batistas e de outras lideranças protestantes já era manifestado nos meses anteriores ao golpe militar, no contexto do clima de uma “necessária correção dos rumos da nação”, apregoado pelos opositores do governo João Goulart. O pastor e líder batista de São Paulo Enéas Tognini narra em livro autobiográfico como articulou um movimento civil e religioso da parte de significativos segmentos protestantes no combate ao comunismo. O evento, conhecido como “O Dia Nacional de Jejum e Oração”, foi agendado para 15 novembro de 1963. Por conta da divulgação dele, Tognini narra que foi convidado a uma entrevista com um oficial responsável pelo Serviço Secreto do II Exército, na cidade de São Paulo, em janeiro de 1963, para melhor explicar o plano. O pastor registra que prontamente atendeu ao chamado do militar, segundo ele, “homem inteligente e esclarecido”. No encontro, o oficial do Serviço Secreto, de acordo com as memórias de Enéas Tognini, declarou:

(...) comunismo é uma força espiritual do diabo, e que para combatê-la só uma força espiritual de Deus. Nossa esperança para salvar o Brasil das garras do Comunismo está em vocês evangélicos. (...) “Reverendo, se o senhor

22 NOVO governo. O Jornal Batista, p. 3, 26 abr. 1964 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 107.

fizer isso (O Dia Nacional de Jejum e Oração), será a salvação do Brasil”.²³

Enéas Tognini recorda que ao sair daquele encontro sentiu imensa alegria e a partir daquele instante passou a dedicar-se à preparação do Dia Nacional de Jejum e Oração como parte do plano para salvar o Brasil do comunismo e do governo de João Goulart. Com entusiasmo, lembrou que em 15 de novembro daquele ano:

(...) o Brasil inteiro naquele dia foi para os joelhos, jejum e oração. Houve pessoas que fizeram 48 horas de jejum e oração. O pessoal estava com medo, medo, medo da obra comunista. Eu chegava na tipografia e a pessoa fazia o impresso com preço de custo. Chegava em outro lugar e a porta estava aberta e (...) foi uma coisa tremenda o que Deus fez (...). Aquela foi a hora de Deus, porque foi Deus que preparou. Eu não tinha capacidade para aquilo, nem dinheiro tinha para aquilo, agora o dinheiro ia aparecendo. Um senhor que trabalhava em banco, ele chegou e disse: “o senhor pode passar aqui?” Ele chegou e deu 100 mil, por que as despesas eram grandes, a gente mandava gente para todos os lugares (...). Então eu passava por um canal lá perto de casa, um canal de televisão, aí a pessoa convidava, vamos falar do dia de jejum. Então eles mesmos propagaram.²⁴

O pastor Tognini confirma que foi o medo do comunismo que levou batistas, e também presbiterianos e metodistas, a abraçarem a ideia do Dia de Jejum e Oração. Esse sentimento, segundo o líder reli-

23 TOGNINI, Enéas. *Autobiografia*. São Paulo: Hagnos, 2006. p. 153-154 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 146

24 TOGNINI, Enéas. Entrevista a Marcio Ananias Ferreira Vilela. *Idem*, p. 147.

gioso, também havia levado inúmeras pessoas a contribuírem financeiramente e com a divulgação daquele ato religioso.²⁵

Às vésperas do golpe militar, no início de março de 1964, o jornal *O Estandarte Evangélico*, da Igreja Assembleia de Deus no Pará, declarava: “Nós podemos comparar (o comunismo) a um monstro horrível que subjuga 900 milhões de pessoas em sua cortina de ferro. Tudo isto é o cumprimento das Escrituras. O final dos tempos chegou”.²⁶ No mês seguinte, o pastor presidente da Assembleia de Deus no Pará Alcebiades Vasconcelos enviou uma mensagem de congratulações à Junta Militar em Brasília. O General Castelo Branco expressou sua gratidão em telegrama recebido no templo central da Igreja em meados de maio.²⁷

Somando-se à Assembleia de Deus do Pará, o jornal oficial da Convenção Nacional das Assembleias de Deus, *O Mensageiro da Paz*, publicou o editorial intitulado “Os Cristãos e as Falsas Ideologias”, clamando por uma extirpação do “marxismo satânico” das instituições nacionais.²⁸

Portanto, as ações que levaram ao golpe de 1964 e os encaminhamentos posteriores tiveram explícita aceitação de lideranças presbiterianas, batistas e assembleianas.

A Confederação Evangélica do Brasil (CEB), forte expressão do movimento ecumênico brasileiro, foi fonte de resistência ao golpe, originada de funcionários coordenadores de departamentos e setores, como será descrito adiante. No entanto, a direção, formada por clérigos das igrejas-membros, e o secretário-geral, assumiram posicionamento

25 TOGNINI, Enéas. Entrevista a Marcio Ananias Ferreira Vilela. *Idem*. p. 148.

26 *O Estandarte Evangélico*, 4 mar. 1964 *apud* CHESNUT, Andrew. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997. p. 148.

27 Atas, 1964 *apud* CHESNUT, Andrew. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997, p. 148.

28 *O Mensageiro da Paz*, 15 set. 1964 *apud* CHESNUT, A. *Idem*, p. 148.

de apoio ao regime militar. Em junho de 1964, essas lideranças, ambos da Igreja Presbiteriana do Brasil, enviaram um telegrama ao “Exmo. Sr. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco” com explícita manifestação favorável ao governo:

Digníssimo Presidente da República, a Confederação Evangélica do Brasil, entidade de representação pública e ação conjunta de Igrejas Evangélicas, saúda Vossa Excelência, motivo: posse no alto cargo de primeiro magistrado da nação, formulando votos a Deus de contínua assistência divina ao Governo de Vossa Excelência, iluminando o caminho da reconstrução cristã democrática em nossa pátria, assegurando direitos do homem, promovendo justiça social e bem-estar ao povo, defendendo a soberania nacional, cristianizando o desenvolvimento da sociedade brasileira, conduzindo a Pátria a alto destino no concerto de nações livres, sentido em que Vossa Excelência terá constante apoio moral e leal cooperação dos cristãos evangélicos. a) Amantino Adorno Vassão, presidente; Rodolfo Anders, secretaria-geral.²⁹

Além dos escritos, o apoio ao regime militar era também explicitado na prática, com a realização de cultos de ação de graças pelo governo, muitos promovidos em datas como 7 de setembro e 15 de novembro – em anos posteriores a 1964, em 31 de março, a propósito do aniversário do golpe. O discurso que predominava era de que as igrejas deveriam pedir “a bênção de Deus para um novo Brasil que estava nascendo graças aos militares”.³⁰

29 CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969). Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002, s.p.

30 DIAS, Zwinglio Mota. Entrevista a Márcio Ananias Ferreira Vilela. Rio de Janeiro, dez. 2011 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião*

Um dos registros no diário do bispo metodista Isaías Sucasas, de 1969, é ilustrativo desses cultos, alguns deles promovidos por capelães evangélicos:

(...) encontrei-me com o rev. Juvenal Ernesto da Silva, capelão do Exército que foi me levar um convite do Sr. General para assistir a um culto militar no dia 31 de março às 9 horas da manhã (...) aprontei-me e fui juntamente com o Rev. Sucasas (seu irmão, o pastor José Sucasas Jr.) até o Círculo Militar do 2º Exército em (sic) Birapuera (sic). O culto que se realizou foi em Ação de Graças pelo 5º aniversário da revolução de 1964. O culto foi muito solene, houve muita gente. O sermão foi excelente, pregado pelo Rev. Darly (sic, Daily Rezende França) da I. P. (Igreja Presbiteriana) Independente, o coro só de vozes femininas foi também da mesma igreja – Muito bom coro. O salão estava repleto – Uma assistência seleta de civis e militares de todas as patentes.³¹

Leonildo Silveira Campos relata, também em suas pesquisas sobre o tema, que um coral da Igreja Presbiteriana Independente Central de Brasília cantou em festinha de Natal realizada no Palácio da Alvorada para o presidente Médici em 1972.³²

e política. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 120.

31 SUCASAS, Isaías. Diário de 1969, p. 152, 159-160 *apud* SCHMIDT, Daniel. *Herdeiros de uma tradição: uma investigação dos fundamentos teológico-ideológicos do conservadorismo metodista na crise da década de sessenta*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008, p. 76.

32 CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969)*. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002.

Apoio com cautela

Entre as igrejas mais alinhadas com o movimento ecumênico e com um histórico de engajamento social e abertura a temas políticos, resultantes de sua teologia e doutrina (metodistas, luteranos e episcopais), a postura inicial foi de apoio com cautela. As manifestações oficiais não foram imediatas e eram acompanhadas de certa discrição.

No jornal oficial da Igreja Metodista, *Expositor Cristão*, não há registros de manifestação das lideranças sobre o golpe militar até a edição de junho de 1964. Nela, foi publicado, sem comentários, o telegrama da direção da Confederação Evangélica do Brasil reproduzido acima. O editor do jornal à época era o pastor José Fernandes Sucasas Jr., alinhado ideologicamente com o governo militar, mas que não explicitou isso (voluntariamente ou por falta de permissão) em textos do *Expositor Cristão* até essa edição de junho de 1964.

Jorge Hamilton Sampaio registra em pesquisa que

(...) Newton Paulo Bayer, pastor metodista na II Região Eclesiástica, teve seu artigo de apoio ao golpe militar publicado com destaque no *Expositor Cristão* pelo seu editor, José Fernandes Sucasas Jr. (...). Nele, afirmou que a crise nacional que sacudiu o país tinha causas complexas com parcela de culpa de todos. Considerando que a situação do país era fruto de um juízo divino, chamou os metodistas a confessarem seu pecado e intercederem pelos outros brasileiros pecadores. E numa expressão de claro apoio aos militares que deram o golpe – pois acreditava que eles trariam a solução aos problemas do país – sentenciou: “O Espírito divino paira sobre esta grande nação, para conduzi-la, finalmente, à realização dos seus mais altos fins” (grifo no original). In: *Expositor Cristão*. 01/06/64, p. 12.³³

33 SAMPALIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 93.

Nessa direção, o pesquisador Adroaldo Almeida demonstra que foi sob a editoração do rev. Sucasas a publicação, no *Expositor Cristão*, em 15 de julho de 1964, de um telegrama, com data de 15 de abril de 1964, emitido do gabinete geral da Igreja Metodista para o presidente militar Marechal Castelo Branco:

No ensejo de sua posse na Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, desejamos à Vossa Excelência as abundantes bênçãos de Deus para um governo de compreensão, paz e progresso. A Igreja Metodista do Brasil permanecerá orando em seu favor, em favor da Pátria e do povo³⁴.

Fica explicitada na coleção do *Expositor Cristão* que, a partir desse período, os editoriais manifestavam explícito apoio ao regime militar e convidavam os metodistas a fazerem o mesmo.

Em um dos seus editoriais, por exemplo, Sucasas Jr. criticou o comunismo materialista, chamou a atenção dos metodistas sobre o perigo que tal sistema representava e manifestou seu aberto apoio ao governo militar: “Senhores, nossa pátria está se erguendo! No entanto, é preciso cuidado”. In: *Expositor Cristão*, 15/09/64, p. 3. Na mesma linha de apoio aos militares golpistas e de chamado aos metodistas para que tivessem vigilância na reconstrução da nação, Sucasas Jr. abriu espaço no *Expositor Cristão* para que João Lemos escrevesse: “Estamos saindo do caos em que nossa terra se achava mergulhada e nestes instantes em que se torna imprescindível a colaboração de todos os bons brasileiros e patriotas, impõe-se que cada um, no setor de suas atividades, exerça a mesma vigilância e contribua para a reconstrução da Pátria amada”³⁵.

34 *Apud* ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. “Pelo Senhor marchamos”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964–1985). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 250.

35 Cf. LEMOS, João. “Oração pela pátria resulta em testemunho”. In: *Expositor Cristão*. 15/11/64, p. 1, 10.

Lemos era metodista, vereador na cidade de São Paulo pela Arena, partido do governo militar.³⁶

Como será descrito adiante, houve considerável reação de oposição ao regime militar entre lideranças da Igreja Metodista, com posição manifestada publicamente na qualidade de líderes da igreja. Isso foi objeto de crise e de expressiva perseguição interna.

Entre os protestantes históricos, episcopais e luteranos também mantiveram a mesma cautela no apoio. No caso da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, o ano de 1970 é considerado por analistas como marco para a explicitação do apoio que a igreja assumiu em relação à ditadura militar e revelava com cautela até então. Naquele ano seria realizada no Brasil a V Assembleia Geral da Federação Luterana Mundial (FLM), organismo com sede em Genebra, na Suíça, que reúne instituições eclesiais que compreendem aproximadamente 70 milhões de fiéis e realiza a cada sete anos uma assembleia geral. A reunião de 1970, que aconteceria em Porto Alegre, foi transferida poucas semanas antes da sua realização para Evian, na França. Representações luteranas de diversos países, depois de tomarem conhecimento de que a igreja brasileira havia convidado o Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici para falar na abertura do evento, e pressionadas, em especial, pelas organizações de juventude da igreja, suspenderam sua participação. A atitude foi um protesto dos luteranos de outros países tanto contra o governo brasileiro, conhecido, por conta da cobertura da mídia internacional, pelas violações dos direitos humanos, em especial pela prática da tortura, e contra a igreja nacional que revelava o nível do seu apoio ao governo ditatorial por meio do convite ao presidente.

Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, o luterano Oneide Bobsin relata:

36 *Apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 114.

Por parte das comitivas do exterior havia o temor de que o presidente da república, general Emílio G. Médici, e mais autoridades civis e militares, procurassem instrumentalizar a Assembleia para legitimar o regime frente à opinião pública nacional e internacional. Mas uma nota do 1 Exército publicada nos jornais, informava que havia uma minoria no exterior que procurava, numa campanha internacional, difamar o Brasil e que queria implantar o comunismo, aprofundou o debate. Cabe ainda destacar que uma matéria publicada na Alemanha fazia referência a um dossiê de posse da FLM, no qual havia 254 fichas de vítimas que apresentam as circunstâncias da prisão, lugar e data das torturas, tipos de torturas, torturadores, autoridades mais diretamente responsáveis, testemunhas e fontes de informação e outros dados importantes. Os conflitos se desenrolam entre Porto Alegre e Genebra. A Assembleia é cancelada e transferida para Evian, na França.³⁷

Os fatos e relatos expostos neste capítulo indicam como se deu o contexto de alinhamento de lideranças de igrejas evangélicas e de parcela de sua membresia ao golpe militar imposto ao Brasil em 1964. À medida que o golpe se consolidou e se configurou em um regime de exceção que resultou na ditadura militar que durou 21 anos, esse alinhamento ideológico foi aprofundado e concretizado em colaboração, o que será descrito no capítulo a seguir.

37 BOBSIN, Oneide. Direitos humanos, ditadura militar e igreja. *Comissão Estadual da Verdade*, RS. Disponível em <http://www.comissaodaverdade.rs.gov.br/conteudo/1308/direitos-humanos,-ditadura-militar-e-igreja---por-oneide-bob-sin>. Acesso em: 20 jul. 2014.

O aprofundamento da colaboração de evangélicos com a Ditadura Militar

À medida que o golpe de 1964 se configurou como uma ditadura militar com todo o nível de transgressões do regime democrático e de violações dos direitos humanos impostas aos cidadãos brasileiros, as igrejas protestantes, no que tange às suas lideranças nacionais e hierarquias do governo eclesiástico, intensificaram a postura de apoio. Isso ocorria tanto por meio de colaboração mais direta com o sistema da repressão militar quanto por práticas de repressão internas, trazendo à tona as disputas ideológicas e teológicas travadas no interior das igrejas.

Nesse último caso, as tensões entre conservadores e progressistas já existiam de décadas anteriores como reflexos dos avanços promovidos pelo movimento ecumênico na vida das igrejas desde o início dos anos 1960 (via Confederação Evangélica do Brasil e movimentos de juventude). Na verdade, essas tensões eram versões eclesiásticas dos conflitos experimentados no campo político brasileiro entre os grupos que atuavam para manter a velha ordem sociopolítica e econômica e os segmentos progressistas, com força nos movimentos sociais rurais e urbanos, que atuavam por mudanças e encontravam suporte nas políticas implementadas pelo governo João Goulart. A denúncia da ameaça comunista apregoada pelos grupos conservadores e a identificação de riscos à fé e à religião, entre eles o comunismo, encontravam eco nos espaços eclesiásticos.

Nesse contexto, a reação contrária ao ecumenismo tinha conquistado espaço. Além da acusação de “modernista”, foi adicionada a questão política, por meio da insinuação de que a entrada das igrejas

ortodoxas do Leste europeu no movimento ecumênico mundial via Conselho Mundial de Igrejas significava aproximação perigosa do socialismo soviético.

Tendo estabelecido a relação que existe entre a CEB e o CMI vejamos agora o que é o CMI. (...) o CMI não somente não é uma verdadeira organização cristã, mas é estreitamente oposto ao verdadeiro Cristianismo. (...) Há muitas e boas razões para sustentar esta acusação. (...) A Igreja Ortodoxa Russa, cujos líderes são comunistas treinados e que estão sob completo controle do governo comunista, tem sido admitida nas fileiras do Concílio (sic) Mundial de Igrejas. Isso demonstra a disposição, por parte dos líderes do Concílio Mundial de Igrejas, de serem usados pelo comunismo ateu. Não percebem que se a Polícia Secreta da Rússia tem permitido e encorajado essa união, fê-lo somente com o propósito e a esperança de se utilizar do Concílio Mundial de Igrejas, para fazer com que a cristandade inteira e o mundo livre se convertam ao comunismo ateu.¹

Jether Pereira Ramalho recorda:

Antes do golpe militar já havia uma reação forte por parte dos elementos conservadores. Duas coisas eram ditas: primeiro, que nós estávamos comprometidos com o ecumenismo. (...) Ecumenismo significava modernismo, o que era uma acusação muito forte de que se estava relativizando os elementos fundamentais da fé cristã. Segundo, havia ainda a acusação política de que o ecumenismo era um canal como o Comunismo e ia

1 RAPP, Robert S. A Confederação Evangélica do Brasil e o Evangelho Social. São Paulo: Missão Bíblica Presbiteriana no Brasil, (s.d.), p. 34, *apud* DIAS, Agemir de Carvalho. *O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994)*. A serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 146.

se espalhar pelos diversos países. Havia uma reação eclesiológica dizendo que o ecumenismo era uma forma de se quebrar a identidade confessional e denominacional e com isso se quebravam os fundamentos que deram origem às diversas denominações. O ecumenismo significava também uma aproximação com Roma e isso era muito difícil, pois como sabemos uma característica do Protestantismo no Brasil era a sua posição anticatólica.

Quando se começa a quebrar essa forma de autoafirmação, o anticatolicismo, através do movimento ecumênico, aparecem muitas reações. Existia uma acusação de relativismo moral também ou de costumes, na medida de que as pessoas se abriam mais, algumas coisas que eram consideradas tabus como a música, a bebida, outras formas de comportamento, eram também colocadas como negativas para esse grupo. Como se pode ver o grupo tinha muitas barreiras para vencer. O que dava força é que havia uma convicção de que se estava atravessando um período muito rico da Igreja e de seu compromisso.²

Na Confederação Evangélica do Brasil já havia uma crise estabelecida desde os anos de 1960 quando ela se expandia pelo país por meio dos Departamentos de Ação Social e de Juventude e do Setor de Responsabilidade Social. Segundo Waldo César, “(O Setor de Responsabilidade Social) era ecumenicamente muito maior do que a CEB com toda a sua tradição e história. Isso causava um mal-es-

2 RAMALHO, Jether Pereira. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 135.

tar interno para o pessoal, que via aquilo assustado”.³ Jether Pereira Ramalho também rememora:

Eu me lembro que eu estava em Natal fazendo uma conferência e quando fizemos a crítica ao programa de distribuição de roupas, no final nós fomos procurados por uma pessoa que se dizia ser da embaixada americana, ligada à igreja, e que fez uma denúncia não só às autoridades, mas à própria CEB sobre o trabalho que estávamos fazendo.⁴

Houve incompatibilidade com o secretário-geral, o pastor presbiteriano Rodolfo Anders, que estava no cargo havia mais de 30 anos, que passou a se queixar de que os departamentos eram demasiadamente autônomos.

Um exemplo dos embates no interior da CEB pode ser tomado da realização da Conferência do Nordeste em Recife, em 1962. O tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro” buscava ser uma leitura teológica e um desafio à ação ante o tempo das reformas de base e da força dos movimentos camponês, sindical e estudantil. Palestrantes não religiosos, entre eles marxistas como Paul Singer e Celso Furtado, pela primeira vez foram ouvidos numa conferência protestante. Waldo César relata:

Eu gostaria de chamar atenção para a conjunção “E” do tema: “Cristo e o Processo Revolucionário”; CRISTO, A IGREJA, “E”. Este “E”, em uma reunião da diretoria

3 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 143.

4 RAMALHO, Jether Pereira. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 143.

da Confederação... o Claudius (Claudius Ceccon) e eu fomos convocados e nos perguntaram: “Por que vocês vão fazer estes cartazes? O que esse “E” na cor vermelha?” O Claudius respondeu: “Reverendo, isso é cor litúrgica – símbolo da Igreja”. Eu não saberia responder a uma coisa tão simples. (...) Bem, eles não tinham argumentos; tiveram de engolir o negócio. Foi um estrago lá no Nordeste. Eu tenho essa documentação. Nós éramos manchete diária nos jornais. “EVANGÉLICOS PREGAM A REVOLUÇÃO SOCIAL”. Nessa Conferência esteve Gilberto Freire, Celso Furtado, Paul Singer, Juarez, Nelson Xavier apresentou uma peça de teatro.⁵

A Conferência do Nordeste foi um marco na história do protestantismo brasileiro, mas não esteve isenta das críticas por parte de lideranças protestantes de que era, na verdade, um ato comunista. Em uma reportagem publicada no *Diário de Pernambuco*, um destacado membro da Igreja Presbiteriana Fundamentalista, o presbítero Ebenezer Furtado Gueiros, declarou:

A infiltração vermelha na citada Conferência é evidente a começar do cartaz de propaganda de 95x65 cms em fundo vermelho, com uma cruz inclinada, tangida por um vendaval do qual sobressai uma foice. Contém os seguintes dizeres: “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Se o C da palavra Cristo se juntar em sentido horizontal com o T da mesma palavra, teremos a conhecida e estilizada figura da foice e do martelo. Este cartaz foi afixado aos milhares pelas ruas da cidade.⁶

5 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007.

6 CONFERÊNCIA evangélica infiltrada de vermelhos faz propaganda subversiva. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 12, 29 jul. 1962 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 81.

Os movimentos de juventude que representavam avanços no pensamento e na prática dos leigos protestantes também eram forte alvo de críticas. As reações contrárias partiam das cúpulas das denominações, mas também existiam no interior das próprias organizações de juventude. Um grupo de jovens presbiterianos do Recife, membros da Igreja Presbiteriana de Boa Vista, baluarte do conservantismo do Nordeste, escreveu um documento criticando fortemente o jornal *Mocidade* porque “difundia ou patrocinava ideias e atitudes absolutamente antagônicas às ideias e atitudes da IPB”.⁷ Um artigo publicado em 1950 no jornal *Mocidade* recebeu comentários por mais de um ano. Nele, o autor, o pastor presbiteriano Benjamin César, indicava os “graves perigos” entre os jovens presbiterianos: o excesso de organização e a falta de espiritualidade; a não preocupação com a “salvação” dos sócios da União de Mocidade Presbiteriana; entusiasmo pelo “falso ecumenismo”; influência do “mundanismo solerte”.⁸

Uma carta de um leitor da revista *Cruz de Malta*, da juventude metodista, expôs críticas ao debate de questões sociopolíticas pelos jovens:

A *Cruz de Malta* vem publicando, ultimamente, em sua seção “Síntese”, artigos que em tudo destoam e se afastam dos altos propósitos da revista da Mocidade Metodista Brasileira. O primeiro atacou as Forças Armadas e o Glorioso Exército do Brasil, guardião da independência e integridade da Pátria (...) Outro artigo foi um comentário que, a começar pelo título galhofeiro – “Vivam os analfabetos” (sobre o direito de voto dos analfabetos) –, discorda pelo que registra de insultuoso e injusto do objetivo da revista e do espírito cristão que nela deve existir. (...) Afirmações como estas (...) são impróprias ao espí-

7 *Mocidade*, jul. 1950, p. 4, apud ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 1982, p. 24.

8 *Mocidade*, jul. 1951 apud ARAÚJO, João Dias. *Inquisição sem fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 1982, p. 25.

rito cristão que deve nortear a *Cruz de Malta*, revista que não é órgão de uma agremiação político-partidária e sim da Mocidade Metodista do Brasil.⁹

Em relação ao movimento estudantil protestante, os conflitos se deram nos mesmos moldes: de um lado, os membros da Uceb; de outro, grupos de jovens evangélicos e pastores de determinadas igrejas. A acusação à Uceb era de que estava fazendo os estudantes perderem a fé, e com isso algumas denominações e missões estrangeiras retiraram seu apoio pastoral e financeiro.

Toda essa reação conservadora foi potencializada após o golpe militar de 1964. Os grupos críticos à abertura e aos avanços no interior do protestantismo se sentiram à vontade com o novo clima político do Brasil para assumir posturas autoritárias e passaram a implementar ajustes internos e a colaborar com o governo ditatorial na caça aos “inimigos internos”, identificados dentro do próprio corpo eclesiástico.

À medida que o regime se tornava mais obscurantista com novos Atos Institucionais (culminando com o fechamento mais grave como o AI-5), as igrejas o acompanhavam no endurecimento da repressão. As igrejas não apenas continuaram a se manifestar favoravelmente ao governo militar, como também começaram a colaborar com ele por meio da delação às autoridades militares de membros de seu corpo eclesiástico que faziam oposição ao regime. Também passaram a promover perseguições internas mediante expurgos (exclusões do corpo eclesiástico, demissões de cargos de lideranças e fechamento de instituições), atingindo aqueles que revelavam não somente oposição à ditadura militar como também posições teológicas progressistas, que

9 *Cruz de Malta*, maio 1958, p. 10 *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 138

iam além do fundamentalismo e do puritanismo característicos dos protestantes, conservados nos discursos e nas práticas de suas lideranças.

Lideranças das igrejas protestantes intensificaram os espaços em suas publicações oficiais para reiterar a adesão às políticas ditatoriais. Na Igreja Metodista, o editor de *Expositor Cristão*, pastor José Sucasas Jr., alinhado com o governo militar, foi substituído em março de 1968 pelo pastor Pithágoras Daronch da Silva, que fazia oposição à ditadura militar e compartilhava da visão teológica da responsabilidade socio-política da Igreja. Descontente com essas posturas que acabavam por ocupar as páginas do jornal, o Gabinete Geral da Igreja Metodista destituiu Daronch da Silva do cargo poucos meses depois de empossado e colocou em seu lugar o pastor Omir Andrade, que assumiu em 15 de novembro de 1968. O novo editor, à semelhança de Sucasas Jr., era um propagador do governo militar.

Já no seu primeiro editorial no ano de 1969, Andrade apoiava o processo eleitoral imposto pela ditadura militar e exaltava a expressiva vitória da Arena nas eleições de 15 de novembro de 1968. Aos metodistas, pedia que orassem pelos seus governantes, acompanhassem as suas decisões, e alertava para que eles não se deixassem influenciar por questões externas e continuassem a dar prioridade para resolver seus problemas com trabalho e fé (ANDRADE, Omir. “Eleições no Brasil”. In: *Expositor Cristão*. 15/01/69, p. 3). Por ocasião da enfermidade do presidente Costa e Silva, Omir Andrade publicou um artigo apoiando a decisão dos ministros militares de editar o AI-12 e assumir o poder central do país. Este apoio, segundo suas palavras, foi feito *em nome da família metodista*. Pediu ainda aos metodistas que orassem por Costa e Silva e justificou: “*Porque cremos que para o bem do Brasil e para a glória de Deus, a vida do grande estadista deve ser preservada*” (ANDRADE, Omir. “Impedimento do presidente Costa e Silva coloca no poder ministros

militares que editam o Ato Institucional nº 12”. In: *Expositor Cristão*. 15/09/69, p. 12).¹⁰

Em outro editorial, Andrade manifestou publicamente seu apoio integral ao Ato Institucional nº 5. Afirmava que, para poder implantar a democracia, o governo precisou tomar soluções antidemocráticas, mas que estava fazendo tudo o que podia pelo país por meio de sua ação política, econômica e no campo do desenvolvimento social. E acrescentou que as críticas feitas ao AI-5 faziam parte de uma campanha impregnada de paixões ideológicas e antidemocráticas.¹¹

Os editoriais do *Expositor Cristão* manifestavam constante apoio ao modelo político-econômico do governo militar e conclamava os metodistas a dele participarem.¹² No mês de celebração da independência do Brasil, o editorial destacou que os direitos humanos só seriam atendidos por meio da consagração total aos deveres de cidadãos conscientes e cristãos, pois “ter consciência cívica nobre e elevada é o melhor meio de se exigir (sic) os direitos humanos”.¹³ Na edição de abril de 1970, o editorial de Omir Andrade afirmou: “Felicitamos e nos

10 *Apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 116 (grifos no original)

11 ANDRADE, Omir. A fé cristã vence o mundo. *Expositor Cristão*. 15 jan. 1969, p. 3, 5 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.

12 Ver ANDRADE, Omir. Desenvolvimento. *Expositor Cristão*. 15 jun. 1969, p. 3 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.

13 ANDRADE, Omir. “7 de setembro é o dia da independência do Brasil”. *Expositor Cristão*. 31 ago. 1969, p. 3. Ver também do mesmo autor “Brasileiro, cumpre teu dever de cidadão”. *Expositor Cristão*. 15 set. 1969, p. 3 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese. (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 116.

congratulamos com todos os brasileiros na passagem de mais um aniversário da Revolução de 31 de março de 1964”;¹⁴ na edição seguinte, publicou um discurso do presidente General Emílio Garrastazu Médici por ocasião do sexto aniversário do governo militar, sob o título de “Brasil grande, meta da Revolução”.¹⁵

Nessa mesma linha, o jornal publicou nota oficial do governo que desmentia a prática de tortura nas prisões brasileiras e a existência de presos políticos no país: “Ninguém perde a liberdade simplesmente por divergir da orientação democrática defendida pelo Governo”.¹⁶ Importa destacar que nesse mesmo período quatro jovens metodistas estavam presos e sofrendo tortura no DOI-Codi e no Deops de São Paulo: Heleny Guariba, Celso e Fernando Cardoso da Silva e Anivaldo Padilha, como será relatado adiante. A defesa das afirmações do governo foi reforçada em mais duas edições de 1970 com a publicação de novos desmentidos que diziam não ser verdade que o governo praticava o genocídio de índios, a tortura e o rompimento das relações entre Igreja e Estado.¹⁷

14 ANDRADE, Omir. “Mordomia cristã”. *Expositor Cristão*. 15 abr. 1970, p. 3 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 117.

15 ANDRADE, Omir. “Brasil grande, meta da Revolução”. *Expositor Cristão*. 31 maio 1970, p. 5 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 118.

16 ANDRADE, Omir. “Governo desmente violência”. *Expositor Cristão*. 30 jun. 1970, p. 8 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 118.

17 *Expositor Cristão*. 15 set. 1970, 30 set. 1970, p. 6 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.

O jornal *Brasil Presbiteriano* foi também foi um espaço fortemente revelador dos conflitos ideológicos e teológicos no interior do presbiterianismo e do apoio da liderança ao regime militar. O redator-chefe, reverendo Domício Pereira Matos, colaborador da Confederação Evangélica do Brasil, foi substituído imediatamente após o golpe de 1964 pela Comissão Executiva do Supremo Concílio, que nomeou interinamente para o cargo o pastor Boanerges Ribeiro. No entanto, Ribeiro permaneceu na direção do jornal até 1965, e entre 1966 e 1978 exerceu a função de presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, tendo promovido uma série de perseguições e expurgos.

Em junho de 1964, o presidente do Supremo Concílio da Igreja, Amantino Vassão, publicou texto justificando a nova linha editorial:

O jornal oficial da Igreja foi apontado como o pulmão da Igreja. (...) Damos graças a Deus, porque a medicina eclesiástica da IPB chegou a tempo de dominar o germen da demagogia, da calúnia e dos ataques pessoais que, por alguns meses, debilitaram o órgão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil. E agora, ultrapassada a grave crise, irá o sangue regenerado percorrendo as veias e os órgãos vitais da amada IPB, de tal sorte que, abençoada por Deus, prosseguirá ela em sua marcha vitoriosa para bem servir a Deus e à Pátria.¹⁸

Em maio de 1966, a décima edição do jornal divulgava o lançamento do livro *O Evangelho Social e a Igreja de Cristo*, de autoria do pastor Alcides Nogueira, que traz uma série de acusações a pastores da igreja qualificados como hereges, liberais, esquerdistas e comunistas, por meio da transcrição condenatória de textos, artigos e livros inspirados

18 COM A PALAVRA o presidente da Igreja – Pulmão sadio. *Brasil Presbiteriano*, p. 2, jun. 1964 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 107.

na teologia do Evangelho Social. Segundo o jornal, a obra era esclarecedora sobre as novas e perigosas tendências ideológicas que permeavam o protestantismo nacional com o nome de “Evangelho Social”, classificado como um falso Evangelho. O texto do *Brasil Presbiteriano* incentivava os pastores a comprarem e distribuírem o livro entre os membros da Igreja.¹⁹

Quanto ao governo militar, a Igreja Presbiteriana também apresentava constantemente em seu periódico – o jornal *Brasil Presbiteriano* – os presidentes militares como homens de elevada qualidade política e pessoal, uma espécie de chefes predestinados e autorizados a governar o Brasil⁵⁹⁶. Dentre os vários momentos significativos para análise deste posicionamento, destacamos a maneira como foi registrada pelo jornal a saída do general Garrastazu Médici e a posse do general Ernesto Geisel em 1974, protestante de confissão luterana. Ao reproduzir parte de um boletim dominical da Igreja Presbiteriana Nacional de Brasília, de 17 de março de 1974, o jornal *Brasil Presbiteriano* afirmou:

“Um homem probo, honesto, operoso e capaz deixa o poder e assume o seu lugar outro homem público, com folha de serviço relevante e personalidade definida e, sobretudo isso, um crente evangélico. (...)

Ao General Emílio Garrastazu Médici nossa gratidão pela lhanura e justiça com que nos tratou no seu governo. Ao General irmão Ernesto Geisel, nossas orações a Deus para que seu governo seja uma benção para to-

19 O EVANGELHO Social e a Igreja de Cristo. *Brasil Presbiteriano*, n. 10, maio 1966 apud VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

dos os brasileiros de todas as crenças. Adeus Presidente Médici – Bemvindo Irmão Geisel!”²⁰

A partir de meados das décadas de 1960 e 1970, o jornal reservou espaço em suas páginas para combater aqueles que criticavam o governo, que pregassem a teologia do engajamento social ou mesmo que defendessem ações ecumênicas. Essas pessoas, identificadas dentro da Igreja Presbiteriana e em outras denominações cristãs, eram tidas como subversivas, comunistas e liberais, e para quem assim era classificado era indicada a necessidade de afastamento ou expulsão da igreja.²¹

Outro texto exemplar sobre a postura da Igreja Presbiteriana foi publicado no *Brasil Presbiteriano* em 1974. Era sugerido que diante das eleições para a escolha do presidente do Supremo Concílio, a serem realizadas naquele ano, a IPB continuasse a ser controlada por alguém considerado de linha dura, uma clara referência ao pastor Boanerges Ribeiro, que tentava a terceira eleição consecutiva, o que de fato ocorreu.²² Acrescenta-se a isso o fato de que

o ambiente de vigilância, controle, denúncias anônimas e medo vivido na sociedade de alguma maneira se reproduziam na IPB. Havia em sua cúpula altos escalões das Forças Armadas como o coronel do II Exército,

20 IGREJA Presbiteriana Nacional saúda Presidente da República. *Brasil Presbiteriano*, p. 6, mar./abr. 1974 apud VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 238-239

21 Ver A IGREJA face à subversão. *Brasil Presbiteriano*, maio/jun. 1974 apud VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

22 PRESIDENTE “linha dura”. *Brasil Presbiteriano*, maio/jun. 1974 apud VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Renato Guimarães, o que pode ter contribuído para as decisões tomadas pelo Supremo Concílio em 1970.²³

No caso da igreja Assembleia de Deus no Pará, o apoio dedicado à consolidação do regime militar rendeu benefícios. Registros da igreja em Belém revelam o recibo de uma “oferta” feita pelo governador do Pará Alacid Nunes, entregue à igreja pelo deputado estadual paraense filiado à Arena Antonio Teixeira, um dos primeiros políticos dessa confissão religiosa.²⁴ Desse momento até o final da ditadura militar, ela recebeu ajuda financeira substancial, favores políticos e prestígio social; em troca, sob a presidência do pastor Paulo Machado, conseguia votos, apoio ideológico e legitimação divina ao projeto de governo autoritário.²⁵ O ministro da Educação e Cultura Coronel Jarbas Passarinho, padrinho do governador Alacid Nunes, foi um dos grandes distribuidores de fundos para a Assembleia de Deus em Belém na forma de subvenção social para a construção de um instituto teológico. De acordo com registros da igreja, foram enviados pelo MEC, como apoio educacional, US\$ 28,035.00 entre 1970 e 1974.²⁶

O governador do Pará Alacid Nunes homenageou a Assembleia de Deus no estado por ocasião do seu 68º aniversário em 1979, lembrando aos assembleianos o significado do seu apoio: “Eu não poderia

23 VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 212.

24 Atas 1968 *apud* CHESNUT, R. A. *Born Again in Brasil: the Pentecostal boom and the pathogens of poverty*. New Jersey: Rurgers University Press, 1997, p. 150.

25 CHESNUT, R. A. *Born Again in Brasil: the Pentecostal boom and the pathogens of poverty*. New Jersey: Rurgers University Press, 1997, p. 150

26 Atas 1970–1974 *apud* CHESNUT, R. A. *Born Again in Brasil: the Pentecostal boom and the pathogens of poverty*. New Jersey: Rurgers University Press, 1997, p. 150.

perder este evento onde sei que as orações subirão aos céus em constante súplica pelo Estado e seus líderes”.²⁷

Essas posturas são explicativas do silêncio das igrejas protestantes em seus veículos e espaços oficiais quanto a prisão, tortura e desaparecimentos praticados pelo aparelho de repressão da ditadura militar e que atingiam membros do próprio corpo eclesial. Esses casos serão expostos adiante.

Inserção protestante nos quadros do regime militar

Não são poucos os registros de que protestantes atuavam nos quadros do regime militar. Contando com o apoio das lideranças de suas igrejas, alguns colaboravam diretamente com o aparato violento da repressão; havia os que, por conta de exercerem cargos destacados, recebiam louvado reconhecimento.

A inserção e a cooptação de quadros subalternos para o regime militar, nos meios conservadores leais ao instalado pelo Golpe de 1964, encontraram entre os evangélicos muitas pessoas dispostas a aceitar tais cargos. Afinal de contas, para muitas delas essa era uma oportunidade para exercitar uma luta mais concreta contra a subversão comunista, a corrupção dos políticos e a hegemonia católica na política brasileira. Isso sem contar que o protestantismo sempre admirou a figura de um Estado disciplinado e regido por leis morais. No Brasil, daquele período, essa foi uma chance que muitos protestantes tiveram de pôr em prática o antigo anseio de colocar o Estado a serviço de um projeto de intervenção moral na sociedade.²⁸

27 ACTS 1979 *apud* CHESNUT, R. A. *Born Again in Brasil: the Pentecostal boom and the pathogens of poverty*. New Jersey: Rutgers University Press, 1997. p. 153.

28 CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969)*. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002, s.p. (digitalizado).

Cargos públicos

1. *Nehemias Gueiros*, jurista integrante de tradicional família da Igreja Presbiteriana do Brasil, colaborador do regime, foi o redator do Ato Institucional n. 2, editado em 27 de outubro de 1965, a convite do Ministro da Justiça do Governo Castelo Branco Juracy de Magalhães. Nehemias Gueiros havia ocupado a presidência da OAB entre 1956 e 1958 e é citado como “patrono de conhecidos grupos econômicos que se opunham a Goulart”.²⁹ Ele escreveu no preâmbulo do AI-2: “A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um governo que afundavam o País na corrupção e na subversão (...). Ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação”. Por isso “a revolução investe-se no exercício do poder constituinte, legitimando-se pois a si mesma (...) representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é único titular”³⁰.
2. *Sérgio Paulo Freddi*, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, foi chamado pelos militares para dirigir a agência paulista da Assessoria Especial da Presidência da República (AEPR) em 1970. Esse ministro evangélico, falecido em 1973, foi pastor do principal templo da IPI, situado à Rua Nestor Pestana,

29 COELHO, Fernando. *A OAB e o regime militar (1964-1986)*. Recife: OAB – Seção Pernambuco, 1996, p. 44 *apud* MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme. Contra as reformas e o comunismo: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no governo Goulart. *Estudos Históricos*, v. 25, n. 49, p. 149-168, jan./jun. 2012. p. 157. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v25n49/10.pdf>. Acesso em: 2 set. 2014.

30 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ato Institucional n° 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 06 jun 2022.

136, em São Paulo, conhecido como a Catedral Evangélica de São Paulo. A AEPR era encarregada da propaganda política e pessoal do Presidente Médici, tendo disseminado uma imagem simpática do líder mais repressor que a ditadura produziu. No velório de Freddi, estiveram presentes altas autoridades civis e militares, como o Governador do Estado e o General Comandante do II Exército, que ajudou até mesmo a carregar o caixão, conforme noticiário da imprensa. A Câmara Municipal de São Paulo reverenciou sua memória em uma sessão especial.³¹

3. Foi no governo de Médici que o *Coronel Ulysses Panisset* (metodista, reitor do Colégio Izabela Hendrix, Belo Horizonte, MG) foi nomeado para o cargo de membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. No momento de homenagem do X Concílio Geral da Igreja Metodista por ter assumido tal função, Panisset expressou sua ligação com o governo militar, conforme registrado nas atas daquele evento:

O reitor do Colégio Izabela Hendrix, professor Ulysses Panisset (...) dá informação de seu esforço no sentido da tentativa de contar com a presença (no Concílio) de Sua Excelência o General Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República Federativa do Brasil, como também da possibilidade hoje, do coronel Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e Cultura. Os mesmos não puderam comparecer devido a uma extensa agenda de compromissos anteriormente assumidos. O Bispo Presidente informa ao reitor do Colégio Izabela Hendrix do dese-

31 CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969). Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002.

jo deste plenário manifestar sua alegria pela sua investida em importante cargo na Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Minas Gerais. O plenário expressa essa alegria e o professor Ulysses Panisset dá detalhes de sua nova atividade e da importância deste trabalho nas atividades educacionais da Igreja Metodista no referido Estado.³²

4. *Ocupação de cargos executivos: Coronel Theodoro de Almeida Pupo* (presbiteriano) – nomeado pelo governo militar como interventor federal no município de Araras/SP a partir de 1970; *Geremias Fontes* (presbiteriano) – nomeado em 1966 pelo governo militar como governador do Estado do Rio de Janeiro; *Eraldo Gueiros Leite* (integrante de uma tradicional família de presbiterianos) – foi procurador-geral da Justiça Militar e ministro do Superior Tribunal Militar nos primeiros anos do regime e indicado pelo presidente Médici para o governo de Pernambuco entre 1971-1975; *Ernesto Geisel* (origem luterana) – presidente da República.

Militares e civis colaboradores de órgãos da repressão

1. O Tenente-Coronel do Exército *José Walter Faustini*, homem importante no serviço de inteligência militar no Estado de São Paulo, foi nomeado pelo Ministério do Exército para o Serviço Nacional de Informações criado em 1968³³. Era

32 Atas, suplementos e documentos do X Concílio Geral e II Concílio Geral Extraordinário da Igreja Metodista do Brasil, p. 20-22 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 117.

33 *Diário Oficial da União*, 11 mar. 1968, Seção 1, p. 12. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2860769/pg-12-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-03-1968/pdfView>. Acesso em: 2 set. 2014.

um dos auxiliares do Rev. Freddi no principal templo da Igreja Presbiteriana Independente (IPI), onde exercia a função de presbítero (um líder leigo que participa do conselho de administração de um templo presbiteriano ao lado do pastor).³⁴ Recebeu a Medalha “Mérito Tamandaré” do Ministério da Marinha em 1971 (Portaria n. 0433, de 10 de maio de 1971).³⁵ Após deixar o Exército (por aposentadoria) em 1972, tornou-se responsável pela montagem de feiras internacionais (industriais e comerciais) por indicação do governo militar. Um texto necrológico sobre ele, de autoria do pastor emérito da 1ª IPI de São Paulo, Rev. Abival Pires da Silveira, registra: “Walter era uma pessoa muito especial. Abraçou a carreira militar revelando-se um oficial brilhante e por isso mesmo respeitado por seus pares e sempre lembrado para missões especiais e delicadas”.³⁶

2. O Capitão do Exército *Roberto Pontuschka Filho*, capitão do Armamento do Exército, serviu no DOI-Codi (Oban), de 1969 a 1970, e foi nomeado, em 1971, Auditor da 2ª Circunscrição da Justiça Militar. Apresentou-se como pastor batista a presos no DOI-Codi, em julho de 1969, quando lhes levou exemplar do Novo Testamento. Ao ser questionado por um preso, Ricardo Zaratinni, se ele “não tinha vergonha de torturar presos à noite e levar-lhes literatura evangélica durante o dia nas celas”, (sic) o referido pastor,

34 CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969). Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002.

35 *Diário Oficial da União*, 19 maio 1971, Seção 1, p. 12. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3023410/pg-12-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-05-1971/pdfView>. Acesso em: 2 set. 2014.

36 *Boletim da 1ª IPI de São Paulo*, 8 out. 2013.

afirmou, apontando para uma pistola debaixo do paletó: ‘Para os que desejam se converter eu tenho a Palavra de Deus, para quem não quiser há outras alternativas’ Em outra oportunidade, conforme relato de Antonio Carlos Fon a Leonildo Silveira Campos, esse “estranho personagem” afirmou a mesma coisa, acrescentando a expressão “para quem se recusa ouvir a palavra de Deus eu uso essa outra linguagem”, apontando para a sua pistola.³⁷

3. Os irmãos metodistas *pastor José Sucasas Jr. e bispo Isaías Sucasas* eram informantes do serviço secreto do DOPS e foram responsáveis por várias denúncias de pessoas da Igreja Metodista identificadas como subversivas que resultaram em prisões arbitrárias, tortura e exílio, como será relatado adiante. “Conseguimos o que queríamos, de maneira que recebemos o documento que nos habilita aos serviços secretos desta organização nacional da alta polícia do Brasil”.³⁸
4. *Capelães evangélicos: do 2º Exército em São Paulo*, o capitão *Juvenal Ernesto da Silva* é citado por várias vezes no Diário de Isaías Sucasas; da Academia Militar das Agulhas Negras, *Messias Amaral dos Santos*, da Igreja Metodista, foi delator

37 CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969). Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002, s.p. (digitalizado); COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ. *Projeto Brasil Nunca Mais*. Documentação 19710416\19751023, pasta 19771212 (1), p. 4. Disponível em: <http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=-DocBNM&pagfis=8705&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net>. Acesso em: 2 set. 2014.

38 Diário de Isaías Sucasas, 25 mar 1969, p. 149 *apud* SCHMIDT, Daniel. *Herdeiros de uma tradição: uma investigação dos fundamentos teológico-ideológicos do conservadorismo metodista na crise da década de sessenta*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008, p. 118. Esse registro foi feito pelo bispo Sucasas em seu diário no dia em que os dois irmãos foram ao DOPS retirar as credenciais de informantes.

de lideranças ligadas à Igreja Metodista e de professores do Instituto Metodista Bennett, o que será relatado adiante.³⁹

O caso do Coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra

Chefe do DOI-Codi do II Exército de 1970 a 1974, reconhecido por vários presos políticos como torturador, Ustra apresentou-se como membro da Igreja Metodista à líder de juventude metodista Ana Maria Ramos Estevão, quando ela esteve presa naquela unidade em junho de 1972.⁴⁰ A CNV obteve confirmação da Igreja Metodista em Santa Maria/RS de que o pai do coronel, Celio Martins Ustra, foi recebido como membro daquela comunidade em 1927, mas o nome do coronel não constava na lista de membros.

Essa informação foi confirmada em 2020 e ampliada pelo projeto de checagem de fatos *Coletivo Bereia – Informação e Checagem de Notícias* em matéria publicada em 28 de outubro daquele ano, depois de verificar postagens de mídias sociais que afirmavam à época que o coronel era ligado à Igreja Presbiteriana do Brasil. A pesquisa feita concluiu que o coronel não era evangélico e que provavelmente fez uso das informações que tinha sobre a Igreja Metodista – em virtude do relacionamento com pai e irmãos que eram membros em Santa Maria, sua cidade natal – para obter vantagem da jovem Ana Maria Ramos Estevão, que estava em situação vulnerável. A matéria publicada pelo *Coletivo Bereia* registra que Ustra, falecido em 2015, se declarou católico a jornalistas, se expressava com linguajar católico e teve missa de sétimo dia e de ano de morte. Essas informações podem ser consideradas indícios da vinculação do agente da ditadura ao Catolicismo, tendo

39 MATTOS, Paulo Ayres. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade*, 2013.

40 ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade*, 2012.

seguido a trajetória religiosa da mãe, com quem tinha fortes laços, segundo sua biografia.⁴¹

Participação em cursos da Escola Superior de Guerra (ESG)

Uma das formas de lideranças protestantes abraçarem a causa do regime militar foi a participação em cursos da Escola Superior de Guerra (ESG). O deputado federal da Igreja Congregacional *Daso Coimbra* (PTB, PSD, Arena-RJ), eleito por sete mandatos (1963-1991), era o intermediador das indicações de pastores para esses cursos. Sua posição pode ser explicada pelo alinhamento ideológico com o regime militar e também por ser irmão de um almirante.⁴² Dentre os muitos participantes, os mais destacados foram o pastor *Guilhermino Cunha*, aluno na turma de 1980, que se tornou o presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil entre 1994 e 2002; pastor *Nilson Fanini*, aluno da turma de 1981, presidente da Convenção Batista Brasileira por 14 vezes e também da Aliança Batista Mundial (1995-2000); e o pastor *Firmino da Anunciação Gouveia*, presidente da Assembleia de Deus em Belém, de 1968 a 1997 e da Convenção Geral do Pará por 16 anos dentro desse período, que participou da turma de 1985.⁴³

41 CUNHA, Magali do Nascimento. Não é possível afirmar que o coronel Brilhante Ustra tenha sido membro da Igreja Presbiteriana do Brasil. *Bereia – Informação e Checagem de Notícias*, 28 out. 2020. Disponível em: <https://coletivobereia.com.br/nao-e-possivel-afirmar-que-o-coronel-brilhante-ustra-tenha-sido-membro-da-igreja-presbiteriana-do-brasil/>. Acesso em: 1 maio 2022.

42 FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994, p. 59.

43 Cf. ASSEMBLEIA de Deus de Belém do Pará. *Pastor Firmino Gouveia*. Arauto pentecostal. Disponível em: http://www.adbelem.org.br/index.php?Itemid=58&id=55&option=com_content&view=article. Acesso em: 2 set. 2014; BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira: *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: A presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino*

Um documento produzido pela Comissão Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil em 1975 aprovou a sugestão para que pastores realizassem cursos na Escola Superior de Guerra (ESG):

Sugestão no sentido de aproveitamento por ministros presbiterianos do Curso Intensivo mantido pela Escola Superior de Guerra.

Considerando a importância da orientação filosófico-doutrinária da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA para os líderes brasileiros;

Considerando a possibilidade de pleitear uma vaga junto à ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA para os pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil no curso de pós-graduação da referida Escola;

Considerando a oportunidade da Igreja Presbiteriana do Brasil estar presente no ambiente do mais alto nível cultural do País em assuntos econômico-político e psicossocial;

A CE-SC resolve:

- a) Entrar em contato com a Escola Superior de Guerra para estudar a possibilidade de conseguir uma vaga anualmente em nome da Igreja Presbiteriana do Brasil;
- b) Que os futuros pastores estagiários sejam indicados pela própria Comissão Executiva do Supremo Concílio;
- c) Que a IPB, através da Fundação Educacional, conceda bolsa de estudos ao estagiário visto ser o curso de dedicação exclusiva no período de um ano (sic).⁴⁴

de Deus no Congresso Nacional 1999-2006. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

44 Documento XXXV da Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Supremo Concílio, Brasília, 4 de fevereiro de 1975. Esse documento também foi

Propaganda do governo militar no programa batista “Reencontro”

A amizade do *pastor batista Nilson Fanini* com o governo militar não se restringiu à participação no curso da Escola Superior de Guerra. O programa de TV do pastor intitulado “Reencontro”, que estreou na TV Continental do Rio de Janeiro em 1967, recebeu espaço do governo federal na TV Educativa, Canal 2 e Rede Nacional de TVs Educativas. Era um programa de variedades com apresentações musicais, entrevistas e pregações. O apelo à “salvação em Cristo” era enfatizado com bases fundamentalistas e individualistas.

Em 1982, durante o período da ditadura denominado “abertura política”, ocorreram as primeiras eleições diretas depois do Ato Institucional n. 2 – que extinguiu os partidos e impôs o bipartidarismo –, em que a população brasileira pôde votar para governadores dos estados. Havia maior número de partidos na disputa, e o pleito também incluía eleições para o Congresso Nacional.

Nesse ano foi realizado culto do Programa Reencontro no Estádio do Maracanã com a Cruzada “Deus salve a família”. Com mais de 150 mil pessoas presentes, pela primeira vez um presidente da República compareceu a um culto protestante público: o pastor Fanini havia convidado o presidente João Batista Figueiredo, que esteve presente com oito ministros de Estado, governadores e autoridades civis e eclesíásticas. Figueiredo discursou e foram distribuídas cópias do Novo Testamento “O mais importante é o amor”, com prefácio do Presidente da República impresso em página de rosto. Era uma campanha explícita para o PDS, partido do governo, nas eleições que se processariam dali a três meses.

publicado pelo jornal *Brasil Presbiteriano*, em fevereiro de 1975, p. 3, *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 264

Em 1983, o pastor Fanini recebeu a concessão do Canal 13 do Rio de Janeiro (o da extinta TV Rio) por 15 anos, outorgada pelo presidente João Batista Figueiredo. O ousado projeto de Fanini de gerenciar o que seria o primeiro canal de TV evangélico, a TV Ebenezer, foi frustrado, e sua programação nem chegou a estrear. Após a tentativa malsucedida, o pastor Fanini afastou-se da mídia, o que não o impediu de continuar em destaque no meio evangélico.⁴⁵

Delações às autoridades militares

Historiadores relatam que o aparato da informação relacionado à repressão imposta pela ditadura militar a toda e qualquer forma de oposição ao regime foi incorporado por diferentes segmentos da sociedade. Isso se concretizava na forma de denúncias anônimas, delações, repasses de informações e vigilância.

O presbítero e coronel do Exército Renato Guimarães, membro da Igreja Presbiteriana do Brasil, integrado ao presbitério em que atuava o pastor Boanerges Ribeiro em São Paulo, declarou ao Supremo Concílio da Igreja que era um crente presbiteriano, um soldado de Cristo, mas que também era um soldado da pátria e que, como tal, tinha o dever de denunciar os irmãos da igreja cooptados pelo socialismo e pelo comunismo; assim sendo, delataria aos órgãos de segurança tanto os suspeitos de subversão não crentes como também os membros comuns das igrejas e os pastores.⁴⁶ O jornal *Brasil Presbiteriano* publicou

45 Cf. ASSOCIAÇÃO DOS DIÁCONOS BATISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Programa Reencontro*, amanhã último capítulo irá ao ar na TV do Brasil, 16 set 2011. Disponível em: <http://www.adiberj.org/portal/2011/09/16/programa-reencontro-amanha-ultimo-capitulo-ira-ao-ar-na-tv-brasil>. Acesso em: 2 set. 2014; CARDOSO, Onésimo de Oliveira. Canal 13, TV Fanini. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 228, p. 18-19, mar. 1988.

46 ARAÚJO, João Dias. Entrevista a Marcio Vilela. Feira de Santana, set. 2011 apud VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

o currículo do oficial em que são ressaltadas as ações pelo Exército sob o título "Atuação na revolução de 31 de março de 1964", informando que ele participava de atividades junto à Igreja Presbiteriana de Copacabana, no Rio de Janeiro, e a da Vila Mariana, em São Paulo⁴⁷.

Em um relatório do Deops-SP, o coronel Guimarães é citado como Chanceler da Universidade Mackenzie, ao lado do reitor, *o industrial e presbítero Paulo Breda Filho e do Rev. Boanerges Ribeiro*, presidente da mantenedora do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Anexo ao relatório do Deops estava um impresso referente à posse dos ocupantes das funções de chanceler e de reitor datado de 5 de abril de 1977⁴⁸.

Esse é um dos inúmeros casos identificados nas diversas fontes utilizadas pela CNV que indicam a prática entre protestantes. Havia os informantes (militares e civis) com relação formal com aparelhos de repressão, como registrado acima, e também cidadãos comuns que se sentiam motivados a colaborar com a eliminação de toda e qualquer oposição considerada nociva ao governo.

Alguns casos emblemáticos de acordo com documentação levantada pela CNV podem ser citados:

O líder da Igreja Presbiteriana Fundamentalista em Pernambuco pastor *Israel Furtado Gueiros* apresentou declaração à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco em 26 de junho de 1964, denunciando o presbiteriano Gerson Maciel Neto como subversivo extremo, por conta de ter participado de um evento de caráter comunista, a Conferência do Nordeste, realizada em 1962 na cidade do Recife, e pronunciado discursos revolucionários. Diz a declaração:

O senhor Gerson Maciel Neto tomou parte naquele Congresso, sendo de conhecimento do depoente ter o mesmo feito um discurso de caráter revolucionário, em uma assembleia do Congresso; que teve oportunidade

47 *Brasil Presbiteriano*, ano 15, maio/jun. 1974, p. 8.

48 *Arquivo do DOPS-SP* n. 3.023, de 1/10/1977.

de ler uma entrevista prestada pelo mencionado Gerson, publicada no jornal Última Hora, onde o mesmo ressaltava que a solução dos problemas brasileiros só teria êxito com uma revolução; socialista; que pelos comentários em torno das atividades e pronunciamentos do senhor Gerson Maciel, o depoente o reconhecia como um homem de formação política esquerdista (...).⁴⁹

Em fevereiro de 1966, o *vice-presidente da Comuna Evangélica de Curitiba (Igreja Luterana)* (nome não registrado na documentação dos órgãos de segurança) decidiu “cumprir suas responsabilidades de cidadão”, encaminhou extensa carta ao DOPS da capital paranaense em que relatava a atividade subversiva de pastores da Igreja Luterana. Para afirmar a veracidade da denúncia, o pastor dizia que, por estar à frente de um cargo administrativo, tinha acesso a informações privilegiadas sobre os denunciados. A delação apresentava os nomes de: (i) Pastor Edward Alfred Olander, que desenvolveu, em Curitiba, um trabalho com a mocidade luterana e residiu depois na cidade de São Paulo, havia deixado o Brasil após sua participação em atividades comunistas; e (ii) Pastor Richard Wangen, envolvido em atividades ligadas aos jovens de sua igreja:

Wangen (...) disse mais ou menos o seguinte (durante um almoço no Concílio Geral da Igreja na cidade de Canoinhas): “Pela primeira vez estamos fazendo o que fazem os comunistas. Temos um elemento nosso, devidamente escolado, matriculado na Universidade e que ficará anos a fio, sem interesse de se formar, até que tenha organizado uma equipe que, por sua vez, am-

49 Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco/Ofício nº 895, de 17 de julho de 1964/Termo de declaração que presta Israel Furtado Gueiros, de 26 de junho de 1964/Termos de declaração que presta Gerson Maciel Neto, de 29 de abril de 1964. *Brasil: Nunca Mais*, pasta 266, p. 3094-3099. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

pliará cada vez mais o trabalho”. O vice-presidente da Comuna Evangélica de Curitiba afirma aos agentes do regime militar que, com o intuito de se aproximar dos jovens da comunidade luterana em Curitiba, o pastor Wangen iniciou a organização de uma casa para estudantes que era capaz de atender a 100 (cem) alunos, empreendimento orçado em 300 (trezentos) milhões de cruzeiros, dinheiro proveniente da Suécia.⁵⁰

A delação ainda incluía o pastor Heins Ehlert, um dos defensores e colaboradores de Wangen no trabalho com os jovens, que também era acusado de ser “contra todo e qualquer governo, pregando a anarquia”. Essas acusações tinham por base a análise de uma peça de teatro para o Natal traduzida do alemão para o português e apresentada por jovens na igreja, em 1963, dirigida por ele. Richard Wangen e Heins Ehlert foram ainda apontados como organizadores de encontros de fins de semana considerados subversivos pelo líder luterano.

Carta anônima datada de 11 de novembro de 1969 e dirigida ao DOPS no Rio de Janeiro:

Às autoridades do País,

Prezados Senhores:

No intuito de concorrer para o combate à subversão, peço a atenção de Vs.Sas. para as observações que se seguem:

50 Documentos/informações referentes à: Igreja Presbiteriana. Arquivo Público do Estado do Paraná. Cód-Ref. BR PRA PPR, XX PB4. O. PT. 1119 – Memórias Reveladas/Ministério da Justiça *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. p. 157-158.

Data de longo tempo a infiltração do comunismo nos meios religiosos do País, tanto no campo católico como no protestante, que, parece ao observador comum, não tem tido a atenção devida das autoridades constituídas.

Há um grupo, talvez pequeno, mas muito ativo, que vem agindo há longa data nas igrejas protestantes, valendo-se das organizações internas e das reuniões da juventude para fazer a subversão. Há algumas dezenas de elementos perniciosos que poderia enumerar. Vejamos os nomes de alguns:

1. Quando eu era calouro na Faculdade, na catequese que os comunistas faziam junto aos estudantes evangélicos, citavam o sr. *Waldo César* (*Waldo Lenz de Araújo César*) como membro militante do Partido Comunista. E esse elemento, embora se eclipse quando a maré está braba, continua agindo ativamente, auxiliado pela mulher, a prof. *Maria Luíza Cruz César*, e até pela filha, que é menor, já posta ao serviço do Demo. Frequentemente ele tem ido ao Uruguai, ao México, aos Estados Unidos e à França a serviço da subversão.

2. Com ele cooperam até altas autoridades eclesiásticas, postas ao desserviço da Pátria, como o bispo *Almir dos Santos*, da Igreja Metodista de Belo Horizonte, que ao deflagrar o movimento redentor de março de 1964, se encontrava em Cuba, a convite e às expensas de Fidel Castro, e conseguiu burlar a vigilância da revolução, regressando ao Brasil via Espanha, e aqui continua agindo sub-repticiamente, ao ponto de haver levado a juventude metodista das Alterosas a profanar o templo da Igreja Metodista Central de Belo Horizonte, numa madrugada, pichando suas paredes internas e seu altar com *slogans* subversivos, em data não remota.

3. Braço direito desse movimento subversivo é o dentista *Jether Pereira Ramalho*, que viaja constantemente pelo País e ao estrangeiro, promovendo reuniões clandestinas e servindo de pombo correio a serviço da subversão.

4. Doutrinador da juventude é o “pastor” *Carlos Alberto Correia da Cunha*, que conhecido como elemento da ala chinesa, teve, e talvez ainda tenha, a proteção de missionário norte-americano, no Instituto Central do Povo, na rua Rivadávia Correia, 188, na Gamboa, onde deverá ter excelente campo para “indoutrinar” a juventude.

5. Outro indivíduo que vem corrompendo a juventude, mesmo como pastor que é da Igreja Presbiteriana de Madureira (Av. Ministro Edgar Romero, 314) é o sr. *Francisco de Paula Pereira de Souza*, que tem participado ativamente de planos subversivos, inclusive no Uruguai.

6. Atravessando a Baía de Guanabara, encontramos um grupo de ativistas em Niterói, liderado pelos revs. *Ciro Cormac* e *Nilo Redua*, com ramificação no interior do estado, inclusive em Nova Friburgo, onde um médico anestesista, de prenome *Marcos*, promove reuniões clandestinas.

7. Em São Paulo existe um núcleo de que fazem parte o jornalista *Claudio Ceccon* e a mulher dele, um sr. *Parahiba*, que trabalha na redação de *Veja*, e o prof. *Glauco Lima*, que põe os seus “talentos” a serviço da corrupção da juventude no Seminário da Igreja Episcopal Brasileira, em Santo Amaro.

8. Em Curitiba, o sr. *José Assan Alaby*, auxiliado pela mulher, há pouco se vangloriava de que já havia conseguido dividir a Igreja e separar a mocidade, para “começar a agir”. Na mesma cidade, o sr. *Eber Ferrer* (Rua Tibagi, 99, apt/12), trabalha a juventude e é elemento de ligação com o Uruguai.

9. Para o Rio Grande do Sul (Porto Alegre?) transferiu-se o rev. *William Schisler Filho*, metodista, que atende pela alcunha de *Dico*, o qual não estará cuidando de rebanho religioso, ativista que sempre foi.

Creio que todos esses elementos têm muito que contar sobre a sua atuação perniciosa. Todos eles estão ligados a *Paulo Wright*, refugiado no México, e a *Richard Shaull*, retirado do Brasil pela Missão a que pertencia, a pedido de autoridade eclesiástica brasileira, os quais têm ingressado no Brasil, mais uma vez, para coordenar e financiar a ação subversiva de seus propositos.⁵¹

*Padre católico-romano denunciou o líder do movimento ecumênico de juventude Eber Ferrer ao DOPS de Curitiba, em 1968. Ferrer foi preso em São Paulo e solto após intervenção de um parente que era militar.*⁵²

Pastor e bispo metodistas, os *irmãos José Sucasas Jr. e Isaías Sucasas*, informantes do DOPS, denunciaram jovens metodistas ao órgão da repressão. Vários deles foram presos, torturados e alguns exilados em 1970, como será relatado adiante.

Expurgos internos

A conduta do governo militar pautada pela repressão às posturas de oposição inspirou lideranças protestantes a realizarem o mesmo contra membros das igrejas que manifestassem tendências contrárias à orientação tradicional das agremiações. Muitas ações se caracterizaram

51 DOPS – Posta Restante da ZC / 37. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1969. Arquivo Público do Paraná. *Contexto Pastoral*, ano 4, n. 20, p. 12, maio/jun. 1994. (grifos no original)

52 Cf. VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

por denúncias de dentro do próprio corpo eclesiástico. São inúmeras as situações identificadas nas pesquisas realizadas pela CNV, sistematizadas nos itens a seguir.

Demissões na Confederação Evangélica do Brasil e afastamentos de funções eclesiásticas

Com a concentração de esforços dos grupos conservadores nas igrejas e a repressão dentro e fora dos espaços eclesiásticos, a Confederação Evangélica do Brasil não demorou a ser silenciada. Como já relatado, havia segmentos incomodados com o que ocorria na CEB e estavam ansiosos por uma reação que detivesse as ações tidas como temerárias. Em fevereiro de 1963 a Confederação elegeu sua diretoria, e o novo presidente, o pastor-presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil Amantino Adorno Vassão teria afirmado estar preocupado com as “tendências esquerdistas” na organização e que seu objetivo era colocar “um ponto final” nelas.

Uma comissão de inquérito foi estabelecida, e cada secretário de departamento ou setor, interrogado sobre suas posições políticas. Uma das acusações feitas, principalmente aos secretários-executivos, era de que estavam colocando “em perigo a causa evangélica” pela atuação e pela posição política, teológica e eclesiológica que estavam assumindo.⁵³ Em entrevista, Jether Pereira Ramalho relatou:

Com o golpe militar essas duas forças (conservadoras da Igreja e conservadoras da sociedade) penetraram na Confederação e nesse momento a direção não teve força e nem coragem de assumir o projeto dos que ela tinha apoiado. Essa era a nossa grande questão: todas as ações que fazíamos eram ações aprovadas pela assembleia da Confederação e no momento do golpe militar

53 MATTOS, Domicio Pereira. *Posição social da Igreja*. Rio de Janeiro: Praia, 1965, p. 123-125.

essa aprovação que as igrejas davam ao trabalho da CEB foi esquecida e se fez então um processo de denúncias contra as figuras responsáveis por essa guinada teológica, política e ecumênica da Confederação.⁵⁴

Também entrevistado, Carlos Alberto Correia da Cunha recorreu as dificuldades vividas:

O clima era muito azedo. As reuniões de diretoria eram difíceis, o Waldo estava perdendo o terreno, a liderança dele, o Jether também, porque eram os formadores. Presbiterianos, metodistas, anglicanos, luteranos e congregacionais... todos eles eram conservadores, eles aceitaram a Conferência do Nordeste porque acharam que era alguma coisa que não podiam impedir, e também tinha aquele ponto de interrogação de que talvez dê certo. Só que tudo veio abaixo. Com a movimentação do golpe militar, então eles se levantaram. O camarada que financiou as publicações principais era um oficial do Exército, da Igreja de Copacabana, que na hora correu para a Confederação para ver se recolhia toda a edição. (... Ele correu para recolher, a editora era dele, ele correu para recolher aquilo, nem sei se conseguiu, para livrar a cara dele. Então viram gente que por interesse de qualquer ordem estava apoiando tudo o que acontecia, “se colar colou”. Mas na hora que a coisa reverteu, eles mostraram a verdadeira cara que tinham, de *sacanas*, maus-caracteres... Isso é terrível porque a Igreja (Presbiteriana) Independente também estava... o pastor da Igreja Presbiteriana Independente tinha um programa de rádio no Rio e eu fui saber que no programa

54 RAMALHO, Jether Pereira. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 143

do rádio estava citando nominalmente Waldo, Jether, Cunha, como comunistas. Disseram abertamente isso.⁵⁵

A tensão continuou dentro da CEB até que, já em abril de 1964, o coronel do Exército e membro da Igreja Presbiteriana *Tito Avilez* visitou a CEB para examinar os arquivos e documentos e descobrir possíveis “atividades políticas subversivas”. Diante desse episódio, a pressão da diretoria da CEB se intensificou. Uma primeira demissão já havia atingido, antes do golpe militar, o pastor congregacional Carlos Alberto Correia da Cunha, que havia sido o secretário-executivo da Conferência do Nordeste:

Depois da Conferência do Nordeste o sucesso da Confederação foi tanto, que eu fui indicado pela diretoria para ser o secretário da CEB no Nordeste. Seria a primeira secretaria fora do Rio a ser aberta. Na época, o secretário-geral Rodolfo Anders veio me pedir muitas desculpas porque a agenda estava muito longa e que o assunto não havia sido tratado naquele momento, mas o seria posteriormente. Nesse período caiu nas mãos do secretário-geral uma publicação de oito meses atrás, o jornal das Ligas Camponesas, para o qual dei uma entrevista, onde me apontaram como autodignitário da CEB (por conta deles, porque eu não disse nada daquilo). Com isso veio a queda da minha indicação e pouco depois minha expulsão. Essa demissão ocorreu exatamente uma semana antes do golpe militar.⁵⁶

55 CUNHA, Carlos Alberto Correia. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007, s.p.

56 CUNHA, Carlos Alberto Correia. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 144

A razão da demissão de Carlos Alberto Correia da Cunha está descrita nos trechos da carta-circular enviada às igrejas pelo secretário-geral da CEB e datada de 13 de abril de 1964:

(...) O preparo das lições para a Escola Dominical obedece a uma série de providências, de que faz parte o exame cuidadoso e a revisão da matéria de cada lição, antes de ir para a tipografia.

No preparo da revista *Mocidade*, para o 2º trimestre corrente, essa revisão falhou lamentavelmente, com referência às lições de n.s 8 e 9, para 24 e 31 de maio, subordinadas aos temas: *O Cristão e as Injustiças Sociais* e *O Cristão em Face do Subdesenvolvimento*. Essa falha concorreu para que fossem publicados conceitos que não condizem com o Evangelho de Cristo, e dadas interpretações de textos bíblicos que em nada correspondem à linha de moderação e ortodoxia que caracteriza as Igrejas Evangélicas em geral.

Visto que não é da obrigação do secretário-geral e diretor dos periódicos de educação religiosa, examinar previamente as lições – o que é da responsabilidade do respectivo redator – essa falha só agora chegou ao seu conhecimento, quando a revista *Mocidade* já havia sido distribuída, levando-o imediatamente a adotar medidas para corrigir o erro cometido.

Adotaram-se medidas internas, a fim de evitar que tal fato se repita, sendo que o funcionário que escreveu as duas lições em questão, cujas iniciais não são as apostas, por engano, no fim de cada uma, afinal já foi demitido do quadro de funcionários da CEB. (...)⁵⁷

57 Arquivo particular de Jether Pereira Ramalho/Documentação da Confederação Evangélica do Brasil *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e*

Logo depois foram demitidos sumariamente os secretários-exe-
cutivos: Rev. Domicio Pereira de Mattos, do Departamento de Educação
Cristã; Waldo Aranha Lenz César, do Setor de Responsabilidade Social
da Igreja; Jether Pereira Ramalho, do Departamento de Ação Social;
e Rev. Francisco de Paula Pereira de Souza, do Departamento de
Juventude. Além dessas demissões, o Setor de Responsabilidade Social
e o Departamento de Juventude foram extintos, e outros foram re-
formulados com outras características e perspectivas, como o de Ação
Social, entregue à coordenação do pastor batista Beni Pitrovski, que
era auxiliar de Jether Pereira Ramalho. Assim Jether Ramalho relatou
em entrevista:

Foi um momento muito forte. Lembro que fui conversar
com o Rev. Rodolfo Anders e ele disse “quero que você
esvazie sua estante hoje e se retire daqui agora, porque
estamos sob suspeita, pode chegar um grupo de coronéis
então eu quero que saiam”. Achei uma incoerência, pois
ele apoiou tudo o que fizemos, mas não teve jeito.

Fui fazer parte na minha igreja congregacional, a dire-
ção ficou ambígua, talvez concordassem com eles, perdi
meus cargos na denominação (eram sete de direção),
mas uma coisa me deixou muito alegre, pois no regime
congregacional quem tem poder é a congregação local
e quando isso chegou na minha congregação, eles me
mantiveram dirigindo a Escola Dominical e pregando
todo segundo domingo. Tive o apoio da base da igreja
local. A Conferência do Nordeste foi em 1962 as de-
missões, prisões vieram em 1964, logo após o Golpe.
Este evento que aconteceu na Confederação aconteceu

também em muitas igrejas evangélicas, presbiterianas, metodistas...⁵⁸

As medidas da CEB ganharam, inicialmente, protestos oficiais de diferentes igrejas brasileiras, como Metodista, Luterana, Episcopal e Congregacional, de um presbitério da IPB e das agências ecumênicas e juntas de missões internacionais. Estas últimas agravaram a crise da CEB, pois decidiram interromper a ajuda financeira a seus programas e projetos.

O clima de censura e de repressão e a crise financeira conduziram a CEB à extinção. As atividades foram suspensas, e os departamentos que continuaram existindo foram encerrados no decorrer dos anos. A apatia se tornou tão expressiva que não se conseguia nem mesmo alcançar quórum em assembleia para dissolver a organização, o que fez com que ela continuasse a existir juridicamente até o presente. Waldo Cesar relatou essa memória em depoimento:

Eu tenho todas as atas da Comissão de Igreja e Sociedade. Quando eu vi que seria expulso da Confederação; pensei “isso aqui eles vão queimar”. Peguei tudo e levei para casa. Cada dia um volume; são 67 atas. Eu fui secretário-executivo e documentei todas as reuniões. Até ecoar um problema chatíssimo: o fato de eu ser mandado embora e que a Diretoria estava toda reunida para me despedir. Então eu disse: “Meus senhores, tudo que vocês estão falando, foi aprovado pela Confederação; eu estou aqui com as atas todas, se quiserem eu leio”. Eu botei pra quebrar. “Tudo isso está nas atas; os senhores aprovaram, não fui eu que fiz isso, fomos nós”. (...) A Conferência foi em 1962, eles nos aguentaram até 64, porque havia dinheiro; as verbas começaram a chegar e nós começamos a organizar temas a nível nacional, as

58 RAMALHO, Jether Pereira. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007, s.p.

pressões eram cada vez maiores, dificultando tudo. Mas como nós (do Setor de Responsabilidade Social) tínhamos mais dinheiro, eles nos aguentavam, porém, era uma situação insustentável (...)

(...) Quando eu voltei (da Conferência do Nordeste), a coisa estava pegando fogo. O que foi doloroso, é que a perseguição, a minha expulsão e a de outras pessoas, começou antes do Golpe; a Igreja deu o golpe antes. O Colégio Bennett começou a expulsar gente; as expulsões dos Seminários começaram antes; depois, então, foi uma festa. Eu me lembro de uma reunião, pouco depois que retornei do Nordeste, na cidade de Umuarama, de repente, o Presidente era o Reverendo Amantino. Eles estavam conversando na varanda no intervalo e o Pastor Amantino disse: “Vamos com calma, porque se a esquerda vencer no Brasil, nós temos o Waldo para nos defender...” É como dissesse: “Se perder...” Eu não disse uma palavra; olhei para ele. Tinham medo do que viria, mas não podiam abrir mão das suas convicções.

Outro episódio pouco conhecido foi o do Reverendo Anders, que me chamou e comunicou que a Confederação tinha resolvido suspender o trabalho do Setor. Daí eu perguntei: “O que acontece comigo?” Ele disse: “Não se preocupe, nós estamos resolvendo”. Depois de uma semana ele me chama e diz: “A Confederação vai abrir um escritório em Brasília e nós queremos saber se você aceita coordenar o escritório em Brasília”. Eu achei aquilo muito esquisito; porque tinham decidido me mandar embora. Eu perguntei: “Reverendo, o senhor não havia me dito que eu seria demitido?” Ele respondeu: “Não, a Diretoria está revenendo isso. Foi em fevereiro de 1964”. Mas eu disse: “Uma coisa desse teor; eu preciso falar com a minha esposa,

minha família; me dá uns dias para eu pensar”. Ele me respondeu: “Tudo bem”. “A semana que vem eu lhe dou a resposta”.

Eu saí dali e fui procurar o Reverendo Evaldo Alves, pastor Independente, que era o secretário-executivo da Sociedade Bíblica do Brasil, muito meu amigo, uma pessoa de cabeça mais arejada. Quando eu falei do que me aconteceu, caiu numa gargalhada e disse: “Eles querem que você não aceite para lhe mandarem embora por justa causa. Aceite”.

Eu deixei passar alguns dias, cheguei lá e disse: “Reverendo, eu vim trazer a minha resposta, eu conversei com minha família”. Ele estava nervoso, mexia com as mãos o tempo todo. Perguntei: “Eu queria saber o seguinte: eu tenho alguma vantagem?” Ele respondeu: “Você tem direito a mudança e 20% de acréscimo no seu salário, porque vai trabalhar fora de sua cidade”. Respondi: “Então, eu resolvi aceitar”. Ele quase caiu duro. Me olhou e disse: “Aceitou?” “Sim”. Eu saí rindo. E fui demitido. (...) A Confederação me pediu que não entrasse com direitos trabalhistas. “Como cobrar da Igreja? Não pode fazer isso”. Eu respondi: “Trabalhei aqui durante 15 anos e vocês estão mandando embora... têm que assumir as responsabilidades”. Eles contrataram um advogado, eu contratei outro. Claro que eu ganhei e eles pediram para pagar em três vezes. Eu disse: “Tudo bem, mas tem de pagar”. Foi aí que suspendi a minha relação com a Igreja e resolvi fazer Sociologia.⁵⁹

59 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007, s.p.

Expulsões, demissões e fechamento dos seminários teológicos

Como os seminários teológicos eram espaços de fomento de reflexão crítica, não apenas da religião e da teologia como da sociedade, eles foram alvo de intervenções da cúpula das igrejas inspiradas no aparato da repressão imposta pelo regime militar.

Na Igreja Presbiteriana do Brasil, no contexto do endurecimento para combater o Evangelho Social, o “liberalismo” e o “modernismo” que, segundo os seus líderes, ameaçavam a fé presbiteriana, e resguardar as escolas teológicas de tal perigo, foi criada, durante a reunião do Supremo Concílio da Igreja (Fortaleza, julho de 1966), a Comissão Especial de Seminários. Eram três seminários da IPB existentes à época: o Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife; o Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas, também chamado Seminário Presbiteriano do Sul; e o Seminário Presbiteriano do Centenário, localizado na cidade de Vitória. O documento formal, denominado “Resolução”, dizia:

O SC (Supremo Concílio) resolve: 1) Reconhecer que uma situação de fato existe que compromete o futuro da Igreja; 2) Declarar que, embora respeitando o foro íntimo de cada indivíduo, a IPB não entende que a liberdade de exame implique na abertura de suas portas a toda a sorte de dúvida e heresias; 3) Determinar que os professores dos seminários da IPB se dediquem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos e se abstenham de propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-políticas; 4) Determinar às congregações que cancelem as matrículas de todos os alunos cujas ideias ou cuja conduta sejam ávidas pelas Congregações de Professores ou pelas entidades superiores da administração, incompatíveis com os padrões éticos e doutrinários da IPB; 5) Nomear uma Comissão Especial com plenos poderes para dar execuções às providências desta resolução, po-

dendo inclusive: a) Dispensar professores, devolvendo-os aos seus concílios de origem; b) Nomear professores e levantar recursos em entendimento com a Tesouraria do SC; c) Reestruturar ou organizar Diretorias dos Seminários, de modo que as medidas tomadas se tornem efetivas; 6) Assegurar direitos amplos de defesa aos incriminados, segundo os termos da CI/IPB e do CD; 7) Determinar que a Comissão supra se instaure e inicie seus trabalhos no prazo máximo de trinta dias a contar da data da aprovação.⁶⁰

A atitude revelava que a solução para as muitas tensões ideológicas em torno dos avanços da educação teológica seria a repressão. A Comissão Executiva do Presbitério Oeste Fluminense havia enviado ao Supremo Concílio de Fortaleza (1966) documento que fazia referências especificamente ao Seminário Presbiteriano do Centenário, em Vitória, que teve entre os fundadores o teólogo norte-americano Richard Shaull, assessor do Setor de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil. Os representantes do Presbitério indicavam preocupação com o currículo daquele seminário, avaliado como divergente dos demais, e com a falta de firmeza doutrinária dos professores, o que se revelava uma perspectiva religiosa incompatível e prejudicial à IPB. Os líderes avaliavam que os seminários de Campinas e Recife dispunham de uma estrutura capaz de absorver todos os alunos do Centenário. Diante disso, os signatários do documento recomendavam ao ao Supremo Concílio “extinguir o SPC (Seminário Presbiteriano Centenário), bem como depurar professores e

60 Cf. Arquivo Histórico Presbiteriano. Resolução de n. 66-091 – doc.VI *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 209.

seminaristas implicados nos movimentos espúrios; demitindo aqueles e cassando a candidatura destes”.⁶¹

Somam-se a esse documento telegramas enviados ao Supremo Concílio de Fortaleza da parte de pessoas e organizações ligadas à 1ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte e de outras cidades do Estado de Minas Gerai. Líderes religiosos, como pastores, conselhos de igrejas locais, organizações da Sociedade Auxiliadora Feminina (SAF), assim como membros comuns, chamavam a atenção da cúpula da IPB sobre as atividades subversivas que dominavam as igrejas presbiterianas, sobretudo, os seminários.⁶²

Denúncias como essas eram dirigidas contra professores e estudantes. A Comissão Especial de Seminários (CES), tomando-as por base, promoveu demissões, como a do reitor demissionário (em protesto) do Seminário Presbiteriano de Campinas, Julio Andrade Ferreira, acompanhado dos professores Samuel Martins Barbosa, Francisco Penha Alves e Elizeu Narciso, em 1966; a dos professores do Seminário Presbiteriano do Norte Paul Everett Pierson e Thomas Foley (final da década de 1960), João Dias de Araújo (1970) e Áureo Bispo dos Santos (1975). A CES expulsou 39 estudantes do Seminário de Campinas em 1966 e extinguiu o centro acadêmico. “Fui expulso, com mais oito colegas, do Seminário Presbiteriano de Campinas, em 1962, porque

61 Presbitério Oeste Fluminense ao SC-IPB, 11 de julho de 1966, Fortaleza-Ceará. Pasta referente a CES. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 210

62 Pasta do SC-IPB de 1966. Acervo do Arquivo Histórico Presbiteriano na cidade de São Paulo *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

o nosso discurso teológico de salvação das almas passava pela ética e a preocupação social”.⁶³

Analistas da IPB, na época, já afirmavam que

o surgimento da CES (Comissão Especial de Seminários) não significou o fim de uma era democrática ou constitucional na IPB, mas representou o momento de elaboração de novos arcabouços jurídicos de controle institucional, entendidos como necessário ao estabelecimento da ordem na IPB. Ao mesmo tempo, tais dispositivos funcionaram fora do estado de exceção, uma espécie de micropoder, mas comunica-se com este estado, reforçando sua estrutura de poder. (...) É preciso compreender que essa constante busca por informações e controle, no que dizia respeito aos seminários, não era algo isolado na IPB. Parecia mesmo haver uma estreita ressonância com outros dispositivos de monitoramento e punição, postos em prática em universidades públicas e privadas após o Golpe civil-militar de 1964 (...) A Comissão Especial de Seminários (passou) a atuar logo após a sua formação em meados de 1966, definindo potenciais inimigos da Igreja que deveriam ser combatidos, e neste caso, isso significou a expulsão de professores e alunos.⁶⁴

No caso da Igreja Presbiteriana Independente, o único seminário teológico funcionava em São Paulo. Nos dias que antecederam ao golpe, a 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo, sob a liderança do pastor Rev. Daily Resende França, apresentou ao Presbitério de São Paulo, em 18 de janeiro de 1964, uma moção que acusava o seminário teoló-

63 CARDOSO, Rodrigo. Os evangélicos e a ditadura militar. *Istoé Independente*, n. 2.170, 10 jun. 2011. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR. Acesso em: 8 set. 2014.

64 VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 204.

gico de ser “um foco de influência marxista”⁶⁵. O documento, publicado no jornal oficial da igreja, *O Estandarte*, deixava nítida a batalha ideológica que estava em andamento:

Considerando que o Comunismo, materialista e ateu, é uma força indiscutivelmente diabólica que se insinua nas sociedades humanas apresentando-se como salvação da humanidade, garantindo a promessa de nivelamento das classes sociais e os recursos econômicos equitativamente distribuídos aos povos (...) considerando, ainda, que a malfadada ideologia do materialismo histórico ameaça alcançar, já agora, as próprias Igrejas evangélicas e a nossa Faculdade de Teologia (...) Resolve: Hipotecar a essa Colenda Congregação (de professores do Seminário) seu irrestrito apoio a todas as medidas que forem tomadas com o fim altamente cristão de imunizar a nossa Escola de Profetas contra a contaminação do veneno satânico da tremenda doutrina marxista.⁶⁶

Essas tensões entre estudantes da Faculdade de Teologia e as autoridades da Igreja que já existiam desde o início dos anos 1960 eram exacerbadas pelo clima persecutório deflagrado pelo regime militar.

65 O Rev. Daily Resende França foi notório anticomunista. Leonildo Silveira Campos recorda que ele foi presidente da IPI a partir de 1965 e faleceu em um acidente de carro em 1971. Sua morte foi tema de um editorial da Agência Nacional “A Voz do Brasil” no dia seguinte ao sepultamento, nos seguintes termos: “A Revolução de Março de 1964 perdeu um de seus maiores entusiastas em São Paulo com a morte do Rev. Daily Resende França (...)”. Quando de sua morte, o Presidente da República General Médici enviou um telegrama à IPI: “Ao saber do falecimento do reverendo Daily Resende França, Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana Independente, trago a grande família presbiteriana as expressões de meu profundo pesar”. (*O Estandarte*, ano 79, n. 14, 31 jul. 1971, s.p.).

66 *O Estandarte*, 15/3/64, p. 8-9 apud CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969)*. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002, s.p. (digitalizado).

Em *O Estandarte*, figuram artigos de estudantes de Teologia, entre eles os de Moisés Aguiar Neto (vítima de cassação disfarçada por parte do Presbitério Leste, em 1966), de Gabriel Afonso Pita, Roberto Lessa, Humberto Parro, Eduardo Carlos Pereira e outros. Os textos eram objeto de crítica por parte de pastores da Igreja, às vezes publicados no próprio jornal, conforme analisa Leonildo Silveira Campos:

Nesse sentido, o editorial de 15/3/64 sobre o “princípio de autoridade”, que condenava a contestação das autoridades legítimas da Igreja como uma grave tendência para o anarquismo, era um sinal claro de que na IPI a quebra da autoridade do Supremo Concílio não iria ser tolerada. É importante observar que, mesmo após a implantação do regime militar, até 1972, quando aconteceu uma nova crise no Seminário de São Paulo, esses argumentos foram insistentemente repetidos nos documentos oficiais da Igreja, inclusive na crise que deu origem à Igreja Presbiteriana Independente Renovada.⁶⁷

Esse histórico, somado à atmosfera de repressão do regime militar que contagiou as igrejas, levou à crise de 1968: o fechamento da então única Faculdade de Teologia da IPI por quase dois meses, com a expulsão de todos os alunos, e a reabertura após uma rigorosa seleção dos estudantes e a exclusão definitiva de 40% deles.

No mesmo ano de 1968, a Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, localizada em São Bernardo do Campo (SP), sofreu uma intervenção do Gabinete Geral da Igreja Metodista. Na linha do que ocorria com as igrejas protestantes, a liderança metodista, fiel às tradições teológicas fundamentalistas e sectárias do protestantismo brasileiro, já vinha, por alguns anos, manifestando insatisfação com a orientação ali oferecida.

67 CAMPOS, Leonildo Silveira. *Protestantes na Primeira fase do regime militar brasileiro – atos e retórica da Igreja Presbiteriana Independente (1964-1969). Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, n. 23, dez. 2002, s.p.

Um episódio que causou forte indignação em diversos segmentos da Igreja Metodista foi o convite da turma formanda de 1967 ao Arcebispo Católico de Olinda e Recife D. Helder Câmara para parainfo. Era o ano do centenário da Faculdade de Teologia. Otto Gustavo Otto, então reitor, mostrou-se favorável ao convite e afirmou que D. Helder era uma expressão concreta da busca do ecumenismo para a luta pela justiça social que se caracterizava na Igreja. O convite foi aceito, e D. Helder Câmara discursou nas dependências da faculdade protestante. O jornal oficial *Expositor Cristão* registrou reações negativas da parte de membro da igreja como: “Aberrante convite! Como a heresia está sorrateiramente predominando nos arraiais metodistas... Pobre Igreja Metodista! Que Deus tenha piedade de todos nós”⁶⁸.

Fortes críticas eram dirigidas ao conteúdo do ensino teológico aberto a uma leitura contextualizada da Bíblia e a uma teologia ecumênica e socialmente crítica. Esse ensino era tido por essa liderança como “formação de uma elite teológica” que se distanciava do objetivo maior de se formarem “ministros e pastores para a Igreja Metodista do Brasil à luz das necessidades atuais da própria denominação”⁶⁹.

Havia ainda condenações pelo fato de o Centro Acadêmico da Faculdade de Teologia estar ligado ao movimento universitário brasileiro (no caso, à União Estadual dos Estudantes de São Paulo, vinculada à União Nacional dos Estudantes). Essa atitude estaria na origem dos atos ostensivos dos estudantes de teologia contra a igreja, identificados em reuniões eclesiais, e por comportamentos tidos como liberais, como fumar e

68 “Dom Helder é assunto”. In: *Expositor Cristão*, 01 e 15/01/68, p. 10 apud SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 125

69 GABINETE EPISCOPAL DA V REGIÃO ECLESIASTICA. *Uma tomada de posição*. Piracicaba, 15 jan. 1968 (Arquivo Geral da Igreja Metodista) apud SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 126.

beber. Para muitos metodistas, tal participação era ainda considerada como influência do comunismo na Igreja e que precisava ser combatida.

A crise chegou ao auge quando os estudantes resolveram manifestar insatisfação com uma série de situações, inclusive de infraestrutura, e entraram em greve em abril de 1968. Mesmo havendo diálogo entre Conselho Diretor, docentes e estudantes, o Gabinete Geral da Igreja Metodista decidiu pelo fechamento da instituição com a suspensão de todos os alunos e demissão dos professores e funcionários (junho de 1968 até março de 1969), conforme registrado no *Expositor Cristão*:

Para justificar sua decisão, o Gabinete Geral afirmou que depois do estudo das providências tomadas para solucionar a crise na Faculdade, e de acordo com os Cânones da Igreja Metodista do Brasil (Art. 159, nº 8), chegou à conclusão de que estas medidas, “apesar dos bons propósitos nelas contidos, não atendiam à urgência da situação docente, administrativa e disciplinar e, colocando-se sob o julgamento de Deus em um concerto de oração, resolveu suspender as atividades da Faculdade de Teologia até o final do ano letivo, decidindo nomear comissão para proceder os necessários estudos referentes à reestruturação administrativa e curricular da nossa Casa dos Profetas”.⁷⁰

Em 1998, a Igreja Metodista promoveu o “Ano de Contrição e Perdão”, a propósito dos 30 anos do fechamento da Faculdade, marcada por cerimônias que enfatizaram a reconciliação e o perdão mútuo.

Intervenção e perseguições no Instituto Metodista Bennett

O alinhamento ideológico de líderes protestantes ao regime militar teve reflexos na administração de algumas de suas instituições

70 GABINETE GERAL. Nota Oficial. *Expositor Cristão*. 15 jul. 1968, p. 8 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 135 (grifos no original)

educacionais, como foi o caso do Instituto Metodista Bennett, no Rio de Janeiro, em 1965. É importante registrar que essa instituição era espaço para a realização de eventos importantes no campo ecumênico naquela cidade. Foi por muitas vezes local de encontros destacados da Confederação Evangélica do Brasil, cuja sede estava no Rio de Janeiro.

A intervenção da Igreja Metodista no Instituto Bennett por motivos ideológicos teve origem em 1963, quando o professor coordenador do Curso Colegial Experimental do Colégio Bennett Hugo Weiss e outros professores “seus seguidores” foram denunciados como comunistas por pais de alunas (era um colégio para meninas) à direção. A reitora à época era a *missionária estadunidense Sarah M. Dawsey* e manifestava solidariedade com as preocupações registradas pelos pais, diferentemente da Direção do Curso Secundário e dos demais integrantes do corpo docente.

Após o golpe militar, sentindo-se amparada pelo clima de vigilância e de denunciamento propagado pelo regime militar, Dawsey, no final do ano de 1964, decidiu exercer maior controle sobre as ações dos docentes. A fim de alcançar apoio do Conselho Diretor da instituição, buscou articulação com os pais de alunas e assessoria do Ministério da Educação e Cultura. Alegando ter sido a instituição, depois disso, ameaçada por uma bomba-relógio, a reitora justificou seu contato com o DOPS:

Nos entendemos naquela mesma noite com o DOPS em relação às nossas preocupações e pedimos que investigassem certos nomes. Tudo isso fizemos para poder averiguar os fatos e ter tranquilidade – justamente para termos segurança, convicção e certeza do que fazíamos.⁷¹

Certamente por orientação do órgão de segurança, estando na ocasião da realização das formaturas de curso, Sarah Dawsey decidiu

71 CASO Hugo Weiss. Doc n. 1. Inquérito Policial Militar, 709, Protocolo n. 507. p. 2. *Brasil Nunca Mais Digital*, Pasta 279. Disponível em: [www.http://bnmdigital.mpf.mp.br](http://bnmdigital.mpf.mp.br). Acesso em: 19 jul. 2014.

estabelecer censura e solicitar que os diretores dos departamentos pedissem aos oradores cópias dos discursos por antecipação “para os arquivos do colégio”. O professor Hugo Weiss era o orador do Curso Colegial Experimental. Os diretores reagiram e se recusaram a fazer o que a reitora pedira, acusando-a de “totalitária”. Então, ela decidiu gravar o discurso do professor e declarou:

Isto causou um tumulto geral. Tentaram forçar que a pessoa responsável pela gravação lhes entregasse a fita. Isto ele não fez. A fita está com o Colégio. O prof. foi hábil na maneira de se expressar. Na mesma noite, estiveram presentes à formatura, representantes do DOPS e da Segurança Nacional (a direção do Colégio havia sido informada antes, que possivelmente viriam). Esta foi iniciativa de fora. Sentimo-nos tranquilos e seguros vendo que o governo brasileiro protegia nossa instituição. D. Iracema (diretora do Curso Secundário) e outros ficaram revoltados quando souberam do fato.⁷²

O Conselho Diretor do Instituto Metodista Bennett, reunido ainda em dezembro para avaliar o relatório de atividades da reitoria e de diretores e eleger nova reitoria para 1965, recebeu relatório da reitora sobre o caso do professor Hugo Weiss, mas também outros contra as atitudes da reitora da parte de diretores e de pais de alunas que apoiavam o docente. O Conselho Diretor, diante do impasse, decidiu instaurar uma Comissão de Sindicância por 30 dias.

No entanto, o professor Hugo Weiss e quatro docentes foram demitidos em 7 de janeiro, bem como outros três, todos sob acusação de comunismo.⁷³ Ao final de janeiro de 1965, o Conselho Diretor decidiu

72 CASO Hugo Weiss. Doc n. 1. Inquérito Policial Militar, 709, Protocolo n. 507. p. 3. *Brasil Nunca Mais Digital*, Pasta 279. Disponível em: [www. http://bnmdigital.mpf.mp.br](http://bnmdigital.mpf.mp.br). Acesso em: 19 jul. 2014.

73 CASO Hugo Weiss. Doc n. 2. Inquérito Policial Militar, 709, Protocolo n. 507. p. 1. *Brasil Nunca Mais Digital*, Pasta 279. Disponível em: [www. http://bnmdigital.mpf.mp.br](http://bnmdigital.mpf.mp.br). Acesso em: 19 jul. 2014.

não renovar a eleição de Sarah Dawsey como reitora; porém, por pressão de pais de alunas e do secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, acompanhado de um general casado com uma metodista que ameaçava intervenção militar na instituição, o bispo metodista do Rio de Janeiro João Augusto do Amaral decidiu destituir o Conselho Diretor e reconduzir a reitora ao cargo.⁷⁴

Na continuidade da função, Sarah Dawsey chamou *José Gomes de Campos* para colaborar na reorganização do Instituto Metodista Bennett. Ele era metodista leigo, professor universitário e ligado diretamente ao governo militar com a tarefa de interventor em instituições de ensino superior.⁷⁵

A implantação da decisão de destituir o Conselho Diretor do Colégio Bennett foi, na verdade, realizada pelo *bispo Nathanael Inocêncio do Nascimento*, que sucedeu Amaral no episcopado da 1ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista, conforme descreve Jorge Hamilton Sampaio em pesquisa sobre o tema.

Em 12 de outubro de 1965, o bispo declarou que o Colegiado estava *impedido* de exercer suas funções, por não conseguir resolver a crise interna na instituição. Nesta intervenção, o próprio bispo Nathanael Nascimento assumiu, sozinho, as funções do órgão destituído. Entre suas justificativas para tais atos, num franco alinhamento com a repressão militar, informou que “*a reitoria não exerceu o papel disciplinador*”; que o Conselho Diretor ignorou a sua “*autoridade*”; que o “*princípio de autoridade e de hierarquia deveria ser plenamente restaurado*”; e que *a autoridade da Igreja Metodista do Brasil sobre o colégio deveria estar plenamente configurada interna e externamente*” (*Atas, suplementos e docu-*

74 Cf. SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998, p. 119-120.

75 *Idem*.

mentos do X Concílio Geral e II Concílio Geral Extraordinário da Igreja Metodista do Brasil, p. 141). Em 23 de janeiro de 1966, o bispo Nathanael, não satisfeito com os encaminhamentos para a solução da crise, resolveu prorrogar sua intervenção por tempo indeterminado.⁷⁶

Nos anos 1970 houve nova ação por parte da reitoria contra professores com acusações de subversão, em sintonia com os órgãos de repressão da ditadura, no período em que foi exercida pelo *Rev. Messias Amaral dos Santos*. O pastor, que tinha vínculos com os militares e que havia ocupado a função de capelão da Academia Militar das Agulhas Negras nos anos 1960, declarou às autoridades militares “ter aceito o cargo para controlar a infiltração comunista na Igreja Metodista”.⁷⁷

O depoimento do bispo emérito metodista Paulo Ayres Mattos à CNV acrescenta outros elementos. Ele relata que, em 1969, foi procurado por lideranças Centro Evangélico de Informação (depois Centro Ecumênico de Informação) para fazer parte da equipe de redatores, incumbido de selecionar as notícias para publicação em boletim. Na mesma época, ministrava cursos de formação pastoral em cidades dos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Começou depois a dar aulas de inglês na escola da Companhia Nacional de Álcalis e de educação moral e cívica no Instituto Metodista Bennett. Após ser denunciado como comunista pelo *Rev. Messias Amaral dos Santos*, Paulo Ayres foi demitido das duas escolas por ordem do Serviço Nacional de Informações:

Fui preso político? Não. Fui torturado? Não. Fui demitido? Fui. (...)O lado feio da minha igreja, como

76 *Idem*; grifos do original.

77 DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Informação n. 230/77. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Pasta 150, folha 13. Documento assinado pelo Diretor Geral do DGIE/SSP José Nicanor de Almeida, em 15 de março de 1977 (Arquivo da Comissão Nacional da Verdade/Arquivo Público Nacional).

da Igreja Presbiteriana, é muito feio. Fomos delatados. Renato Navarro caiu denunciado por um pastor. Anivaldo (Padilha) caiu denunciado por um bispo e um pastor. Eu perdi meu emprego denunciado por um pastor. (...) O Rev. Messias Amaral dos Santos foi quem me delatou. Depois me tornei bispo dele. O nome dele está lá, não posso tirar daquele papel. E nós nos tornamos amigos, mesmo eu sabendo, e ele sabendo. Eu sabia o que ele tinha feito, e ele sabia que eu sabia, mas nos tornamos amigos. Mas isso não significa que ele não deva ser responsabilizado pelo que ele fez. Ele tem que ser responsabilizado. (...). Mas algumas coisas são documentos, então não tem como evitar isso.⁷⁸

Paulo Ayres Mattos voltou a ser citado como protagonista do “foco subversivo” na instituição, em documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça de 1977. Ele foi relatado na qualidade de pastor membro do Conselho Diretor que “exerce influência deletéria na escolha de professores para o colégio e faculdades mantidos pelo instituto”. O texto informava também que “a Igreja Metodista no Brasil, segundo fonte autorizada, era a menos visada pelos grupos de esquerda, vem sendo minada ultimamente, pela infiltração marxista”.⁷⁹

Nesse documento, foram citadas duas professoras do ensino de 1º grau, segmento no qual residia “o maior perigo”. Ambas foram apontadas como “elementos mais atuantes nessa faixa escolar”: Mariazinha, de Português (Maria Luiza Lenz César, esposa de Waldo Aranha Lenz César) e D. Jéssica, de História. Maria Luiza já tinha tido o nome citado no IPM do professor Hugo Weiss, demitido do Instituto Bennett como comunista, no caso da intervenção da Igreja em 1965, como “professores com suspeição comunista” que continuavam no colégio “com certa estabilidade”.

78 MATTOS, Paulo Ayres. *Depoimento à CNV*. 18 set. 2013.

79 *Informação* n. 230/77/DSI/MJ. Arquivo pessoal de Waldo Aranha Lenz César.

A Universidade Mackenzie a serviço da ditadura

Fundado por missionários presbiterianos dos Estados Unidos no século XIX, o Instituto Mackenzie se transformou em universidade em 1952. A partir de 1964, na linha assumida pela cúpula da Igreja Presbiteriana do Brasil, a instituição tornou-se não apenas um espaço de atuação pró-governo militar como “base” de atuação do regime. De acordo com o pastor e missionário presbiteriano norte-americano Jaime Wright,

(...) o Mackenzie, na época, era conhecido como a sede do C.C.C. (Comando de Caça aos Comunistas), e os conflitos que havia na Rua Maria Antônia com a Faculdade de Filosofia da USP, que na época era do outro lado da rua do Mackenzie (...). Era o Mackenzie que estava a favor do Regime Militar, a ponto de ter essa administração ali (Comando de Caça aos Comunistas), e se jogavam, se pinchavam uns aos outros (...)⁸⁰

Em 1964, estudantes da universidade já haviam revelado seu alinhamento com o regime ao participar da passeata em São Paulo, no dia 2 de abril, em apoio ao golpe civil-militar, expressando com palavras de ordem seu repúdio ao Comunismo. Essa destacada presença de acadêmicos interagindo com outros segmentos sociais da cidade de São Paulo foi registrada pelo fotógrafo da revista *Manchete* no momento em que um grupo deles impunha as bandeiras do Estado de São Paulo e do Mackenzie.⁸¹

80 WRIGHT, Jaime. Entrevista a Valdir Gonzales Paixão Junior, 26 mar. 1999 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. p. 125.

81 *Manchete*, Rio de Janeiro, abr. 1964 – Ano 11. Edição Histórica *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

A universidade também esteve envolvida em um dos conflitos nacionalmente destacado da época da repressão: “O conflito da Rua Maria Antônia”, ocorrido entre 2 e 3 de outubro de 1968. O caso foi protagonizado por estudantes do Mackenzie, ligados a organizações como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e da USP, que concentrava membros da União Nacional dos Estudantes (UNE), e resultou em inúmeros feridos e na morte do estudante secundarista José Guimarães.⁸² Uma das tarefas do CCC no processo de apoio ao regime militar era a desmobilização do movimento estudantil.

Outra forma de colaboração do Instituto Mackenzie com o regime militar foi o oferecimento de cursos, entre eles o de Especialização em Estudos Brasileiros, que funcionou de 1978 a 1980, sob a direção do *Prof. Dr. Olavo Baptista Filho* e do *General de Divisão R/1 Carlos de Meira Mattos*, ex-vice-chefe de Estado Maior das Forças Armadas e ex-vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa (Washington/Estados Unidos). Os anais do curso registram que o Ministro da Educação e Cultura Eduardo Mattos Portella visitou o Mackenzie em setembro de 1979, e o presidente do Conselho Federal de Educação Lafayette de Azevedo Pondé esteve presente no encerramento do terceiro curso em 29 julho de 1980. Nos três anos de realização, 146 alunos concluíram o curso, entre eles docentes de universidades públicas federais e privadas de vários estados.⁸³

Relatório do Deops-SP intitulado “Observações no Campus da Universidade Mackenzie” relatou a visita e o clima existente quando

82 DESTRUICÃO e morte por quê? *Vêja*, 9 out. 1968 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. p. 126.

83 Cf. UNIVERSIDADE MACKENZIE. Curso de especialização em Estudos brasileiros. Anais. 1980. 263 p. Arquivo pessoal de Leonildo Silveira Campos.

da visita do General Comandante do 2º Exército à instituição. Foi ressaltada a forma simpática pela qual o general foi ali recebido.⁸⁴

Exclusões de leigos e pastores

As exclusões de leigos e pastores se constituíram em uma prática comum que sempre marcou a repressão no interior das igrejas protestantes no Brasil. Para leigos, o termo usado é *exclusão*, e significa a eliminação dos vínculos da pessoa com a instituição eclesiástica por meio da retirada do seu nome do rol de membros. Para pastores, o termo varia de acordo com cada denominação – *exclusão*, *desligamento*, *colocação em disponibilidade* – e tradicionalmente é uma forma de afastar quem não cumpre os preceitos do grupo denominacional, geralmente por questões da moralidade religiosa ou por prática de ações ilícitas (corrupção, por exemplo).

Muito especialmente entre as igrejas doo protestantismo tradicional, é comum que casos de exclusão sejam tratados por uma comissão específica que ouve o acusado e testemunhas e apresenta a situação para decisão de um conselho de líderes ou de uma assembleia geral dos membros da denominação. A pessoa excluída perde os direitos como membro da igreja, entre os quais participar da Eucaristia, receber atendimento pastoral, ter voz para dirigir-se publicamente à comunidade religiosa, ser indicada ou votada a cargos e funções eclesiásticas.

Durante o regime militar, esse expediente foi amplamente realizado por lideranças religiosas para eliminar a participação, nos espaços eclesiásticos, daqueles considerados incompatíveis com os princípios da instituição por acusação de comunismo, modernismo, liberalismo e ecumenismo. Eram pessoas que, na prática, se engajavam em movimentos sociopolíticos, motivadas por uma compreensão de fé em um cristianismo prático e comprometido com a justiça, e por uma formação teológi-

84 *Arquivo Deops-SP*, de 10/6/79, n. 1. 134.

ca aberta em relação ao fundamentalismo e ao sectarismo que marcavam o universo protestante tradicional predominante entre as lideranças. As práticas arbitrárias do regime militar inspiraram ações com o mesmo princípio no interior das igrejas, levando à imposição de muitas situações de exclusão sem que sequer se ouvisse quem estava sendo acusado.

O pastor Carlos Alberto Correia da Cunha teve formação teológica na Igreja Congregacional, onde foi ordenado pastor. Foi perseguido por conta de sua atuação na Confederação Evangélica do Brasil e excluído como pastor. Em depoimento, ele relatou:

É interessante que até hoje há uma recomendação de eu não ser convidado para pregar nas Igrejas Congregacionais. Há, entretanto, na Igreja Congregacional de Anchieta, um pastor lá, algumas pessoas que ainda gostam de mim, de vez em quando me chamam, mas aí ele diz: “ó, o argumento que tenho para lhe chamar é que você foi pastor aqui”. Em princípio eu fui vetado efetivamente. Eu acho que os antiecumênicos ofendem a Deus quando repetem o Pai Nosso.⁸⁵

Essa situação trazia não apenas frustrações e traumas para os pastores que dedicavam suas vidas ao trabalho com as comunidades e se viam impedidos de exercer sua vocação, mas também problemas sérios de sobrevivência. Os que eram excluídos ficavam desempregados e perdiam a moradia, que por tradição é oferecida pelas igrejas que os recebem. Quem passava por essa experiência vivia consequências muito difíceis em termos financeiros. Foi assim com o pastor Carlos Alberto Correia da Cunha e também com o pastor José Assam Alaby, da Igreja Metodista, perseguido quando pastor no Paraná, desde 1964. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, Alaby relatou (transcrito na íntegra):

85 CUNHA, Carlos. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007.

(No dia do golpe militar) o dono da rádio foi até a sacada da rádio, no primeiro piso do prédio e começou a mobilizar a população para queimar, incendiar casas de comunistas. Então começou aquela caçada aos comunistas, vendo comunistas atrás de cada poste. E como era o dia que eu tinha que fazer o programa, eu estava lá e também quando o dono da rádio me deu a palavra, eu já me posicionei e disse “Eu sou o pastor dessa cidade e, portanto, responsável pelo que acontecer aqui. Nós não temos esse direito de incendiar a casa de ninguém!” e falei mais algumas coisas para proteger justamente a população contra essa barbaridade.

E acontece que no dia seguinte dois militares, um sargento e um tenente, vão a minha casa pedir o meu depoimento e eu acho que aí começou a história realmente. Então, eu ainda fiquei em 64 na igreja e já sentindo perseguição dos chamados donos da igreja. Recebi uma bolsa para estudar nos Estados Unidos, aonde eu fui, em Atlanta, Geórgia e lá fiz o mestrado em educação cristã e comecei a fazer o doutorado também tendo como foco para minha tese a violência na América Latina.

(...) Por causa dessa tese, também em julho de 68 eu fui fazer pesquisas em Cuernavaca, no México, e lá também tive contato com o Betinho, com o Francisco Julião, algumas outras pessoas. Voltando, a minha tese foi aprovada e tal e acho que essas informações foram passadas para as autoridades da Igreja Metodista no Brasil, especialmente para o meu bispo, bispo Wilbert Smith. E acontece, não sei tem alguma relação com a outra, mas ele me nomeia para a Igreja Metodista Central de Curitiba e eu em pleno trabalho da minha tese. Então eu tive que interromper a minha tese de doutorado que

só vinha depois de 30 anos, eu retomei o curso de doutorado lá em Michigan, onde me doutorei. (...)

Voltando ao Brasil, na Igreja Metodista Central, aí que sentimos (...) era uma igreja que parecia uma batalha campal entre a mocidade e os donos da igreja. (...) Isso foi em 69, em fevereiro de 69. Assumi a igreja e logo depois do AI-5, dezembro de 68. Assumi a igreja. E nunca fui uma pessoa de ficar em cima de muro, e assumi a perseguição que assumi, aliás, a defesa contra essa perseguição que faziam à juventude da igreja.

E um dos membros da minha igreja que passou em primeiro lugar na faculdade de arquitetura, na Universidade de Curitiba, era presidente da Federação dos Jovens, o Deslande Torres, e ele tinha sido preso por ocasião do congresso da UNE em Ibiúna e depois preso novamente lá em Curitiba em um congresso clandestino. Certo é que ele foi a julgamento perante a Junta Militar e eu como pastor dessa ovelha, me apresentei como testemunha de defesa, e também com o Deslande foi preso um aluno do 3º ano de medicina, presbiteriano. E ninguém se apresentou como testemunha de defesa desse jovem presbiteriano.

O certo é que o Deslande Torres foi absolvido e esse aluno de medicina, presbiteriano, foi condenado a três anos de cadeia. (...) Em julho de 69 os donos da igreja manipularam algumas coisas para me levarem a julgamento perante a administração da igreja, formada por uma comissão de julgamento de pastores. E inventaram um monte de coisas, e essa denúncia que fizeram contra mim foi a julgamento por essa comissão de pastores da igreja, e essa comissão de pastores apenas me absolveu de todas as acusações, com exceção de uma, não

ter frequentado um concílio distrital da igreja, em que eu como pastor tenho que estar presente. Única condenação foi essa e a comissão enviou uma carta ao bispo Wilbert Smith solicitando que me “devolvesse a igreja”, o pastorado da igreja. E isso já no final do ano.

Acontece que essa comissão me mandou uma cópia desta carta que foi enviada ao bispo, e aí, no domingo seguinte, eu já coloquei o meu terno e gravata e fui à igreja esperando que o bispo que tinha assumido o pastorado da igreja me devolvesse a igreja e lesse essa carta perante a igreja. Eu tinha feito a cópia dessa carta, e eu fiz o quê? Imprimi várias cópias, reproduzi cópias e distribuí a alguns membros da igreja, inclusive o irmão do Nelson Tomazi, que (...) tinha sido expulso também da Faculdade de Teologia naquele evento em 68, me parece. O irmão do Nelson Tomazi, Cláudio Tomazi, era na época capitão do Exército e eu dei uma cópia também para ele, e ele também estava no culto nesse dia esperando que o bispo me devolvesse à igreja. Na saída do culto, o bispo não fez menção nenhuma. Na saída do culto esse Cláudio Tomazi, capitão do Exército, perguntou ao bispo “O senhor não recebeu uma carta da comissão de julgamento do pastor Alaby absolvendo e pedindo que o senhor devolvesse a igreja a ele?” e ele disse “Não.” Aí ele mostrou uma cópia da carta e aí a pessoa se contradizendo “Como é que o senhor tem a cópia desta carta?” e aparentemente confessando que tinha recebido a carta.

Então, por isso que eu volto no ano seguinte, no começo de 70. O bispo teria que me nomear no Concílio Regional da igreja, na reunião dos pastores membros da igreja, e não me nomeou e aí, voltando a mencionar a questão da violência encoberta, uma semana depois o novo pastor da igreja (...) eu esqueço o nome ago-

ra dele (...) Isso, o pastor Leão descarregou a mudança dele na minha casa pastoral, tivemos que morar juntos durante uma semana. (...) Aí tivemos que procurar uma casinha, até os jovens da igreja me ajudaram a pintar essa casa, a limpar etc. E aí tive que procurar emprego, passamos necessidade porque não recebíamos subsídio pastoral, mas passei a dar aulas de manhã, de tarde e de noite. Ajudamos a escrever uma coleção de livros “A família com e sem perspectivas” e isso ajudou a venda dos direitos autorais.

Bom, o certo é que eu recorri à Comissão Geral de Justiça da Igreja Metodista, de que fazia parte a professora Otília Chaves, e em julho houve essa reunião; então ela determina que o bispo me nomeie para alguma igreja. Logo depois dessa reunião então, o bispo veio com todos os seus superintendentes distritais, sua equipe à minha casa para fazer a nomeação para uma igreja a seis horas de Curitiba, e então já esperando que eu não aceitasse a nomeação. Aceitei a nomeação. Laranjeiras do Sul. Uma igreja com 12 membros registrados, uma igreja que também não tinha pastor. Fui para lá em agosto, viajava seis horas no sábado e então voltava no domingo à noite.⁸⁶

José Assan Alaby recebeu carta da Igreja Metodista Central de Curitiba em 11 de junho de 2002, com um pedido de desculpas pela perseguição.

O missionário e teólogo presbiteriano Richard Shaull não foi expulso diretamente por conta de limitações institucionais, mas pressionado a deixar o país pela própria igreja que o recebeu. Ele deixou marcas de sua presença no Brasil tanto na Igreja Presbiteriana (como professor do Seminário de Campinas e como fundador do Seminário Centenário de Vitória) quanto como teólogo que trouxe novas pers-

86 ALABY, José Assan. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade*, 30 maio 2014.

pectivas de reflexão. A Teologia da Revolução, desenvolvida por Tomasi Shaull e presente, sobretudo, em seu livro *Cristianismo e a Revolução Social* (1953), convidava à busca cristã por uma sociedade mais igualitária com base na Bíblia, como alternativa ao Capitalismo e ao Comunismo.

O teólogo chegou ao Brasil como missionário em 1952 e atuou tanto na Igreja Presbiteriana quanto no movimento ecumênico. Ele fundou a Comissão de Igreja e Sociedade (1955), vinculada ao Conselho Mundial de Igrejas e ao Setor de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil, e também foi assessor do movimento ecumênico de juventude, trabalhando com a Uceb. Por conta da teologia e prática ecumênica de Richard Shaull, o movimento de repressão da cúpula na Igreja Presbiteriana do Brasil, já descrito acima, passou a pressioná-lo a deixar o País, já que ela não tinha poder para excluí-lo, pois ele era vinculado à Junta de Missões da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos.

Em 1958, Richard Shaull já havia sido advertido a esse respeito: no mês de abril, estava terminando as férias de um ano nos Estados Unidos com a família quando recebeu uma carta do reitor do Seminário de Campinas pedindo-lhe que não retornasse mais ao Brasil. Ele desconsiderou a solicitação e voltou para descobrir que, em apenas um ano, a Igreja Presbiteriana tinha mudado sua postura. Ele mesmo escreveu sobre o caso:

O reitor estava convencido (...) de que o meu ensino estava se tornando o centro de crescente controvérsia na Igreja e que minha presença no seminário poderia influenciar negativamente a renovação teológica à qual me havia dedicado tanto. (...) Sentia-me despreparado para essa reviravolta nos acontecimentos. Não podia acreditar que o movimento ao qual estava tão relacionado pudesse estar em tamanho perigo. (...) Aqueles, entre nós, que acreditavam estar no limiar de uma nova era, foram subitamente colocados na defensiva. (...) Minha posição passou a ser a de observador dos acontecimen-

tos, enquanto todas as coisas pelas quais havia trabalhado iam sendo destruídas uma a uma.⁸⁷

As pressões e ameaças se intensificaram, e, com o nome constando nas listas dos órgãos da repressão, Richard Shaull se viu forçado a deixar o país em 1962.

Os leigos também viveram processos de exclusão por motivos ideológicos. Entre os tantos casos, chama a atenção o do deputado estadual de Santa Catarina, o presbiteriano Paulo Stuart Wright, na lista dos desaparecidos por conta das ações da repressão da ditadura. Membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, era um jovem ativo na comunidade local e nos movimentos de jovens presbiterianos e ecumênicos. Entrou para o universo da política como resultado da formação recebida no movimento ecumênico de juventude. Em 1964, a Igreja havia recebido um dossiê produzido pela Comissão de Averiguação Sumária, do Comando do 5º Distrito Naval de Florianópolis, nomeada em abril de 1964.⁸⁸

O material, que continha também acusações provenientes da Secretaria de Segurança Pública, foi encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em 4 de maio de 1964 que também o utilizou para cassar os direitos políticos de Paulo Wright em 9 de maio de 1964. Um dos documentos assim se referia ao deputado:

Cumpre-se informar que o Sr. Deputado Paulo Stuart Wright, dessa Assembleia Legislativa, eleito sob a legenda do PSP, comunista militante, pauta o seu proce-

87 SHAULL, Richard. *De dentro do furacão*. Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação. São Paulo: CEDI, 1985, p. 51-52.

88 Inquérito Policial Militar/IPM nº 709. *Brasil: Nunca Mais Digital*, pasta 279. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>. Acesso em: 28 ago. 2013 *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e Práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 187.

dimento e atitudes em face dos problemas nacionais, coerentemente com as suas ideias. Está perfeitamente integrado no movimento de transformação pela violência, do regime estabelecido e afirmado na Constituição da República. A linha de ação do Deputado em causa é fato público e notório, que essa Assembleia soberaneamente conhece, o que coloca em posição falsa, diante da Lei Eleitoral, da Constituição e da Lei da Segurança. Na documentação anexa, parte do existente nos vários inquéritos e sindicâncias em andamento encontrará V. Excia. elementos que caracterizem as ligações do referido Deputado com agitadores conhecidos, alguns sem ideologia, simplesmente corrompidos pelo poder do dinheiro do povo, criminalmente usado.⁸⁹

Por conta disso, o conselho de líderes da Igreja resolveu, naquele mesmo ano, aplicar a Paulo Wright dupla punição: vetar sua posse no cargo de presbítero para o qual havia sido eleito em 8 de março de 1964 (sinal do reconhecimento da comunidade religiosa quanto ao seu compromisso eclesial) e excluí-lo do rol de membros Igreja Presbiteriana.⁹⁰

Em janeiro de 1965, o Presbitério de Florianópolis, reunido na cidade de Herval D'Oeste, realizou prática convencional e homologou a posição tomada pelos representantes daquela igreja. Somente 34 anos depois, em 1999, foi registrada importante declaração pela igreja a respeito desse fato:

O Presbitério aprova as atas do conselho da Igreja de Florianópolis com as seguintes observações: a) As atas

89 *Idem*.

90 ATA do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis. Livro 09, nº 910, p. 103-104. *Arquivo Interno do Presbitério de Florianópolis apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 188.

n. 910 e 911 foram lavradas com caneta esferográfica. Já estão consideravelmente apagadas e em pouco tempo não poderão ser lidas. b) A ata n. 910, folha 104, linha 15 verso, é eliminado um membro do rol da igreja, sumariamente, sem ser ouvido, e sob, a acusação, de fora da Igreja, de ser o mesmo comunista. Que o conselho reestude o assunto.⁹¹

Pressionada pelo Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, 50 anos depois, em 1999, a Igreja Presbiteriana de Florianópolis, reunida em Conselho, reavaliou a decisão de 1964 e afirmou que Paulo Wright não teve direito a um processo legal com os benefícios da ampla defesa e do contraditório e esclareceu que na ausência destas garantias constitucionais nenhuma sentença poderia ser proferida e executada com base no artigo 16 do Código de Disciplina da IPB que assegura que “nenhuma sentença será proferida sem que tenha sido assegurado ao acusado o direito de defesa”. Por isso, consta na Ata nº 1284, do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, de 19 de outubro de 1999 que estava restituído como membro daquela igreja o senhor Paulo Stuart Wright.⁹²

Noracy Ruiz de Souza, leiga presbiteriana, educadora sanitária do Ministério da Saúde, atuante em áreas empobrecidas do país, foi

91 DOCUMENTO nº 57. *Arquivo interno do Presbitério de Florianópolis apud VILELA, Márcio Ananias Ferreira. Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política.* Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 189.

92 Ata do Conselho da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, nº 1284, 19/10/99. Arquivo Interno; PRESBITERIANOS revogam punição a Paulo Wright. *Jornal Diário Catarinense*, Florianópolis, 03 nov. 1999 apud VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política.* Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 180.

perseguida e presa pelos órgãos da repressão da ditadura militar, não sem antes sofrer expurgo dentro da própria comunidade religiosa da qual participava. Em depoimento à CNV, Noracy relatou (transcrito na íntegra):

Desde a minha adolescência comecei a frequentar os cursos do Rev. Richard Shaull, que era professor no seminário de Campinas. Seminário Presbiteriano. Naquela época eu era a única mulher, era uma garota, né? Frequentava as aulas dentro do seminário. Era um escândalo porque além dele ser (...) tido como líder da teologia da libertação. Era uma pessoa extremamente liberal. (...) Eu, como mulher frequentando o seminário já era um escândalo.

Quando eu saí de Campinas, fui para o Rio de Janeiro e trabalhei na ACA (Associação Cristã de Acadêmicos), no escritório na Tijuca. (...) Depois eu fui contratada pela Missão Presbiteriana para ser professora primária lá com Jaime Wright, que era o diretor da escola de Ponte Nova. Lá no sertão da Bahia. Eu tinha o quê? 19, 18 anos mais ou menos. (...) Nessa época, eu revolucionei muito a escola. Ele me levou exatamente para mudar a pedagogia. (...) Antes de ir para a Bahia eu frequentei também uma Igreja Presbiteriana em Copacabana. Uma Igreja muito conservadora que me expulsou da Igreja inclusive por ser liberal, por estar na teologia da libertação influenciada pelo Shaull e tudo o mais.

E nessa época eu tive um trauma muito grande porque.... A religião naquela época, o protestantismo presbiteriano, o batista ou qualquer um era muito conservador. Extremamente conservador. Então criou vários traumas dentro de mim como adolescente, como jovem, como uma pessoa de esquerda. Eu já havia fundado uma

cooperativa de operários na Vila Marieta em Campinas na idade de 13, 14 anos. Junto com meu noivo que era o Celso Lola. (...) O Celso Lola foi meu namorado. E a paixão grande da minha vida. Nós dois trabalhávamos lá na Vila Marieta. Fundamos essa cooperativa lá nessa época. Eu era uma adolescente, né? (...) Fui expulsa da Igreja. Meu pai me expulsou de casa porque não me casei. Era noiva e não me casei. Era noiva do Celso. Era baiano, então eu não podia namorar. Depois que ele conheceu o Celso. Era eu que não merecia o Celso.

Então, toda a minha ideologia de esquerda desde a juventude, desde a adolescência, fez com que eu fosse expulsa da Igreja e da ala conservadora da Igreja e fui expulsa também pelo meu pai. Porque eu era comunista, eu já não era virgem. Toda essa pecha. Sempre ligada à ideologia. Porque eu trabalhava na Vila Marieta. Na Igreja já era um escândalo, não é? Eu já frequentava o seminário. Era aluna do Shaull. E nós trabalhávamos já dentro da ACA naquela mentalidade, né? (...)

O Pastor Benjamin Morais. Esse eu não me esqueço. Ele me chamou, me passou um sabão e eu chorava. Eu sei que eu saí daquela Igreja de Copacabana... tinha aquele arco assim na Igreja... Eu saí e quase me suicidei em baixo do carro. Tal foi o sermão radical de direita, fascista mesmo que ele. (...) Benjamin Morais foi terrível. (...) Já antes do golpe a gente já vinha sofrendo perseguições dentro da Igreja e da família. Quer dizer, toda aquela concepção cultural (...). Que uma garota (...). Como é que podia já fazer política em favelas? Como podia namorar abertamente com o Celso?⁹³

93 SOUZA, Noracy Ruiz. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade*. 11 abr. 2014.

Paulo Ayres Mattos, pastor da Igreja Metodista na época do golpe, consagrado bispo em 1978, sofreu várias perseguições e expurgos por parte das lideranças de sua denominação por conta do engajamento social relacionado à sua atuação pastoral. Assim ele relatou em depoimento à CNV (transcrito na íntegra):

Tentei fazer Ciências Sociais. Levei bomba, porque entrei com o jornal do Partido Comunista debaixo do braço, na prova em que Erivildo Viana foi o que fez o meu exame oral. Surpreendentemente levei nove na prova escrita e zero na prova oral. Aí tive 4,5 e não entrei nas Ciências Sociais. Mas como sou cristão, acho que Deus escreve certo por linhas tortas.

Acabei no Seminário Teológico em 1962. Quando cheguei lá, não havia muita gente com informação política, mas havia alguns, como José Assan Alaby, que fez parte dessa geração e tem um conto fabuloso chamado “O Cavalo Burguês e o Público Hebreu”. Em torno desse pessoal, está montada, então, essa revista em Totacóstia, com Caio Navarro de Toledo, Heleny Guariba, Guiomar (sobrenome não mencionado). Não está Anivaldo Padilha, estou eu, Affonso Romano, Claudio Robanos. Pouco a pouco esse pessoal vai produzindo esse tipo de literatura, e a gente começa a fazer uma pressão muito grande na Igreja para que ela possa assumir posições mais claras sobre o processo revolucionário brasileiro.

Esse foi o tema da Conferência do Nordeste, em 1962: “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Vem o golpe de 64. Nós tínhamos o Congresso Nacional de Jovens marcado para julho. Foi um “Deus nos acuda” para a gente ajustar o congresso com o enfrentamento da repressão. A gente consegue fazer, e desse congresso sai um documento muito importante, que exi-

ge que a Igreja nomeie o Coordenador Nacional para a Mocidade. Vem o Conselho Geral de 1965 da Igreja Metodista. Isso é ratificado pelo Conselho Geral.

No final de 65, sou chamado na Sede Nacional da Igreja Metodista e sou comunicado que eu sou o Coordenador Nacional da Mocidade. E me dizem que eu tenho que ir aos Estados Unidos fazer um curso de preparação para liderança jovem oferecido pelo Conselho Mundial de Igrejas. Vou para os Estados Unidos, passo um ano e pouco fazendo esse treinamento e volto no final de 67. Vocês imaginam como estava a situação por aqui. Eu saí antes das eleições de 66 e volto depois das eleições de 67. Chego na Sede Nacional, me apresento, e o Secretário Geral de Educação Cristã me diz: “Seu nome foi vetado, porque você é comunista”. “O que eu faço?” “Você se apresente ao seu bispo”. Ironicamente, eles escolhem para me substituir Anivaldo Padilha.

(...) Vim ser pastor no Rio de Janeiro, sou nomeado aqui para (o bairro da) Taquara em 68. Em maio de 68, estou aqui no Rio de Janeiro e tem o fechamento da Faculdade de Teologia, por causa da confusão do dia 1º de Maio em São Paulo, onde diversos alunos da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista foram presos. A Faculdade de Teologia é fechada pelos bispos da Igreja Metodista. Hoje a gente sabe que foi por uma ordem expressa do governo militar que determinou que, se não fechasse a Faculdade de Teologia, o Exército a invadiria.

Aqui no Rio de Janeiro, a gente participa das manifestações de rua de 68, na Avenida Rio Branco. Quem é daquela época se lembra do que aconteceu. No final de 68, eu sou mandado para Cabo Frio. Costumo dizer que o primeiro momento de exílio em Cabo Frio, no

Rio de Janeiro – Cabo Frio era longe à beça naquela época – também foi a minha salvação. Fiz o pastorado numa igreja muito interessante. Era uma igreja em que o principal líder, naquele momento – não estou discutindo política de hoje – era o Wilson Mendes, cassado pela repressão imediatamente após o golpe de 68, o golpe dentro do golpe.

Começo, então, a pastorear lá longe. O bispo me disse: “Você tem que ficar aí quietinho, não se mexa, senão a coisa pode entornar o seu caldo”. Nessa época, os meus irmãos já estavam na liderança do movimento da Juventude Metodista aqui no Rio de Janeiro. Em 69, praticamente toda a liderança da Juventude Metodista é expulsa. Mas eu estou lá em Cabo Frio. (...) Nessa altura, sou procurado por Jether Pereira Ramalho para fazer parte da equipe de redatores do boletim Centro Ecumênico de Informação (CEI). Minha responsabilidade era selecionar as notícias. A gente recebia boletim de toda parte do mundo ecumênico. Juntamente com o Domício (Pereira Mattos), a gente lia, selecionava e formava o boletinzinho.

(...) Ao mesmo tempo, o bispo metodista do Rio de Janeiro me chama e me diz que eu vou ensinar Moral e Cívica no Colégio (Metodista) Bennett. Começo a ensinar nesses dois lugares e trabalhando junto do CEI, viajando, dando curso de formação de pastoral, teologia, Bíblia. O pessoal como Indiana e Bia (nomes completos não foram mencionados) trabalhando na área de educação popular. Um dia o diretor do Bennett me chama e diz: “Eu vou ter que demitir você”. Eu pergunto por quê, e ele diz: “Porque a seção do SNI no Ministério da Educação determinou que você seja demitido”. Eu disse: “Você pode escrever isso?” Ele disse: “Não, não posso

escrever isso”. Eu disse: “Mas eu sou presbítero, ministro pleno da Igreja Metodista. Exijo uma satisfação”. Ele disse: “Vai conversar com o bispo”.

Fui conversar com o meu bispo, que era envolvido com aquele mesmo grupo que foi chutado da Confederação. Ele disse: “Eu não posso fazer nada”. (...) Final de 73, nós do CEI começamos a fazer uma análise e começamos a perceber que algumas coisas estão em curso. Por que eu fui demitido? Fui demitido porque fui denunciado por um pastor metodista, que participou de uma reunião muito fechada em que estavam presentes alguns líderes da Igreja Metodista do Rio de Janeiro, inclusive eu fazia parte dessa estante. Eu era Secretário de Educação Cristã da Igreja, com uma delegação do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos, dirigida pelo Bispo Armstrong. Esses bispos eram muito importantes da Igreja Metodista e muito importantes no Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos.

É importante a gente ressaltar aqui: se havia repressão interna nas Igrejas evangélicas do Brasil, se havia gente das Igrejas evangélicas trabalhando em favor da ditadura, tivemos uma extrema solidariedade dos evangélicos, protestantes dos Estados Unidos e da Europa. (...) Ao mesmo tempo, eu era denunciado por um pastor da minha igreja, numa reunião em que um bispo da minha igreja nos Estados Unidos estava questionando a atitude das igrejas aqui. Essa ambivalência, essa ambiguidade, não podemos ignorar. Da mesma maneira como a sociedade estava dividida, as Igrejas estavam divididas. (...) O Reverendo Messias Amaral dos Santos foi quem me delatou. Depois me tornei bispo dele. O nome dele está lá (um dos relatórios do SNI), não posso tirar daquele papel. E nós nos tornamos amigos, mesmo eu sabendo,

e ele sabendo. Eu sabia o que ele tinha feito, e ele sabia que eu sabia, mas nos tornamos amigos. Mas isso não significa que ele não deva ser responsabilizado pelo que ele fez. Ele tem que ser responsabilizado.⁹⁴

Rubens Menzen Bueno era estudante de Teologia à época da ditadura militar e líder da juventude presbiteriana e da Uceb. Mesmo antes do golpe de 1964, já sofria perseguição da liderança da Igreja Presbiteriana por conta das ênfases sociais e da teologia contextualizada desenvolvidas em sua atuação. Em entrevista à CNV, relatou (transcrito na íntegra):

O pessoal se voltou a estudar, não só Bíblia, não só teologia, mas economia e realidade brasileira, cultural e etc. Aí vem a reação, então a partir daquela situação de centro acadêmico, antes mesmo de eu ser eleito, eu comecei a sofrer a inquisição. (...) Desde abril de 61 até fevereiro de 63 eu fui submetido a uma inquisição. O reverendo Boanerges (Ribeiro) (primeira coisa, não era só eu, todo o pessoal), o Boanerges, a primeira coisa que ele fez foi dividir São Paulo, deixando só oito igrejas com o reverendo Borges (nome completo não relatado), a Lapa e mais alguma coisa, e o resto foram para ele, pegando inclusive Santos e tudo mais.

Depois ele resolveu... ele fazia contagem de votos e como ele sabia que na eleição lá na Igreja Presbiteriana em São Caetano ele perderia, né? Então o que ele fez? Ele cassou, ele suspendeu da comunhão, do direito da Santa Ceia, da comunhão do pão e do vinho a minha mãe e a minha avó. Religiosíssimas, santíssimas, né? Professora de Escola Dominical, presidente da sociedade de senhoras e que nós ajudamos a construir o Hver São Caetano, minha mãe fritando pastel, fizemos quermesse junto com a Igreja Católica também, vendendo

94 MATTOS, Paulo Ayres. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade*. 18 set. 2013.

lá para ajudar a construir e várias coisas assim, mas foram suspensas da igreja, não existe pena maior para um crente do que ser (...) é o mesmo que excomunhão. É tirar da comunhão, só que eles chamam de suspender da comunhão. (...)

O primeiro passo foi me excluir do presbitério paulistano aqui da região (em 1961), e mandaram procurar um outro concílio para o qual eu pudesse continuar a ser candidato a pastor, né? Estudando lá no seminário. Eu fui abrigado nessa situação pelo Jim (Jaime) Wright na Missão Presbiteriana do Brasil Central. (...) Fiquei indicado para Sobradinho em Brasília, mas ainda assim eu pastoreei aqui na Zona Leste (de São Paulo), Guaianases, pelo interior, Montemor, alguns lugares por aí. Até que em fevereiro de 63, eu não tinha mais nada a ver com a Igreja Presbiteriana do Brasil, mas eu ainda estava fazendo o curso, seminário, tinha parado um pouco por causa da atividade na União de Estudantes, mas continuava lá. Aí é que ele (Rev. Boanerges Ribeiro) fez uma carta de cassação. (...)

Foi a partir dessa figura inventada, não existe na constituição da igreja e nem no código de disciplina da igreja a figura da cassação, principalmente (...). E nem havia o golpe ainda. (...) Eu então tive que sair fora e fiquei trabalhando só com os estudantes, com a União (Cristã) dos Estudantes do Brasil mais alguns anos.⁹⁵

95 BUENO, Rubens Menzen. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade*. 28 ago. 2013.

O quadro de repressão interna às igrejas alinhadas com a ditadura foi ampliado com a perseguição do aparelho da ditadura a críticos e opositores presentes entre evangélicos, que manifestavam resistência ao regime de várias formas. A memória desse processo é registrada no próximo capítulo.

Perseguição do Estado a evangélicos e a resistência à Ditadura Militar

Aspectos gerais da perseguição estatal

A intensa busca por inimigos do regime da parte do governo militar com as ações do aparelho de repressão estabelecido visava à perseguição e consequente eliminação de qualquer pessoa ou segmento da sociedade que se colocasse em oposição aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. Os protestantes com engajamento social, especialmente aqueles vinculados ao movimento ecumênico, eram identificados pelos agentes do sistema nessa categoria, e, como já indicado, com ajuda dos próprios pares. Protestantes e o movimento ecumênico estiveram sob constante investigação das agências de inteligência, com base na compreensão de que tinham poder de disseminação de ideias contrárias à Doutrina de Segurança Nacional.

Um exemplo de tal compreensão e ação pode ser tomado do documento do SNI produzido pela Agência Rio de Janeiro (ARJ), contendo 29 páginas, datado de 30 de outubro de 1980: “Genericamente, pode-se concluir que esses grupos religiosos procuram influir na política governamental nos diversos campos do poder Nacional, através de educação e doutrinação das massas, visando a consecução de seus objetivos políticos”.¹

1 SERVIÇO Nacional de Informações. Coordenação Regional do Distrito Federal, ACE 3842/1980, fls. 29. *Arquivo Nacional apud* BRITO, André de Souza. “Cristianismo Ateu”. O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 7.

Os agentes da repressão denominavam “progressistas” tanto católicos quanto protestantes, por conta de ações consideradas “contestação ao regime vigente e às autoridades constituídas”. Com relação ao segmento protestante, o documento do SNI destacou:

(As igrejas) Presbiterianas, Metodistas e Luteranas – têm sua ação orientada na linha semelhante à do clero (católico) progressista, através de diversos pastores e colaboradores tendo como ponto principal de apoio financeiro e de diretivas o CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS – CMI, GENEBRA/SUIÇA, de instituições de ensino como o INSTITUTO BENNET (sic) no RIO e a UNIVERSIDADE MACKENZIE em SÃO PAULO.

Esses religiosos têm sua ação política de contestação ao regime, de apoio aos movimentos reivindicatórios e grevistas baseados em pontos semelhantes aos grupos progressistas da Igreja Católica acrescidos de:

- fiel programação de eventos;
- seus pronunciamentos (sic) são ressaltados através do Boletim “TEMPO E PRESENÇA” com vinculação ao CMI;
- desenvolvimento e manutenção do Ecumenismo;
- ênfase na doutrinação dos jovens.²

O apoio protestante internacional, sobretudo do CMI, foi também alvo dos agentes estatais e consta em vários de seus documentos. Um exemplo significativo pode ser tomado de documento do SNI pro-

2 SERVIÇO Nacional de Informações. Coordenação Regional do Distrito Federal, ACE 3842/80, fls. 29. *Arquivo Nacional apud* BRITO, André de Souza. “*Cristianismo Ateu*”. O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 72.

duzido em 1980³, no qual um agente analisa um documento em inglês, de 17 páginas, produzido pela Comissão Preparatória da Consulta Ecumênica sobre a Participação das Igrejas nos Programas e Projetos de Desenvolvimento na América Latina. O material era resultado de uma reunião realizada pela comissão na Nicarágua da qual participaram os líderes ecumênicos Jether Pereira Ramalho, Lysâneas Maciel e o uruguaio de Igreja e Sociedade na América Latina (Isal), Julio de Santa Ana.

O agente produziu uma análise sobre a teologia e demais elementos que embasavam a reunião que ressaltava ser “o ecumenismo defendido pelo CMI (...) dominado por facções nitidamente esquerdistas”. Uma das justificativas para tal conclusão era a de que o documento deixava clara a avaliação negativa dos religiosos sobre a atuação das empresas transnacionais, que tinham o respaldo de regimes políticos autoritários no continente, e afirmavam que “o tipo de crescimento econômico predominante na América Latina contradiz as aspirações fundamentais dos setores populares”.

O documento do SNI registra que uma preocupação destacada com o CMI era o fato de o organismo ecumênico dispor “de fartos recursos materiais” e que atuava como influenciador “de largas parcelas do clero católico de linha progressista”.

Outro documento, resultante das indicações do primeiro, foi produzido pelo SNI também em 1980 e intitulado “Conselho Mundial de Igrejas (CMI) – Histórico e Desenvolvimento”⁴, no qual o agente redator procura apresentar um perfil do organismo com base em materiais do próprio conselho. Entre as conclusões, consta que uma das

3 SERVIÇO Nacional de Informações. Coordenação Regional do Distrito Federal, ACE 2874/1980, fls. 1-8. *Arquivo Nacional* BRITO, André de Souza. “*Cristianismo Ateu*”. O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 192.

4 SERVIÇO Nacional de Informações. Coordenação Regional do Distrito Federal, ACE 3614/1980. *Arquivo Nacional apud* BRITO, André de Souza. “*Cristianismo Ateu*”. O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 193.

bases do CMI é a ideologia “pára-socialista e de ingerência nos negócios internos de países independentes” e que a associação de igrejas seria uma potência aliada do “comunismo internacional”, por conta da presença das igrejas ortodoxas do Leste Europeu.

No mesmo ano de 1980, mais um dos documentos produzidos pelo SNI sobre o CMI foi o intitulado “O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e a Igreja Católica – Ecumenismo no Brasil”⁵. Era o aprofundamento de alguns itens indicados nos documentos anteriores a respeito do organismo ecumênico e serviu de base para os que se seguiram. Curiosamente, apesar de reconhecer os esforços de diálogo entre as duas instituições, o agente diagnostica que o CMI realizaria uma ofensiva contra a Igreja Católica para lhe tomar fiéis, ao ocupar os espaços que esta vinha deixando vagos. Segundo o agente, o CMI utilizava o ecumenismo “como forma de aumentar o seu próprio poder, enfraquecendo a Igreja Católica nas áreas onde a mesma é majoritária” e se tornou “expressão mundial das diferentes seitas protestantes”.

Perseguição à Confederação Evangélica do Brasil e ao movimento ecumênico

A Confederação Evangélica do Brasil sofreu as ações da repressão. Logo após o golpe de 1964, a própria organização foi invadida e teve os arquivos apreendidos por agentes das forças militares. Como será relatado adiante, diversos integrantes do movimento ecumênico protestante passaram pela experiência do enquadramento em Inquéritos Policiais Militares e foram presos; outros, foram torturados ou tiveram de fugir do Brasil. Entre eles estão: Waldo César, Zwinglio Mota Dias, Rubem Alves, Anivaldo Padilha, Leonildo Silveira Campos, Rubem

5 SERVIÇO Nacional de Informações. Coordenação Regional do Distrito Federal, ACE 3659/1980. *Arquivo Nacional apud* BRITO, André de Souza. “Cristianismo Ateu”. O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964–1985. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 196.

César Fernandes, Jovelino Ramos e Lysâneas Maciel. Os depoimentos a seguir refletem a crise.

Em 1960, o golpe já estava chegando. Eu estava em São Paulo, na reunião (da Confederação Evangélica do Brasil) e me avisaram: “Tem um senhor querendo falar com você”. Eu perguntei: “Quem é?” Responderam: “Não sei; não quis dar o nome”. Fui lá. Um cavalheiro muito bem vestido, de paletó, gravata, que perguntou: “O senhor é Waldo César?” Eu disse: “Sim”. Respondeu: “Eu queria conversar com o Sr. particularmente”. Fui para outra sala. Ele apresentou a carteira do DOPS. Eu perguntei: “O que houve?” Ele respondeu: “Nós estamos aqui preocupados com o que estão discutindo. Que negócio é esse de nacionalidade? Que é isso?” Aí me deu um estalo e eu perguntei: “O senhor tem tempo?” Ele disse: “Como assim?” Respondi: “O senhor tem tempo? Porque eu tenho que começar com o Profeta Amós”. O cara me olhou e repetiu: “Como assim?” Respondi: “É que essa história vem desde o século oito, antes de Cristo”. Ele me olhou espantado. Repeti: “Porque o Profeta Amós defendia uma sociedade nova, de justiça, e nós estamos tentando encontrar um caminho que nós queremos: um Brasil novo, uma nova nacionalidade de justiça”. O cara disse: “Tá, tá, chega, chega. Já entendi. Eu vou assistir a sua reunião hoje à tarde. O senhor não me apresente e não diga que eu estive aqui. Caso contrário, eu vou desmentir em público”. Sentou, ouviu, foi embora e nunca mais apareceu. O golpe foi em 1964 e eles em 60 já estavam se articulando. (Waldo César, leigo presbiteriano e Diretor do Setor de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil).⁶

6 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007.

No dia 1º de abril de 1964, o movimento militar derrubou o Presidente João Goulart. A Junta de Diretores da CEB realizou uma reunião extraordinária, quando a exoneração de Jether, Waldo, Francisco e Domício foi proposta. Ao mesmo tempo, um oficial do governo que se dizia investido de tal autoridade visitou a CEB para examinar os seus arquivos e documentos e para descobrir possíveis atividades políticas subversivas da entidade. Tratava-se, sem dúvida, de um momento extremamente difícil. O Exército, agora no poder, tinha forçado a aprovação de um Ato Institucional no Congresso, legitimando o golpe militar e se baseava no mesmo expurgo de pessoas que tinham estado envolvidas em atividades políticas contrárias aos objetivos da revolução, cassando os seus direitos políticos por dez anos. Foi precisamente nesse momento que a Diretoria decidiu demitir tais pessoas, e estas receberam ordem de não irem mais à sede. (...) a Conferência do Nordeste tornou essa ruptura ainda mais aguda, e tudo culminou com a expulsão do grupo progressista. (...) em quase todas as igrejas as medidas extremas tomadas pela Diretoria tiveram repercussões desfavoráveis. (...) As agências ecumênicas e as juntas de missão em Nova York e Genebra interromperam a sua ajuda financeira aos programas e atividades da CEB. (Domício Mattos, pastor presbiteriano e funcionário do quadro da CEB).⁷

Chegou a notícia de que a Confederação seria inquirida por um grupo do Exército. Então assistimos a uma cena deplorável: era nosso o 4º andar e todos os diretores saíram pela escada com medo de coincidir com a chegada do grupo militar do Exército. Todo mundo fugiu.

7 MATTOS, Domício Pereira. *Posição social da Igreja*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Praia, 1965, p. 125-27.

(Jether Pereira Ramalho, leigo congregacional e diretor do Departamento de Ação Social da CEB).⁸

Fui procurado numa ocasião pelo Jair Ramalho (irmão de Jether Pereira Ramalho), que me visitou com a beca de médico. (...) Ele tinha ido com a missão de pedir (...) que eu me afastasse do Rio porque eu estava sendo procurado, em 64, logo que estourou. Só que tinha um detalhe: o apartamento era na esquina, então se eu estivesse na rua e chegando em casa, minha esposa iria abrir as janelas de aviso para eu não entrar em casa, e se eu estivesse em casa ela atenderia e eu pulava pela outra rua. O muro era mais ou menos alto, eu vivia naquela tensão. Todas as publicações foram para a casa da minha sogra escondidas, publicações perigosas que eu tinha. Na igreja eu pregava livremente; eu nunca traí o púlpito. (...) Tempos vividos sofridos. (Carlos Alberto Correia da Cunha, pastor congregacional e funcionário do Setor de Estudos da CEB).⁹

Quando o Anivaldo (Padilha) caiu num arrastão em São Paulo, eu fui informado pela sua mãe e deixei o Brasil via Genebra (em junho de 1970), onde vim a ser o secretário-executivo do International Council for the International Christian Youth Exchange (ICICYE), instalado na sede do Conselho Mundial de Igrejas, porém entidade jurídica autônoma, independente de sua estrutura. Época em que convivi com o professor Paulo Freire, que já conhecia de uma reunião na UNE no Rio, em 1961, e cuja metodologia havia empregado num programa de alfabetização de adultos em 12 comunidades pesqueiras do litoral catari-

8 RAMALHO, Jether. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007.

9 CUNHA, Carlos. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007.

nense (juntamente com Paulo Stuart Wright) em janeiro e fevereiro de 1964 (com a participação de cerca de 150 estudantes voluntários da UCE, nas férias de verão), o que me custou mais uma vez a marca de comunista, quando toda a inspiração e motivação do nosso trabalho com e entre os pescadores era profundamente cristã! (Eber Ferrer, líder do movimento de juventude ecumênica de Curitiba, presbiteriano, já havia sido preso em 1968, o que será relatado adiante).¹⁰

Infiltração em cultos e eventos para vigilância e denúncias

São muitos casos identificados em documentos dos aparelhos da repressão – em especial, na categoria “Informação” – que revelam como agentes desses órgãos estavam em permanente vigilância dos grupos protestantes e suas lideranças identificadas como críticas ao governo militar. Alguns depoimentos apresentados a seguir indicam como isso era frequente.

Por Jether Ramalho: A Marinha mandou um grupo de oficiais para assistir (a abertura da Conferência do Nordeste) pois houve uma campanha forte dizendo que os “comunistas estão tomando conta do Brasil”, “tomando conta das igrejas”, um jornal presbiteriano conservador fazia essas denúncias, esses oficiais foram embora no meio do sermão.¹¹

Por Francisco de Paula Pereira de Souza: (Havia muito medo), todos sofriam pressões. Entravam na igreja pes-

10 FERRER, Eber. Depoimento enviado por *e-mail* em 26 de agosto de 2004 *apud* DIAS, Agemir de Carvalho. *O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994)*. A serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 190.

11 RAMALHO, Jether. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007, s.p.

soas desconhecidas para ouvir e levar informações. Não tínhamos como ajudar um ao outro, pois todos estávamos pressionados. Os que estavam na situação se aproveitavam disso para colocar mais “lenha na fogueira”. A onda anticomunista, antiecumênica, antimodernista (embora não tivéssemos nada de modernista do ponto de vista teológico) era uma onda muito forte na igreja. Havia pessoas muito anticatólicas e muito conservadoras nas igrejas e aproveitavam para banir as outras que não viam as coisas com os mesmos olhos dela.¹²

Expulsão de missionários

Entre os perseguidos pela ditadura militar, estavam pastores protestantes missionários estrangeiros, que realizavam atividades pastorais no país desde antes do golpe militar de 1964. Essas lideranças religiosas, assim como as demais relatadas em outras partes deste livro, estavam embasadas na compreensão de um cristianismo prático, que se manifestava especificamente no compromisso com a população desfavorecida e com a luta pela paz com justiça. A perseguição a esses missionários se fez de todos os modos, destacando-se campanhas difamatórias e também prisão arbitrária e tortura, culminando em intimação sob ameaça de saída do país e também com expulsão sumária.

Como será relatado adiante, entre os protestantes há dois casos de missionários metodistas expulsos: Brady Tyson, em 1966, intimado a sair do país sob ameaça de expulsão, qualificado como “extremista” em sua atuação pastoral com estudantes cristãos, especialmente após conferência proferida na Escola de Filosofia, Ciências Sociais e Literatura de

12 SOUZA, Francisco de Paula Pereira. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

São José do Rio Preto/SP, em que foi acusado de contestar o regime vigente no Brasil); e Frederick Birten Morris, em 1974, após prisão e tortura em Recife, cidade onde atuava.

A resistência de evangélicos à ditadura militar

Diante do quadro de repressão da cúpula das igrejas protestantes e do regime militar aos protestantes com engajamento social e ao movimento ecumênico, as pessoas expurgadas (demitidas dos quadros da Confederação Evangélica do Brasil e de funções eclesiásticas e silenciadas em suas comunidades religiosas) que puderam permanecer no Brasil e aquelas que foram exiladas/expulsas do País passaram a integrar uma rede de clandestinidade. Waldo César registra assim essa memória:

O ecumenismo brasileiro entra então na aventura de uma semiclandestinidade, com todos os riscos e algumas vantagens. Entre estas, uma preparação maior de seus dirigentes, muitos deles refugiados no exterior; ou a sua mobilização intensa no interior do país, para escapar de prisões ou de inquéritos policiais-militares. O resultado dessa dispersão marca outra etapa no contexto ecumênico, com a fundação de numerosas entidades de serviços, algumas já mencionadas, abertas às expressões da igreja e da sociedade. Esse movimento criativo, em muitos casos realizados através de organismos informais, sem registro, com os mais variados formatos, também se estrutura a partir dos que puderam permanecer no país e perderam o seu lugar em instituições eclesiásticas ou governamentais.¹³

13 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. *O contexto ecumênico no Brasil: 1964-1975*. Não publicado *apud* DIAS, Agemir de Carvalho. *O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994)*. A serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 185.

Resistência interna

Esse processo teve como consequências uma ampliação do apoio do Conselho Mundial de Igrejas ao ecumenismo brasileiro, o estreitamento de laços com missões dos Estados Unidos e com setores da Igreja Católica Romana. O apoio do CMI dava-se principalmente por intermédio da atuação de Igreja e Sociedade na América Latina (Isal), cuja referência no Brasil havia sido o Setor de Responsabilidade Social do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Com o encerramento do Setor de Responsabilidade Social em 1964, o retraimento da CEB em termos ecumênicos e a repressão no interior das igrejas, Isal passou a se referenciar nos grupos remanescentes que buscavam articulação para sobreviver. Em 1966, 30 pessoas de sete denominações protestantes vinculadas ao extinto setor da CEB se reuniram em São Paulo e decidiram reiniciar o programa de Igreja e Sociedade que havia sido interrompido e criaram a Comissão de Igreja e Sociedade do Brasil, mais tarde denominada Isal – Regional Brasil, que teve como diretor Waldo César, e secretário-executivo, Jether Pereira Ramalho.

De acordo com Waldo César, esse comitê contribuiu para a estabilidade financeira e familiar de lideranças perseguidas, demitidas de suas funções eclesíásticas, e também para sustentar as articulações por unidade e responsabilidade sociopolítica que se davam à margem das instituições.

O Centro Ecumênico de Informação (CEI)

Foi esse movimento de resistência que possibilitou a instituição do Centro Ecumênico de Informação (CEI), criado em 1965 por lideranças oriundas da CEB e de movimentos ecumênicos de juventude. Na avaliação de um dos seus promotores, Waldo César, o CEI passou a ser o elemento catalisador da garantia da teologia da responsabilidade sociopolítica cristã no quadro do protestantismo brasileiro: “Sentimos falta de comunicação entre nós. (...) Dissemos: ‘o nosso

lugar é aqui e a igreja não acabou. Essas crises existiram em vários momentos das igrejas'. Era difícil fazer essa leitura naquele momento, mas era a realidade".¹⁴

O processo começou no Rio de Janeiro, ainda em 1964, com um grupo de cerca de 15 presbiterianos, entre eles ex-lideranças da CEB, como Waldo César e Francisco de Paula Pereira de Souza, que decidiram se reunir de forma regular, inicialmente em locais neutros e variados, posteriormente na Igreja Presbiteriana da Praia de Botafogo, onde Domício Pereira Mattos era pastor. O objetivo era debater a conjuntura política e eclesiástica. Estudavam um texto bíblico, faziam orações e refletiam sobre os temas que consideravam relevantes.

Como resultado dos encontros, o grupo decidiu escrever cartas pastorais mimeografadas às igrejas para comentar o tempo presente e, principalmente, demonstrar que os que acreditavam em renovação "ainda estavam vivos". Essa divulgação estimulou a adesão de pessoas leigas das igrejas, apesar do clima de tensão e de medo que vigorava.

A receptividade positiva dos contatos do grupo levou ao convite para a participação de pessoas de outras igrejas que partilhavam dos mesmos pensamentos e ideais, em especial lideranças demitidas da Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Juntaram-se ao grupo Jether Pereira Ramalho e Carlos Cunha (congregacionais, remanescentes da CEB). Logo surgiu a ideia de uma publicação. O grupo fez um trabalho de avaliação para estudar as formas de enfrentar a censura da imprensa, da polícia e da Igreja; os recursos foram levantados entre os próprios integrantes. Assim, em 1965 foi criado o Centro Evangélico de Informação (CEI), transformado no ano seguinte no Centro Ecumênico de Informação, configurando o sentido de ecu-

14 CÉSAR, Waldo. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 153

menismo decorrente das experiências: aproximação não apenas entre evangélicos, mas com católicos e o mundo secular – com os grupos que tivessem em comum a preocupação com a justiça social.

O *Boletim CEI* representou um exercício de resistência, mediante a prática de contrainformação, aliada à estratégia de articulação daqueles que não haviam perdido a esperança. A publicação levava a cabo o compromisso de manter vivos os ideais de unidade e responsabilidade sociopolítica dos cristãos, ainda que em meio a um contexto desfavorável.

Inicialmente, o CEI atuava por meio de notas informativas sobre acontecimentos das igrejas, do movimento ecumênico e do mundo. O aprofundamento da informação, com conteúdo formador, por meio dos textos do *CEI Suplemento*, de *Bíblia Hoje*, do *Suplemento CEI* e das publicações da editora *Tempo e Presença*, capitalizou o apoio e a receptividade de indivíduos e de grupos, protestantes e católicos, em todo o país, conferindo maior consistência e visibilidade ao movimento. Foi esse processo que tornou possível a construção de um movimento ecumênico no Brasil para além das amarras das fronteiras eclesiásticas, na interseção da Igreja com a sociedade.

De acordo com Waldo César, que integrava a equipe de redação do Centro Ecumênico de Informação:

(o grupo sabia que) os que liam o CEI percebiam o âmbito da coisa. Havia muita notícia e alguns comentários, que chamávamos de editoriais. Esses comentários eram de uma temática amplíssima – ecumênica, política e social. (...) Essa leitura, a meu ver, ajudava as pessoas a acompanharem a coisa e se realizarem, no sentido de que não estávamos sós. (...) O importante dessa história é que houve uma extensão ecumênica que a CEB tinha rompido, tinha cortado completamente a possibilidade de ser levada adiante. (...) A CEB provoca o rompimento e a gente se liberta daquela coisa fechada, institucional. Aí se abre um mundo de coisas. A partir daí o

contato com os católicos foi fortissimamente ampliado e, mais do que isso, com áreas seculares”.¹⁵

O ano de 1967 ficou marcado por dois fatos envolvendo o CEI. O primeiro deles foi uma das causas da não publicação do exemplar de fevereiro: a prisão de Waldo César, como será adiante relatada. A situação de endurecimento do governo militar era um ponto de dificuldade para as atividades ecumênicas desenvolvidas não apenas pelo CEI, mas pelos outros grupos espalhados pelo país. A prisão de Waldo César representou a indicação de que a realidade política não estava distante dos protestantes preocupados com as questões sociopolíticas. A carta escrita por Jether Ramalho e dirigida ao secretário de Igreja e Sociedade na América Latina (Isal) Luiz Odell expressa isso:

Tem-nos preocupado seriamente a situação que poderemos ter com Isal no Brasil. O governo Castelo Branco, dois dias antes de deixar o poder, promulgou uma Lei de Segurança, de tal ordem que todas as atividades podem ser enquadradas nessa lei. O conceito de segurança está sujeito a um arbítrio dos Tribunais Militares, e basta uma denúncia para o cidadão ser suspenso do seu trabalho, mesmo em organização privada. Qualquer relacionamento com entidade internacional, a qualquer título, considerada prejudicial ou perigosa, é crime contra a segurança nacional. (...) Estamos em expectativa. (...) Há um clamor público contra a Lei de Segurança, mas parece que Costa e Silva não deseja vê-la revogada. Não se alimenta esperança de um futuro tranquilo. A “linha dura” parece

15 CÉSAR, Waldo. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 156.

que está mais fortalecida. Enfim, teremos que esperar um pouco mais para termos uma visão mais limpa.¹⁶

O outro fato que marcou o CEI ocorreu em 1967, apesar do clima de tensão: o seu reconhecimento como uma agência de notícias ecumênicas a ponto de realizar um convênio com a imprensa secular do Rio de Janeiro para fornecimento de noticiário religioso. Esse processo teve início em 1966, quando Waldo César já havia sido convidado pelo *Jornal do Brasil* para ser correspondente na Conferência Mundial de Igreja e Sociedade, promovida pelo CMI. No ano seguinte, esse veículo publicou um caderno especial de domingo sobre ecumenismo (14 de maio).¹⁷

As reações contrárias às atividades do CEI parecem ter sido um fator constante, resultado da ousadia com que o grupo se lançava no tratamento dos temas relativos à prática das igrejas.

As igrejas tradicionais quase todas estavam contra qualquer coisa que cheirasse a movimento ecumênico, apesar de haver paróquias, comunidades locais, que até usavam o material do CEI. (...) O CEI teve um papel importantíssimo, não só nesse aspecto (de fazer sobreviver o movimento ecumênico), mas num segundo aspecto que foi o de animar a esperança de alguns que estavam fortemente desiludidos com a Igreja, já tinham perdido

16 Carta de Jether Pereira Ramalho a Luiz Odell remetida em 16 mar. 1967. Documentação de Isal-Brasil. *Arquivo pessoal de Jether Pereira Ramalho apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 163.

17 CEI, 21, abr./mai. 1967. p. 3 *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

a esperança. (...) As pessoas liam aquilo e debatiam e formavam discussões.¹⁸

Ainda assim, as atividades prosseguiram, e os seminários e reuniões de estudo promovidos pelo CEI, que começaram com pessoas das igrejas, foram, no decorrer do tempo, se ampliando e reunindo outras do mundo secular. Nas palavras de Waldo César:

O Márcio Moreira Alves foi um que entrou no nosso circuito, outro foi Lauro Oliveira Lima, a Rose Marie Muraro... essa rede foi crescendo e era formada por vários núcleos. Era o tempo da Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), e de vez em quando a gente se encontrava em algum lugar. Eu fui a muitas reuniões de dois ou três dias em Petrópolis. Surgiam muitas coisas que refletiam nas publicações católicas. Essa rede nunca morreu e existiu durante todo o processo. Era uma rede de resistência mesmo e que toma um corpo mais concreto com a revista Paz e Terra.¹⁹

A revista *Paz e Terra* surgiu da proposta no grupo do CEI de criar uma publicação ecumênica de conteúdo aprofundado. Waldo César e Luiz Eduardo Wanderley, católico-romano da rede do CEI, que estavam à frente do projeto, decidiram contactar editores que pudessem tornar concreta a realização da revista. As negociações os levaram a

18 CUNHA, Carlos Alberto Correia. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 158.

19 CÉSAR, Waldo. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 174.

Ênio Silveira, intelectual vinculado ao Partido Comunista, que dirigia a Editora Civilização Brasileira. Waldo César relata:

(o Ênio Silveira) ficou encantado com a ideia e nos mandou procurar o Moacyr Félix, que trabalhava com ele, e que vibrou com a ideia. Fizemos um projeto e dissemos a ele que deveríamos ter nomes de peso da Igreja Católica e do mundo secular para que ninguém metesse a mão na revista. Com nomes como Alceu Amoroso Lima e D. Helder Câmara, esquerda lúcida e combatente, (a censura) não barraria a revista tão facilmente. Era uma estratégia.²⁰

A decisão de editar a revista levou Ênio Silveira a criar a Editora Paz e Terra. Textos de publicações ecumênicas eram traduzidos, artigos e livros de teólogos de destaque ignorados por outras editoras eram publicados e abordagens diversificadas de intelectuais brasileiros eram divulgadas. O Conselho de Redação da revista era composto por Alceu de Amoroso Lima, Alfredo Bosi, Antônio Otávio Cintra, Bernardo Catão, Brenno Schumann, Celso I. de Sylos, Edgar de Godoy Matta Machado, Esdras Borges Costa, Francisco Whitaker Ferreira, Frei Pedro Secondi, O. P., Glauco Soares de Lima, Jânio de Freitas, João Dias de Araújo, Jorge César Mota, José Honório Rodrigues, José Paulo Moreira da Fonseca, Jovelino Pereira Ramos, Lúcia Ribeiro de Souza, Luiz Alberto Gomes de Souza, Luiz Eduardo Wanderley, Maria Helena Kühner, Maria José Brandão Machado, Padre Francisco Guimarães e Raul Landim Filho.

A perspectiva de um ecumenismo fora das estruturas das igrejas, existente no Centro Ecumênico de Informação, trazida pelas pessoas oriundas da Confederação Evangélica do Brasil e, em especial, do Setor de Responsabilidade Social, encontrou extensão por meio da expe-

20 *Idem.*

riência da revista *Paz e Terra*. Ela foi publicada de 1966 a 1969, com nove edições, tiragem bimestral de 10 mil exemplares.

A nona edição registrou o encerramento das atividades de Waldo César como diretor responsável, “por circunstâncias de sua vida particular”, conforme nota da editora, redigida por Moacyr Félix. Na realidade, a revista acabou sendo encerrada após esse número, pelo fato de a editora não ter suportado financeiramente o recolhimento de vários números pela censura. Waldo César lamenta:

Quando fui preso, um dos assuntos era esse (a Paz e Terra). Ali a gente descobriu uma conexão que foi muito mais rica do que dentro da Igreja. Eu tive uma relação muito mais fraternal com esse grupo do que com aqueles velhos setores da Igreja (...). Estávamos numa luta comum, pela justiça social, reforma agrária... Era uma revista de altíssima qualidade editorial.²¹

Outra significativa iniciativa do CEI, além das publicações, foi uma capelania ecumênica para presos políticos. Carlos Cunha era o responsável e atuava, juntamente com outros pastores protestantes, com visitas aos presos e seus familiares. A atividade chegou a alcançar financiamento específico para as despesas com ajuda material aos presos e suas famílias, mas terminou sendo extinta por falta de recursos.²²

Todas essas ações do CEI tornaram possível a criação de organismos ecumênicos de destaque no Brasil, como a Coordenadoria

21 CÉSAR, Waldo. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 175.

22 CUNHA, Carlos Alberto Correia. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

Ecumênica de Serviços (Cese), o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) e o Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (Cebi). Essa trajetória marcaria o surgimento de diversas organizações ecumênicas de serviço no País a partir dos anos 1970: o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), herdeiro do CEI, hoje representado em KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço; o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e à Educação Popular (Ceseep); o Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (Ceca). Além disso, influiria também no surgimento do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), em 1982, como expressão oficial das Igrejas Cristãs brasileiras e referência do Conselho Mundial de Igrejas no país. Resultaria também na formação de uma série de outras organizações ecumênicas com presença no Brasil. Todos esses grupos, com a base teológica da responsabilidade sociopolítica cristã, foram imprescindíveis para a defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar e para a reconstrução da democracia no Brasil na década de 1980. O depoimento de Waldo César registra essa memória:

Depois que houve a perseguição, (os afetados) sequer cumprimentavam os amigos, com medo; havia momentos que você não sabia o que fazer com isso. De repente, quando começou a amenizar essa hostilidade, fomos procurar pessoas afins. Nós tínhamos que reunir as pessoas e criar um veículo de comunicação que significaria articular as pessoas e dar notícias que viviam ecumênicamente no mundo e dar notícias da realidade.

Começamos com um boletim modesto, letras miúdas, barato, porém procurando fazer estas duas coisas. Começamos com o CEI (Centro Evangélico de Informação), que depois veio o “ecumênico”. Nós tivemos alguns apoios de pessoas fora do grupo; recebíamos mensalmente contribuições e informações que não estavam disponíveis em outras áreas. Não foi um

processo lento; rapidamente fizemos os contatos, arrumamos a verba e o trabalho começou. A “Paz e Terra” já tinha uma dimensão mais complexa (...). Apareciam pessoas que nós não conhecíamos; um mundo complicado, onde nós “rebolávamos” para viver. A gente se cansou de viver um cotidiano bastante difícil. Às vezes fico pensando e fazendo analogia com o verso do Bandeira: “A vida toda poderia ter sido e não foi”, daí eu penso: “Numa Igreja que poderia ter sido e não foi”.

Olhando um pouco para o passado, quando estávamos na fase de “Igreja e Sociedade” parecia que a gente ia mudar tudo, que a Igreja ia ser reestruturada, assim como a “Confederação”, e botar aquela velharia toda para fora. Houve um retrocesso violento trazendo problemas graves para muitos de nós.²³

O Clamor

O Clamor foi uma organização criada em 1978 pelo pastor presbiteriano Jaime Wright, a jornalista inglesa Jan Rocha e o advogado Luis Eduardo Greenhalg. Estava sob o “guarda-chuva” institucional da Arquidiocese de São Paulo, vinculada à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, sob o aval e colaboração do Cardeal Paulo Evaristo Arns. Ela operava de forma autônoma, mas a vinculação era uma precaução por causa da vigilância do regime. O apoio institucional do Conselho Mundial de Igrejas foi fundamental, inclusive com aporte financeiro.²⁴

23 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007.

24 VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

A principal atividade do Clamor era a solidariedade com vítimas das ditaduras latino-americanas, tanto na localização delas quanto na tentativa de sua libertação. Jaime Wright tinha dupla nacionalidade (brasileira e estadunidense) e utilizava essa condição para se movimentar entre os países latino-americanos em prol do apoio.

Quando D. Paulo Arns mencionou uma das ações mais espetaculares empreendidas pela equipe do Clamor – a que conseguiu localizar o paradeiro de um casal de crianças uruguaias que haviam sido raptadas em Buenos Aires por militares argentinos após assassinarem seus pais que eram militantes do partido Victoria del Pueblo –, colocou em relevo a atuação do Rev. Wright no grupo. D. Paulo Arns assim relatou o caso:

No caso de Vicky e Anatole, o mérito cabe a toda nossa equipe, mas principalmente à coragem do meu amigo e pastor Jaime Wright, homem de grande experiência e lealdade sem contestação. O fato de me atribuírem a missão de ‘guarda-chuva’ do grupo partiu dele, que por anos trabalhou na Cúria Metropolitana, sem receber qualquer recompensa, a não ser de sua própria Igreja Presbiteriana, a quem ele foi fiel em todas as situações, até a morte.²⁵

Resistência externa

As missões do Protestantismo norte-americano, com bases reformuladas a partir das novas leituras teológicas sobre a missão da Igreja e do próprio movimento ecumênico, atentaram para a situação socio-política latino-americana dentro e fora das igrejas, e manifestaram-se contrárias às perseguições políticas e eclesiais promovidas pelo con-

25 ARNS, Paulo Evaristo *apud* VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014, p. 310.

texto da ditadura no Brasil. Os grupos ecumênicos internacionais estavam sensíveis ao fato de que os muitos expurgos e demissões afetavam a estabilidade de famílias de pessoas das igrejas.

Esse contexto levou, ainda em 1964, à criação de um órgão latino-americano que visava a apoiar as pessoas perseguidas e expurgadas dos quadros institucionais eclesiásticos. Chamado Comitê AD HOC, era liderado pelo missionário presbiteriano Richard Shaull, que havia deixado o Brasil por pressão da cúpula da Igreja Presbiteriana do Brasil, e integrado por dois missionários e uma pessoa não cristã dos Estados Unidos. Waldo César foi convidado para a reunião de organização do comitê, realizada no México, e avaliou positivamente a iniciativa: “Foi fantástico, porque ao mesmo tempo que a gente vivia aquela situação de medo, vivia a euforia de um novo quadro de relações”.²⁶

De acordo com Waldo César, o comitê contribuiu para a estabilidade financeira e familiar de lideranças perseguidas e também para sustentar as articulações por unidade e responsabilidade sociopolítica que se davam à margem das instituições. Essa solidariedade também foi importante no sentido de manter uma rede cristã que funcionava no Uruguai e que ajudava secretamente os fugitivos políticos a escaparem do país. Chamada de “ferrovia subterrânea” (inspirada na *Underground Railroad*, rede de solidariedade organizada nos Estados Unidos durante a escravidão para ajudar escravos fugidos a irem para o norte do país), era uma articulação ecumênica de religiosos progressistas que ajudava fugitivos da repressão da ditadura no Brasil a chegarem ao Uruguai. Dali era possível passar à Argentina e ao Chile.

O interesse pela situação da América Latina nos anos 1960 tornou ainda possível uma atenção ao que estava acontecendo no Brasil

26 CESAR, Waldo Aranha Lenz. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 151.

com a imposta ditadura militar. Nos Estados Unidos, em diferentes regiões, movimentos de religiosos (católicos e protestantes), acadêmicos, estudantes e ativistas se uniram a exilados brasileiros com o objetivo maior de denunciar o uso de tortura e a violação dos direitos humanos no Brasil (e, mais tarde, em outras partes da América Latina). Usaram de ações criativas e produziram novas formas de informar o público dos Estados Unidos e influenciar políticos em Washington sobre a situação brasileira. Esses esforços, aparentemente desprezíveis, acabaram por influir em uma mudança na política externa norte-americana para a América Latina.

O levantamento amplo dessas ações foi feito pelo historiador estadunidense James Green e publicado no livro *Apesar de vocês. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985* (São Paulo: Companhia das Letras, 2009). Aqui estão registrados alguns destaques dessa pesquisa:

1. O ponto de partida parece ser uma importante coalizão nos Estados Unidos, criada em 1966, em oposição à intervenção norte-americana na República Dominicana, o *North American Congress on Latin America* (NACLA) (Congresso Norte-Americano sobre a América Latina). No grupo estava o pastor metodista que havia trabalhado como missionário no Brasil Brady Tyson e que havia sido forçado pelo governo militar a deixar o país e retornar aos Estados Unidos em 1966 sob acusação de conspirar contra a segurança nacional. O projeto era sustentado em parte pela Igreja Metodista Unida, pela Igreja Presbiteriana, pela Divisão de Ministérios Juvenis do *National Council of Churches* (Conselho Nacional de Igrejas) e pelo *University Christian Movement* (Movimento Cristão Universitário). Foi feito um investimento em pesquisas sobre a América Latina, e a publicação *NACLA Newsletter* e os demais periódicos da entidade proporcionavam análises abrangentes dos mecanismos do domínio imperial dos Estados Unidos a estudiosos e ativistas. O arcebispo católico

de Olinda e Recife D. Helder Câmara foi o conferencista da reunião da NACLA em 11 de fevereiro de 1967.

2. Outra ação da NACLA foi estabelecer conexão com o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, especialmente com o grupo liderado pelos pastores Martin Luther King Jr. e Ralph Abernathy. Brady Tyson, que era ativista do movimento pelos direitos civis, acabou atuando como importante intermediário entre o Brasil e os Estados Unidos, criando uma ponte entre dom Hélder Câmara e o Rev. Abernathy.

No final do ano de 1969, Tyson começou discretamente a negociar uma visita do reverendo ao Brasil. Ele chegou antes de Ralph e Juanita Abernathy e preparou uma declaração conjunta para que o arcebispo assinasse, conclamando a uma “campanha de âmbito mundial a fim de despertar a consciência de todos os povos do mundo para o grande custo humano da pobreza, do racismo e da guerra”. Os dois líderes se encontraram a portas fechadas durante cinco horas e em seguida publicaram a “Declaração de Recife”, que expressava a esperança de ambos de que “o protesto social não violento seja um meio eficaz para estimular a justiça social em todo o mundo”. (...) Os resultados foram modestos, embora significativos. Tyson, pastor metodista, ativista e acadêmico, havia ajudado a fortalecer o laço entre a ala progressista da Igreja Católica na América Latina e um líder importante do movimento em prol dos direitos civis nos Estados Unidos. Esse elo se revelaria duradouro.²⁷

3. No final de dezembro de 1969, o leigo congregacional e ex-diretor da Confederação Evangélica do Brasil (CEB) Jether Pereira Ramalho e sua mulher Lucília viajaram a Nova York

27 GREEN, James. *Apesar de vocês*. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 168-169.

em férias. Foram diretamente ao encontro do diretor-assistente do Departamento Latino-Americano do *National Council of Churches* William Wipfler. Outro ex-integrante do quadro da CEB, o pastor presbiteriano Domício Pereira Mattos, viajou à mesma cidade em outro voo e em outro dia para participar de um curso no Seminário Teológico Union e também esteve presente à reunião. O pastor presbiteriano Jovelino Ramos, que havia fugido do Brasil em 1968 após ter sido acusado de subversão, e o leigo presbiteriano Rubem César Fernandes, que fugira do país para exilar-se em meados da década de 1960, também participaram. Jether Pereira Ramalho e Domício Pereira Mattos haviam levado aos Estados Unidos, escondida na bagagem ou junto ao corpo, uma coleção de documentos que detalhava o que ocorria com centenas de prisioneiros políticos brasileiros. Wipfler recorda:

Diversas estavam rabiscadas em pedaços de papel sujo, sacos de papel ou envelopes amarrotados, e era difícil decifrá-las. Outra estava escrita em letras minúsculas em uma única folha quadrada de papel higiênico; era preciso uma lupa para conseguir ler. (...) Eu sabia que a situação era ruim no Brasil, mas nunca tinha visto nada escrito, nenhum texto. Eles tinham trazido testemunhos individuais e em grupo, por escrito.²⁸

Segundo relato de James Green, no material que Domício Matos e Jether Ramalho tinham retirado clandestinamente do Brasil havia uma declaração redigida pouco antes, no mesmo mês, por 16 prisioneiras em um centro de detenção no porto do Rio de Janeiro.

28 GREEN, James. *Apesar de vocês*. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 168-169, p. 215-216.

O documento afirmava ousadamente: *Neste momento em que a nação, indignada, toma conhecimento das atrocidades que se cometem nos presídios de nosso país contra presos políticos e que, profundamente abalada, vacila ainda em acreditar que tais crimes possam ser cometidos, nós, prisioneiros da Ilha das Flores, por intermédio desta afirmamos: a tortura existe no Brasil! (...) Muitos devem se perguntar o porquê de somente agora surgirem de todos os cantos do país semelhantes denúncias. A ameaça de novas torturas e até mesmo de morte mantinha nosso silêncio. Porém, as recentes declarações do Exmo. sr. presidente da República e do Exmo. sr. ministro da Justiça, assim como a denúncia sistemática que a imprensa nacional e estrangeira tem realizado, faz-nos pensar que estaremos garantidos contra tais atitudes de represália. Abalado pelo que lera e resolvido a ajudar, Wipfler imediatamente convidou os quatro brasileiros a instalar uma base de operações em uma sala vazia no escritório do National Council of Churches. Durante os dois meses seguintes eles organizaram o material, indexaram as denúncias e prepararam um dossiê completo que poderiam publicar em inglês e distribuir amplamente nos Estados Unidos.*²⁹

4. “Terror in Brazil: A dossier” foi o resultado do trabalho dos quatro brasileiros. O documento, com 18 páginas, apresentava uma cronologia dos eventos ocorridos no Brasil desde o golpe de Estado de 1964, publicava a declaração das prisioneiras políticas na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, e dava realce à oposição da Igreja Católica às políticas do regime. Na segunda página aparecia uma declaração intitulada “Não podemos continuar em silêncio”, um manifesto assinado por líderes religiosos e acadêmicos importantes. Agindo a partir do *National Council of Churches*, William Wipfler

29 *Idem*, p. 216-217 (grifos no original).

coordenou a coleta de assinaturas para o manifesto entre as principais figuras na esfera religiosa. Os nomes das mais importantes personalidades das Igrejas protestantes e católicas que assinaram o dossiê conferiam legitimidade às afirmações feitas no restante do panfleto. Importante também foi a inclusão de líderes eminentes do movimento em prol dos direitos civis, como Ralph Abernathy e Andrew Young. Na qualidade de presidente e vice-presidente, respectivamente, da *Southern Christian Leadership Conference* (Conferência Sulista de Liderança Cristã), ambos representavam o legado de Martin Luther King Jr. O impacto desse documento, que ganhou espaço em revistas de esquerda e também no jornal *The Washington Post*, tornou possíveis ações de pressão sobre parlamentares em Washington para que, por sua vez, pressionassem o governo norte-americano a uma posição crítica em face da ditadura no Brasil.

5. Essas articulações se fortaleceram com a contribuição dos brasileiros exilados nos Estados Unidos – além de Rubem César e Jovelino, o metodista Anivaldo Padilha, em 1971, e os católicos Márcio Moreira Alves e Marcos Arruda. A estes se somavam estadunidenses que haviam atuado no Brasil e sofrido os efeitos da repressão (Brady Tyson e o missionário metodista Fred Morris). Essas pessoas faziam conferências públicas sobre a situação, publicavam artigos e davam entrevistas em importantes mídias dos Estados Unidos e falavam aos parlamentares em Washington.

Anivaldo Padilha assim registrou a situação:

Durante esse período, viajei intensamente por todo o país dando palestras em igrejas, universidades, sindicatos, centros de educação teológica e entrevistas à imprensa sobre o Brasil. Essas atividades permitiram a formação de uma ampla rede de solidariedade com o Brasil

(American Friends of Brazil), formada por religiosos, acadêmicos, intelectuais, líderes do movimento pelo Direitos Civis e ativistas comunitários. Editei também o boletim trimestral sobre o Brasil *Brazilian Information Bulletin* (com o objetivo principal de divulgar informações sobre o Brasil e alimentar e mobilizar a rede). Essa rede desempenhou papel importante nas atividades de pressão sobre o Executivo e sobre o Legislativo americanos no sentido de mudar a política dos Estados Unidos em relação à América Latina, especialmente no que dizia respeito ao apoio político e à ajuda militar e econômica às ditaduras na América Latina. As mudanças resultantes desse trabalho, mesmo que limitadas, ocorreram principalmente a partir do governo de Jimmy Carter.

Acho que o impacto maior mesmo foi que a gente conseguiu mostrar a verdadeira imagem do Brasil para a opinião pública. Não generalizado, porque a gente não tinha meios para fazer isso, mas naquela época, principalmente quando se falava do Brasil, havia uma certa compreensão em diversos segmentos da sociedade americana sobre a situação brasileira. (...) Experimentei isso várias vezes. Nesse período viajei pelos Estados Unidos, (passei) por quase todos os estados. Só não estive, pelo que me lembro, em Nova Orleans e Montana (...). Viajei inclusive para Dakota do Norte e Dakota do Sul. (...) (Inevitavelmente, em sua peregrinação pelo país por via aérea, a pessoa sentada a seu lado no avião perguntava de que país ele era, e ambos iniciavam uma conversa) Eu falava que era do Brasil, e a primeira coisa que eles comentavam era que a situação estava ruim, com a tortura. Logo que cheguei aos Estados Unidos não havia isso.³⁰

30 PADILHA, Anivaldo. Requerimento à Comissão de Anistia – Ministério da Justiça. Processo nº 2010.01.67160, julgado e deferido em 22 de maio de 2012. *Arquivo pessoal de Anivaldo Padilha*; GREEN, James. *Apesar de vocês*. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 485.

O projeto *Brasil: Nunca Mais*

O projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) foi uma das mais significativas ações de resistência à ditadura militar no Brasil, promovida por lideranças ecumênicas brasileiras e financiada pelo movimento ecumênico internacional. Foi realizado no início dos anos 1980 sob a coordenação do cardeal católico de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns e do pastor presbiteriano Jaime Wright³¹, com apoio financeiro do Conselho Mundial de Igrejas.

Considerado a primeira Comissão Nacional da Verdade, BNM consistiu na realização de uma estratégia para denunciar os casos de tortura nas prisões do regime ditatorial e na criação de um acervo composto essencialmente de cópias dos processos judiciais que tramitaram no Superior Tribunal Militar (STM), movidos contra presos políticos. Os advogados de defesa à época perceberam que poderiam reproduzir esses autos, aproveitando-se do prazo de 24 horas de que dispunham para examiná-los fora do STM.

A iniciativa partiu da advogada Eny Raimundo Moreira, que integrava a equipe do escritório de Sobral Pinto, no Rio de Janeiro, reconhecido e muito procurado no apoio jurídico a perseguidos políticos, vítimas de torturas e maus-tratos, e a familiares de desaparecidos políticos. Preocupada com uma possível destruição dos arquivos dos processos judiciais que registravam as atrocidades do regime militar, ela propôs ao pastor Jaime Wright a realização do projeto, o qual acompanhou até o final.

Foram obtidas cópias integrais dos processos e, especialmente, dos depoimentos prestados pelos presos perante as auditorias militares

31 As ações de Paulo Arns e Jaime Wright marcaram o papel do movimento ecumênico no Brasil e no exterior no apoio à resistência à ditadura, em especial às violações de direitos humanos por ela perpetradas. Por meio das articulações e liderança do cardeal e do pastor o importante projeto Brasil Nunca Mais foi realizado. Somou-se a eles o Rabino Henry Sobel na realização do importante culto ecumênico em 31 de outubro de 1975 na Catedral da Sé (São Paulo), em memória do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOI-Codi.

nos quais denunciavam as torturas e outros detalhes das violências sofridas, inclusive nomes de perpetradores. Foram copiados 710 processos em Brasília, e após o material ter sido remetido de forma sigilosa a São Paulo, uma equipe de advogados, jornalistas, arquivistas e historiadores os examinou e os sistematizou. Finalmente, elaborou-se um relatório de 12 volumes, e em 15 de julho de 1985, apenas quatro meses após a retomada do regime democrático, foi publicado pela Editora Vozes o livro *Brasil: Nunca Mais*. A obra se tornou referência no tema da violação aos direitos humanos no país com detalhamento de como se davam a repressão política e a prática de tortura nas prisões brasileiras, culminando com uma primeira lista de pessoas perseguidas pelo regime e que estavam desaparecidas.

Diante do temor de apreensão e destruição do material, foi decidido microfilmar todas as páginas produzidas e remeter os filmes aos cuidados do Conselho Mundial de Igrejas, que garantiu o apoio financeiro a todo o processo sob a atuação do pastor presbiteriano dos Estados Unidos Charles Harper, coordenador do Programa de Direitos Humanos na América Latina do CMI. Esse trabalho foi empreendido ao longo de seis anos sob total sigilo. Também participaram Frei Betto, Ricardo Kotscho, Paulo Vannuchi, Sigmaringa Seixas, Luiz Eduardo Greenhalgh e outros tantos anônimos.

Todo o material guardado em Genebra foi repatriado em 2011 e entregue à Procuradoria-Geral da República pelo secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas em cerimônia pública. Atualmente está disponível em versão *on-line* no *site* BNM Digital, onde é possível a qualquer pessoa ter acesso ao quase um milhão de páginas preservadas (<http://bnmdigital.mpf.mp.br>).

Violações de direitos humanos contra evangélicos na Ditadura Militar

As pesquisas da Comissão Nacional da Verdade não conseguem dimensionar o exato número de violações de direitos humanos sofridas por homens e mulheres vinculados a esse segmento religioso nos porões das prisões do aparelho repressivo da ditadura militar, acusados de subversão e de representarem ameaças à segurança nacional. Alguns casos chegaram ao extremo de morte e desaparecimento, como será relatado a seguir.

É lamentável reconhecer que as limitações de pesquisa da CNV se devem ao grande número de casos, sua dispersão pelos estados do Brasil e ao silêncio de muitos dos que sofreram essas violações dos direitos humanos que, diante dos traumas e do desejo de apagamento das ultrajantes memórias, não se dão a conhecer. O que listamos aqui se refere a sobreviventes das prisões e resulta de registros em bibliografia e documentação a que a CNV teve acesso e dos depoimentos coletados nas audiências públicas e privadas realizadas em 2012 e 2013. Como pode ser constatado, várias dessas vítimas foram perseguidas duplamente: pelo regime e por suas igrejas.

Detenções arbitrárias e tortura

Prisão e tortura de metodistas

(1) *Anivaldo Pereira Padilha* atuava no movimento de juventude da Igreja Metodista e ecumênico nos anos 1960. Membro da Igreja Metodista na Luz, cidade de São Paulo, exerceu várias funções de li-

derança na igreja em nível nacional: diretor do Departamento de Mocidade da Junta Geral de Educação Cristã, redator da revista da juventude metodista *Cruz de Malta*, secretário-executivo da União Brasileira de Juventude Ecumênica (Ubraje) e secretário regional, para o Brasil, da União Latino-Americana de Juventude Evangélica (Ulaje). Quando foi preso, era estudante de Ciências Sociais da USP, o que tinha relação com a formação cristã que recebeu, baseada na teologia da responsabilidade sociopolítica da Igreja. Era vinculado à Ação Popular (AP), organização de esquerda formada por cristãos brasileiros.

Anivaldo Padilha foi preso pela Operação Bandeirantes (Oban) em 28 de fevereiro de 1970, junto com outra integrante da AP Eliana Rolemborg, e que assessorava uma pesquisa da Ulaje sobre Juventude e Mudança Social na América Latina. Os agentes abordaram Anivaldo e Eliana quando iam retirar um material na casa de um tio de outros dois jovens metodistas também do quadro da AP, Fernando e Celso Cardoso da Silva. A prisão ocorreu alguns meses depois de um exemplar do jornal “Unidade III” da Federação dos Jovens Metodistas de São Paulo, editado por Anivaldo Padilha, ter sido encaminhado ao DOPS pelos informantes pastor metodista José Sucasas Jr. e bispo metodista Isaías Sucasas (28 de agosto de 1969). O jornal continha críticas à direção da Igreja Metodista e artigos avaliativos da situação da Igreja e dos jovens.¹

1 Como mencionado anteriormente, os irmãos pastor José Sucasas Jr. e bispo Isaías Sucasas, da Igreja Metodista, eram formalmente registrados como informantes do DOPS. No arquivo do DOPS-SP encontra-se o Termo de Declarações, de 23 de agosto de 1969, cujo declarante é José Sucasas Jr., tendo como testemunha Isaías Sucasas. A declaração era uma denúncia formal contra jovens da Igreja Metodista que atuariam para “subverter e doutrinar para a esquerda”. Como prova, foi apresentado exemplar do jornal *Unidade III*, ano I, nov. 1968 para fins de avaliação da parte das autoridades, da “linha subversiva e de completa irreverência”. Na declaração apareceram os nomes dos irmãos Celso Cardoso da Silva e Fernando Cardoso da Silva, do pai deles Abiezer Cardoso da Silva, como lideranças da Federação de Jovens da Igreja Metodista, responsável pela publicação, de Flávio Fróes, como articulista, e do pastor João Daronch Paraíba da Silva, como incentivador. Cf. SECRETARIA de Segurança Pública. Departamento de Ordem Pública

No exemplar entregue ao DOPS pelos informantes há anotações a mão como “É preciso ‘apertar’ os jovens que respondem por este jornal de seu registro por que é de âmbito nacional e subversivo”. Na cópia entregue aos agentes da repressão, os nomes dos articulistas mencionados na capa, Anivaldo Padilha e Flávio Fróes, estão grifados, e em outra página há a anotação a mão “Tome nota!” acompanhada do texto do jornal grifado, que traz denúncia de que “Anivaldo Padilha, diretor do Departamento da Mocidade da JUGEC (Junta Geral de Educação Cristã da Igreja Metodista) foi ‘cassado’ sem consulta à Mocidade que o indicou porque falava a linguagem dos jovens e não da ‘JUGEC’”.²

Um mês depois da delação dos líderes da Igreja Metodista, foi iniciado Inquérito Policial pelo DOPS (29 de setembro de 1969) “para apurar atividades de militantes da Ação Popular (AP). Foi apurado que o requerente (Anivaldo Padilha) participou de reuniões de caráter político, realizadas na Igreja Metodista em São Paulo”.³ A prisão aconteceu, então, em fevereiro do ano seguinte.

Os irmãos Fernando e Celso Cardoso foram presos em casa no mesmo dia. Uma reunião de jovens na Igreja Metodista Central de São Paulo foi invadida por agentes da Oban para procurar outros metodistas participantes da Ação Popular, como Domingos Alves de Lima e Clara Amélia Evangelista. “Quando a polícia chegou, quando o DOI-Codi chegou na Igreja Central para prendê-los, prender todo mundo, o pessoal fugiu. Eles fugiram pelos fundos, lá na Igreja Central. Dali

e Social. Termo de Declarações. 23 ago. 1969. Fls. 144. *Arquivo DOPS São Paulo*, Família 50-z-9, pasta 76, documentos 13688 a 13669.

2 Unidade III, ano I, n. I, nov. 1968. *Arquivo DOPS São Paulo*, Família 50-z-9, pasta 76, documentos 13688 a 13669.

3 ASSIS, David Bernardes. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. *Agência Brasileira de Inteligência*, Brasília, 10 jan. 2001. Cópia do Arquivo Pessoal de Anivaldo Padilha *apud* SCHMIDT, Daniel. *Herdeiros de uma tradição: uma investigação dos fundamentos teológico-ideológicos do conservadorismo metodista na crise da década de sessenta*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008. p. 123.

depois foram para o Chile”.⁴ O depoimento do pai de Domingos ao DOPS confirma a narrativa:“(…) – Declarou o seguinte: ... que soube, no domingo, ter seu filho fugido da Igreja quando percebeu a chegada da polícia, que depois disso não soube do seu paradeiro (...)”.⁵

A chegar à prisão da Oban, Anivaldo Padilha recebeu tortura imediata:

Ao chegarmos à Oban, depois que Eliana e eu fomos separados, fui conduzido a uma sala para ser interrogado. Assim que a porta se fechou, recebi um soco no estômago, com tal violência, que caí e fiquei alguns segundos sem poder respirar. Começaram, então, a aplicar em mim o “telefone”, método de tortura que consiste em golpear os ouvidos da vítima com as duas mãos ao mesmo tempo, em formato côncavo. Os golpes foram repetidos várias vezes, seguidos de gritos para que eu confessasse ser membro de uma organização clandestina e que revelasse os nomes e endereços de todos os meus amigos. Descobri que estava diante do chefe da equipe de plantão naquele dia, o conhecido *Capitão Albernaz*. Não consegui saber o nome do seu assistente naquele momento. Após esse interrogatório fui levado a uma das celas.

Na parte da tarde, fui levado novamente para interrogatório. A partir desse momento, as torturas se intensificaram. Trouxeram Eliana, Celso e Fernando Cardoso da Silva, dois jovens metodistas como eu, que tinham sido presos também, e nos aplicaram golpes de “palmatória”,

4 PADILHA, Anivaldo. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007.

5 *Arquivo do DOPS de São Paulo*. Família 50-z-9, pasta 76, doc. n. 13753 *apud* SCHMIDT, Daniel. *Herdeiros de uma tradição: uma investigação dos fundamentos teológico-ideológicos do conservadorismo metodista na crise da década de sessenta*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008. p. 124.

novamente o “telefone” e choques elétricos. Nessa sessão de torturas havia mais dois homens que, posteriormente, descobri tratar-se do *Capitão Coutinho*, da Polícia Militar/Corpo de Bombeiros, e de um torturador de apelido “*Paulo Bexiguento*”, provavelmente devido às marcas de cicatrizes de catapora em seu rosto.

Depois de muito tempo de torturas, nos separaram e fui levado de volta à cela, já ao escurecer. Eu não havia ingerido nenhum alimento desde o café da manhã. Minha boca estava extremamente seca. Tinha a impressão de que minha língua ia rachar ou que minhas mucosas estavam se esfacelando. Pedi água e o carcereiro me respondeu: “não tenho autorização para dar água a presos que voltam do interrogatório. Beber água logo depois de levar choques pode matar”. Trouxeram a janta: sobras da comida do quartel trazidas em grandes caldeirões. Tive dificuldade para comer. Além da boca seca, minhas mãos estavam inchadas e eu mal conseguia segurar a colher. Ademais, eu tinha grande dificuldade para deglutir a comida composta de arroz, feijão e tomate picado. Meu companheiro de cela insistiu para que eu comesse porque aquela era a única refeição diária. Às vezes, serviam o café da manhã, que consistia em uma pequena caneca de café com leite e um pãozinho. Conheci, naquele instante, uma outra forma de tortura: a fome. Não conseguia dormir.

Tarde da noite, vieram me buscar novamente. Achavam que eu devia ser um comunista importante porque tinha relações internacionais, especialmente com o mundo ecumênico. E, segundo eles, esse era um movimento subversivo. Forçaram-me a tirar minha roupa e me colocaram na “cadeira do dragão”. Uma cadeira revestida com folhas de metal conectadas por um fio a um rádio

militar de campanha. Fui colocado nu no assento com minhas mãos e pés amarrados. Exigiram que eu desse todas as informações que eu possuía. A cada negativa, o torturador girava a manivela do telefone para aumentar a intensidade dos choques. Para tornar os efeitos mais fortes, colocaram uma toalha úmida sob minhas nádegas. Os choques me provocavam convulsões e gritos. A sensação era de perda total de controle sobre minha capacidade mental, racional, e sobre os meus movimentos. Era insuportável! Posteriormente descobri que *o torturador se chamava Baeta*, mas não consegui saber se era militar ou civil.

Até aquele momento, eu não tinha informação sobre o que acontecia com Eliana ou com Celso e Fernando. De repente, percebi que Eliana também estava sendo torturada na sala ao lado. Podia ouvir seus gritos e suas recusas em cooperar com os torturadores. (...)

Eu era fisicamente muito fraco em relação aos torturadores e me perguntava: “por que usam tanta violência para me dominar”? Essa pergunta não saía da minha mente até que tudo começou a clarear. Eu tinha algo mais forte dentro de mim: o amor à Verdade, à Justiça, à Ética, e o compromisso com o povo, além do apoio de uma imensa comunidade que não se calava diante da tirania nem se deixava dominar pelas forças que haviam usurpado o poder em nosso país. Os torturadores eram fisicamente fortes, mas moralmente eu era mais forte e tinha condições de resistir.

Se eu tivesse que morrer, não podia ser por ato voluntário. Que a ditadura assumisse a responsabilidade pela minha morte. Entrei em um processo lento de tranquilidade e de serenidade. Senti que eu estava me preparando

para o que me parecia inevitável. O medo, ainda que presente de forma muito forte, não mais me dominava. Eu tinha me reencontrado com minha história e comigo mesmo.

Já amanhecia e, finalmente, consegui dormir. Mais tarde, ao ser levado para mais uma sessão de torturas, percebi que estava sofrendo de uma espécie de amnésia pois não conseguia me lembrar de praticamente nenhum dos meus companheiros. Os únicos nomes presentes na minha memória eram os de meus familiares imediatos. Minha memória havia se apagado seletivamente. Por isso, apesar da intensidade das torturas, eu não tinha como colaborar. Foi um fenômeno para o qual jamais encontrei explicação racional e conclusiva. Creio que o ser humano, quando se encontra em uma situação-limite, como eu me encontrava ali, é levado a buscar em suas profundezas aquela força divina que todos possuímos dentro de nós. E essa força não é monopólio de cristãos ou de pessoas religiosas. Pude presenciar situações semelhantes de resistência por parte de companheiros ateus. Para mim, foi resultado da força daquela fé, qualquer fé, que há dentro de todos nós.

Os interrogatórios diários, acompanhados de torturas físicas (choques, cadeira do dragão, socos, palmatória) e morais (simulação de execução, saída de carro com ameaças de jogarem meu corpo na Serra do Mar, insultos, ser qualificado com palavras de baixíssimo calão, ameaças de torturarem meus pais etc.) continuaram por muitos dias e depois diminuíram, até que, finalmente, fomos enviados ao DOPS para as formalidades policiais. Foram vinte dias diretos de “interrogatórios” na Oban. No DOPS – depois de enviados de volta à Oban por duas vezes, Celso, Fernando e eu fomos indiciados na Lei de Segurança Nacional e enviados

ao antigo Presídio Tiradentes. A acusação formal: “infiltração subversiva na Igreja Metodista”!!! O próprio promotor não aceitou as bases para o nosso indiciamento e fomos colocados em liberdade.

Ao sair da prisão, sem condições de trabalhar e sob risco de nova prisão, tive que me exilar. (...)

Por mais de seis anos tive pesadelos nos quais eu revivia as sessões de tortura. Os torturadores continuavam dentro de mim a me torturar. Eu tinha que vencê-los. A luta foi longa até que percebi que compreendi que o caminho a seguir era o do perdão. Ao perdoá-los, consegui vencê-los. O perdão significou para mim um processo terapêutico. Há momentos que o perdão é mais importante para quem perdoa do que para quem é perdoado, mas isso no nível das relações interpessoais. Isso não significa compactuar com a impunidade. Os crimes cometidos não foram apenas contra mim. Foram contra a sociedade brasileira, e a sociedade tem o direito de investigá-los e punir os responsáveis diretos e indiretos.⁶

(2) *Fernando e Celso Cardoso da Silva*, irmãos, membros da Igreja Metodista Central de São Paulo, ligados à Ação Popular, presos em 28 de fevereiro de 1970. Testemunha da prisão e das torturas: Anivaldo Padilha.

(3) *Ana Maria Ramos Estevão*, membro da Igreja Metodista em Vila Nova Cachoeirinha, São Paulo, ex-aluna de Teologia do Instituto Metodista (escola de diaconisas da igreja), líder de jovens metodistas; tornou-se integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Foi presa por três vezes (junho de 1970, junho de 1972 e agosto de 1973) e

6 PADILHA, Anivaldo. *Depoimento no Ato Público de Repatriação dos Documentos do Projeto Brasil: Nunca Mais*, São Paulo: Auditório da Procuradoria Regional da República – 3ª Região. São Paulo – SP, 14 jun. 2011. Disponível em: http://portal.metodista.br/fateo/noticias/Anivaldo_Padilha_Depoimento.pdf. Acesso em: 29 jul. 2014 (grifos dos autores).

encaminhada ao Presídio Tiradentes, onde permaneceu um total de nove meses. Foi julgada e absolvida. Na primeira prisão, pela Oban, foi torturada por 15 dias:

Fiquei nua no pau de arara, levei choque na vagina. Recebi muita ameaça de que iriam me estuprar, não chegaram a cumprir. Os primeiros três dias foram mais fortes. Nos outros dias, a gente ouvia os gritos, as ameaças... você vê o chão todo sujo de sangue... nos amordaçavam para não gritarmos quando levávamos o choque. Levei vários tapas no rosto. O capitão Gaeta depois foi lá embaixo na minha cela dizer que tinha batido na gente porque a gente estava tendo ataque histérico. Ainda vinha se justificar. “Vocês não eram tão quentes assim na esquerda? Mesmo assim a gente teve que ser violento, porque tendo ataque histérico, começava a gritar”. E isso foi o que mais me ofendeu... claro... ser pendurada, ser obrigada a ficar nua, levar choque na vagina, tudo isto é muito humilhante, mas dizer que foi porque a gente tinha uma crise histérica, é uma coisa para te ofender como mulher.⁷

(4) *Idinaura Aparecida Marques*, jovem da Igreja Metodista, ligada à ALN; foi presa em 12 de julho de 1970 pela Oban, indiciada em Inquérito Policial por atividades subversivas em 10 de agosto de 1971 e condenada a seis meses de prisão em 1971.⁸ Testemunha da prisão e das torturas: Ana Maria Ramos.

(5) *Renato Godinho Navarro*, jovem metodista de Belo Horizonte (MG), ligado à AP. Preso no Deops, Belo Horizonte/MG, em 1969, depois preso arbitrariamente em Santo Amaro da Purificação, quando vi-

7 ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade*, 3 maio 2013.

8 JUSTIÇA Militar Federal, 2ª Auditoria da 2ª CIM, Processo 6/71, 6 fev. 1973. *Brasil Nunca Mais*, Pasta 392. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br>. Acesso em: 29 jul. 2014.

via na clandestinidade, e levado para o Quartel do Exército no Forte Barbalho, Salvador/BA, em maio 1971 (a ordem de prisão só foi emitida em novembro) onde ficou até dezembro de 1973. Foi condenado em 1972 a três anos e seis meses de prisão. Na fase indiciária sofreu tortura⁹:

No Forte Barbalho passei por sessões de tortura física e psicológica – pau de arara, choques elétricos, principalmente na cabeça e nos órgãos genitais, e sempre com os olhos vendados. Após várias sessões, desmaiei. Quando acordei estava na cela e não conseguia me levantar. Acredito que devido aos choques elétricos. O processo de colocar-me de pé se deu de forma progressiva. Dependo na fase inicial de apoiar-me nas paredes da cela. A cela era um porão com grades na entrada e sem nenhuma janela. Sem nenhum tipo de instalação sanitária. As necessidades eram feitas numa lata e depois, acompanhado por metralhadoras ou fuzil, eu era obrigado a despejá-las todas em outro lugar.¹⁰

(6) *Claudius Ceccon*, jovem metodista, arquiteto e cartunista que participava do Centro Ecumênico de Informação. Foi preso em novembro de 1970 juntamente com toda a equipe de redação do jornal alternativo *Pasquim*, onde trabalhava como cartunista. O grupo ficou preso até fevereiro de 1971, momento em que Claudius Ceccon foi para o exílio em Genebra, passando a atuar no Conselho Mundial de Igrejas na área de educação popular junto com Paulo Freire.¹¹

9 AUDITORIA da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, Processo 50/71, Sentença. *Brasil Nunca Mais*, pasta 310. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br>. Acesso em: 2 set. 2014.

10 Testemunho escrito por Renato Godinho Navarro em 2001 para o Conselho de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos de Minas Gerais e lido pela esposa Maria Helena de Lacerda Godinho na 3ª Audiência Pública da CNV em Belo Horizonte, 30 nov. 2013.

11 SOUZA, Francisco de Paula Pereira. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O

(7) *Dourival Beulke*, pastor metodista, atuou em Recife (PE) como missionário enviado pela Conferência Metodista de São Paulo para a frente missionária metodista do Nordeste. Era funcionário da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Preso por vários meses por crime contra a segurança nacional em 1964.¹² Demitido da SUDENE e sem condições de permanecer em Recife, mudou-se para São Bernardo do Campo (SP), onde passou a dar aulas de Educação Moral e Cívica, mas foi demitido ao ser descoberto como funcionário público cassado e ex-presos político. Quando a Igreja Metodista começou com o projeto de escolas superiores no ABC, em 1971, o pastor Beulke retomou as atividades como professor.

(8) *Adahyr Cruz e Onésimo de Oliveira*, estudantes de Teologia da Igreja Metodista, presos por um dia pelo DOPS, em São Paulo, em 1966, depois de participarem de uma passeata de estudantes universitários em protesto contra a proposta de reforma universitária pela ditadura militar.

Ali vimos muita gente presa que nem tivera participação no movimento estudantil, inclusive professores da universidade, que ficaram mais de três horas sem poder se identificar, para regressarem aos seus lares (...) Às 23h30, depois de sermos fichados pelo Dops (foram presos às 23h30), fomos recolhidos à cela nº 1. Era um cubículo que, sem contar o banheiro de situação precária, tinha 3,5 por 7,5 m. Havia seis camas beliches com colchões velhos. O número de estudantes nesta cela era de 45, das universidades de São Paulo, Mackenzie, bem como nós dois da Faculdade de Teologia. Dormimos três em cada

Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

12 MANDADO de Prisão. Justiça Militar, Auditoria da 7ª RM, Recife, 3 set. 1964; Inquérito Policial Militar, IV Exército, 18 out. 1964. *Brasil Nunca Mais Digital*, Pasta 266. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br>. Acesso em: 29 jul. 2014.

cama e pelo chão. Na manhã seguinte nos deram uma caneca de alumínio com pão (sic). Após o café, começou nossa identificação, como de nossos colegas de cela (Onésimo de Oliveira).¹³

Devo dizer que o dia em que passei ao lado de 45 colegas naquela prisão imunda, com sua péssima alimentação, valeu-me mais do que um curso inteiro sobre a necessidade de nosso envolvimento como Igreja nos problemas do mundo moderno. Senti o quanto este mundo espera da Igreja e como as portas se abrem para o nosso testemunho cristão quando nos identificamos com o seu sentir (Adhayr Cruz).¹⁴

(9) *Derly José de Carvalho*, líder da juventude metodista em Muriaé (MG), depois de migrar com a família para o ABC paulista passou a integrar o movimento sindical (1959), quando se tornou membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mais tarde do “Grupo dos 11 do Brizola”, em 1961, e do PCdoB. Em 1964 foi eleito para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Em 1966, foi enviado pelo partido à China, mas não conseguiu retornar ao Brasil, sob ameaça de prisão, e teve que buscar abrigo na Albânia. Voltou ao país na clandestinidade e aderiu à luta armada (que classificava como “defesa armada”). Foi preso em maio de 1969, quando sofreu tortura. Após dois anos na prisão, foi trocado pelo embaixador da Suíça

13 OLIVEIRA, Onésimo de. Violências policiais compungiram metodistas. *Expositor Cristão*. 15 out. 1966, p. 12 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999, p. 79–80.

14 CRUZ, Adahyr. Violências policiais compungiram metodistas. *Expositor Cristão*. 15 out 1966, p. 11 *apud* SAMPAIO, Jorge Hamilton. *Sobre sonhos e pesadelos da juventude metodista brasileira nos anos sessenta*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1999, p. 80.

Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela VPR, e depois deportado para o Chile em 13 de janeiro de 1971.

Eu fui criado na Igreja Metodista, evangélica. Fui vice-presidente do Grupo de Jovens em Muriaé. Como ativista da juventude metodista eu tinha uma participação política. Quem mandava na Igreja Metodista em Muriaé era prefeito, juiz e um bando de fazendeiros. Sempre levei em conta que a Igreja Metodista era uma igreja da oligarquia, do pessoal da elite, da burguesia. Como eu estudava muito, não conseguia me encaixar muito bem com essa história de que todos são iguais perante Deus. Porque nos bancos da igreja, o filho do fazendeiro, não sentava no mesmo banco que eu que era filho do empregado do fazendeiro.

Quando era garoto eu tive um trauma. Mais ou menos em 1944. Eu tinha uns cinco anos, mas nunca me esqueci. O dono do sítio em que a gente morava era nazista. O cunhado dele era alemão. Havia uma base muito forte do Partido Comunista Brasileiro em Muriaé. Estávamos perto de Cataguases, que era uma cidade industrial do setor têxtil. E aí (os comunistas) pintaram toda a casa do dono do sítio com suásticas. Ele ficou botando fogo pelas ventas. Falou que eram comunistas comedores de crianças. Eu fiquei muito assustado e fui me esconder debaixo da cama. Pensei: “Os comunistas vão me comer!”.

Eu sempre fiquei com isso na cabeça: “Por que comunista come criança?”. Quando comecei a frequentar a sociedade, na adolescência via que na igreja as coisas não casavam muito bem. Quando eu comecei a trabalhar eu tomei contato com o pessoal da base do Partido Comunista. Comecei a ler o jornal *Novos Rumos*. Eu li a *Origem da Propriedade Privada e do Estado*. Li o *Manifesto Comunista*. Enfim, comecei a ler uma série de

coisas de Marx e Engels. E algumas coisas de Mao Tsé-tung. Ao mesmo tempo, frequentava a igreja. Era complicado conciliar as duas coisas. Mas dava para administrar. Desta forma, quando vim para São Bernardo a minha participação no Sindicato não foi uma coisa que aconteceu de uma hora para outra. (...) Eu vim para São Paulo com o desejo de estudar Teologia (em São Bernardo do Campo estava sediada a Faculdade de Teologia da Igreja Metodista) mas eu precisava terminar primeiro o curso secundário. Nesse período eu frequentei a Igreja Metodista no Ipiranga. O problema é que fui me envolvendo com o movimento sindical e o pastor não aceitava isto. E eu tive que escolher entre a igreja e a política. Escolhi a política. (...) Foi um processo de evolução ideológica. Ou seja, do cristianismo para o Partido Comunista. De pastor para guerrilheiro (risos).

Para você ter uma ideia, mais ou menos 1 hora da manhã os grupos paramilitares, do Comando de Caça aos Comunistas, junto com a Força Pública, polícia e alguns soldados do Exército, entraram na Scania para prender eu e mais uns três companheiros. Mas nós saímos, já tinha um esquema montado. Fomos para o Sindicato e quando chegamos eles tinham destruído a nossa sede completamente. Botaram fogo em todos os nossos arquivos. Isso no dia 31 de março de 1964. Antes da 1 hora da manhã do dia 1º de abril.

Nesse período entrei para a clandestinidade. No dia 1º eles invadiram a minha casa. Mas aí eu já estava fora. Nós reestruturamos o Partido Comunista Brasileiro, montamos o comitê de São Bernardo. Tínhamos contato com os outros comitês. Montamos o comitê estadual e quem dava assistência para nós eram o (Carlos) Marighella e o Toledo (Joaquim Câmara Ferreira). Nós, eles não con-

seguiram prender. Não entramos na conversa do Luís Carlos Prestes (risos). Nós estávamos preparados, por isso nós não fomos presos. Fomos presos depois. (...)

Nós tínhamos acabado de ocupar a Rádio Nacional. Eu estava em minha casa e toda a preparação de ocupação da rádio e da TV Bandeirantes, no jogo Brasil e Inglaterra, estava pronta. Nós íamos fazer isso uma semana depois. Caiu tudo isso em minha casa. Caiu uma oficina com fábrica de armas etc. (...) Eu tinha reunião, mas não fui então o pessoal foi até minha casa e quando chegaram eles estavam lá. E como o pessoal já estava preparado houve um enfrentamento, quando morreram um ou outro. Com isso, eles não me executaram naquele momento porque a CIA queria falar comigo. A CIA que me defendeu nesse momento. A CIA estava lá em volta a todo momento. E ela não deixou que me apagassem porque queria falar comigo sobre a questão da China. Porque eu era a única pessoa que estava presa dos grupos, do pessoal do PCdoB que foi à China e à Albânia. Quando eles tiveram a chance de falar comigo, meu nome já estava na lista do sequestro, para ser trocado pelo embaixador sequestrado. Eu fui levado para a Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, até o dia da viagem.

Morreu uma pessoa da equipe do Sergio Paranhos. Tivemos certeza absoluta de que ele morreu dentro da minha casa. E eu já estava preso, no pau-de-arara. Nessa hora eles queriam saber quem tinha ido a minha casa. (...) Eu fiquei 90 dias completamente incomunicável, minha mulher e ninguém sabiam onde eu estava. Passei quase noventa dias sem conseguir levantar do chão e sentar numa cadeira. Fui duas vezes para fazer massagem cardíaca no hospital das clínicas. (...) Fiquei 90 dias no DOPS e depois no Tiradentes, onde fiquei a maior parte

do tempo. Depois fiquei mais ou menos quatro meses na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro.

(...) Quando saiu meu nome na lista em 1970 para ser libertado, por ocasião do sequestro do embaixador da Suíça, eu estava preso na Ilha das Flores. E tinham caído umas carteirinhas do *Cenimar*, que nós fazíamos. Eu viajava para o Rio de Janeiro como oficial do serviço secreto da Marinha, concurso no Paraná etc. Quando eu chegava e me apresentava todo mundo batia continência. E nós usávamos tudo isso. Acontece que um companheiro no Rio de Janeiro, que tinha contato com a gráfica e que tinha feito as carteirinhas, passou para o pessoal do PCBR e para um pessoal da ALN umas carteirinhas. Esses caras foram presos e o dedaram. E ele foi colocado no pau pela polícia que queria saber onde estava...

Como ele sabia que eu estava na lista do embaixador junto com outro companheiro, ele disse que tinha entregado para mim todas as carteirinhas. Então todo mundo foi preso. O contato da gráfica disse que tinha feito por volta de 500 carteirinhas. Aí de madrugada no DOPS eles me tiraram da cela, me colocaram num carro junto com outro companheiro e nos levaram para o Rio de Janeiro. Chegando ao cais da Marinha nos levaram para a sala de tortura e mandaram ver. Depois abriram uma janelinha e mostraram todo um bando do outro lado. Lá estava nosso advogado e perguntaram “conhece?”. Eu respondi que não e também disse que não conhecia os outros companheiros.

Fui muito torturado para entregar Antonio. Mas Antonio era eu mesmo (risos). Tudo o que acontecia era o Antonio, tinha documentos e muitas outras coisas

assinados por mim. Depois disso, saíram todos juntos. E disseram “este é o companheiro Luis etc., e este é o Derly, o Antonio da Ala Vermelha” – me entregou. Fiquei furioso, mas não podia fazer mais nada, o embaixador já estava para sair a qualquer momento. Foram os últimos momentos de negociação, perto do Natal.

Terminado tudo isso, como a CIA queria falar comigo, me levaram para a Ilha das Flores e me deixaram lá uns quinze dias. Vieram os agentes, nós conversamos. Tudo o que eles queriam saber já estava velho. Tiveram que colocar intérprete porque eu sempre me neguei a aprender inglês. Eu falava francês sem nenhum problema, italiano e espanhol. Eu disse a eles “se vocês falarem em qualquer uma das línguas que eu falo nós conversamos. Se não...”. Demoraram dois dias para arranjar um intérprete de confiança e encontraram uma pessoa da embaixada. Quando terminou toda a sessão, o capitão Gadelha, chefe do serviço secreto no Cenimar, exatamente o homem das carteirinhas, virou para mim e perguntou “Muito bem, você confirma?”.

E eu: “O Celso entregou para mim todas as carteirinhas”. Depois dispensaram todo mundo. Quando todos foram embora, ele me colocou numa salinha com todos os aparelhos de tortura. Eu disse: “você vão me colocar nisso aí? Vocês não são doidos!”. Ele virou para mim e falou “olha, eu quero saber onde estão as carteirinhas?”. Eu respondi “agora você me complicou. Vou dizer onde estão. Você vai a São Paulo, pega o delegado Sérgio Paranhos Fleury, coloca ele no pau-de-arara e explica para ele, porque o tráfico de drogas está usando”. E continuei: “O Fleury chegou em minha casa, estava tudo isso lá. A primeira coisa que ele colocou nas coisas dele foram as carteirinhas e agora é o grupo dele

que está usando”. Capitão Gadelha respondeu: “aquele desgraçado!”.

Respondi: “Pois é, ele pegou tudo em minha casa. Roubou tudo o que tinha lá, inclusive dinheiro, roupas de meus filhos, da minha mulher. Eu declarei que ele tinha levado embora e agora confirmo novamente. Pede para ele explicar onde elas estão”. O Gadelha ficou furioso. Ele tinha uma política, que sempre foi a política da CIA, de não torturar. Eles têm outras pessoas para fazer, mas não eles.

Ele se conformou e saiu. Ficou aguardando porque tinha que me trazer com certa urgência para São Paulo. No dia de me levar, tinha concentrado muitas pessoas de outros estados que iam para São Paulo para ir para o Galeão e ir para o Chile, para ser trocados pelo Embaixador. Estávamos, alguns companheiros e eu, algemados, e na balsa da Ilha das Flores até o cais da Marinha estavam também duas atrizes, presas, sendo também trocadas pelo Embaixador. Elas estavam apavoradas porque quando foram levadas para a Ilha das Flores quem as acompanhou foi apenas um guarda à paisana. Mas quando voltaram tinham umas quatro balsas, todo mundo com fuzil etc.

Ao chegar ao cais, o Gadelha virou para mim e disse: “Pois é, Derly, agora você tem que pegar o Celso, julgá-lo e fuzilá-lo porque ele traiu vocês. E eu estava lendo o seu processo e tem lá aquele material da rádio no qual você fala que o poder político nasce da boca do fuzil”. Respondi: “Bom, aquilo não é meu, não é uma frase minha, é uma citação de Mao Tsé-Tung, com a qual concordo plenamente. E você agora acaba de me provar isso. De que lado está o poder? Olha como o poder nasce da boca do fuzil. Olha quantos fuzis tem aqui! Nós dois estamos sem fuzil. Estas duas meninas estão sem

fuzil. Estamos algemados. Se o fuzil estivesse em nossas mãos, vocês é que estavam presos”. (...)

Nos domingos pela manhã, Frei Betto, Fernando, Caleghari e Frei Tito colocavam a batina, faziam um suco de uva, colocavam as pessoas em fila e davam biscoito na boca de cada um fazendo que era hóstia, um copinho de suco de uva, que era o sangue de Jesus (...). E nós, que éramos comunistas, ficávamos pensando “como é que pode?”. O pior é que eles diziam que eram comunistas. Dos 50 e poucos por volta de 40 era tudo assim. E quando isso terminava, eles rezavam Pai Nosso, Ave Maria. Depois cantavam a Internacional. A Internacional Comunista. Olha a mistura! Eles rezavam o Pai Nosso e cantavam a Internacional logo em seguida. E depois cantavam o Hino Nacional e o Hino da Independência (“ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”). E então pegavam as panelas e as passavam nas grades e gritavam. Eu perguntava para eles “para que isso?”. E eles respondiam “é para manter a ideologia de pé”.¹⁵

Prisão e tortura de presbiterianos

(1) *Apolo Heringer Lisboa*, líder jovem da Igreja Presbiteriana do Brasil, vice-presidente e depois presidente do Diretório Acadêmico Alfredo Balena, da Universidade Federal de Minas Gerais, como aluno da Faculdade de Medicina, em 1964; vice-presidente da UNE em 1966. Foi preso pela primeira vez em maio de 1964 e pela segunda vez em 1966, depois que coordenou uma manifestação da UNE contra a posse do Presidente Costa e Silva. Declarou não ter sofrido tortura, tendo sido

15 CARVALHO, Derly José. Depoimento a Carolina Maria Ruy, *Centro de Memória Sindical*. Diadema, 12 jul. 2012. Disponível em: http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=398&friurl=-_Depoimento-de-Derly-Jose-de-Carvalho---parte-1-_-#.U9fZj_ldVoq. Acesso em: 29 jul. 2014.

interrogado pelo General Otávio Medeiros de Aguiar, ex-chefe do SNI. Depois de contatos na prisão em 1964, tornou-se integrante da organização política marxista Política Operária (Polop), da qual foi diretor estadual. Na divisão da Polop, ajudou a criar o Comando de Libertação Nacional (Colina). Concluiu o curso de medicina e, em 1968, entrou para a clandestinidade. Teve que fugir do país em 1973 e se exilou no Chile.¹⁶

Eu já atuava antes do golpe. Eu tomei consciência política quando era adolescente, mas não partidária. Foi lendo a Bíblia – comecei a ler a Bíblia com 11 anos, já li seis vezes até hoje. As lutas de Jesus me levantaram a ideia do movimento social, a luta por Justiça. Se não fosse isso eu não teria passado a tomar posição política, que começou a partir da renúncia do Jânio Quadros e a resistência de Leonel Brizola e todo mundo contra o golpe. A partir da cadeia da legalidade, comecei a tomar consciência política de povo. Antes, era mais uma atitude religiosa.¹⁷

(2) *Eber Fernandes Ferrer*, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, líder do movimento ecumênico, foi denunciado por um padre ao DOPS de Curitiba e preso em São Paulo em 1968. Foi solto após a intervenção de um parente que era militar. Em 1970, quando era secretário-geral da União Latino-Americana de Juventude Evangélica (Ujale), após a prisão de Anivaldo Padilha, seu companheiro de atuação na União Brasileira de Juventude Evangélica (Ubraje), decidiu fugir do Brasil.¹⁸

16 DEPOIMENTO 3ª *Audiência Pública*, CNV, Belo Horizonte, 2013; Depoimento escrito a Otávio Luiz Machado, *projeto “A Corrente Revolucionária de Minas Gerais”*, Laboratório de Pesquisa Histórica do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Universidade Federal de Ouro Preto, mar. 2003. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/apolo-heringer-lisboa>; LISBOA, Apolo H. *Entrevista à Rede Sustentabilidade*, 3 abr. 2014. Disponível em: <http://redesustentabilidade.org.br/apolo-heringer>. Acesso em: 29 jul. 2014.

17 LISBOA, Apolo H. *Entrevista à Rede Sustentabilidade*, 3 abr. 2014. Disponível em: <http://redesustentabilidade.org.br/apolo-heringer>. Acesso em: 29 jul. 2014.

18 Cf. DIAS, Agemir de Carvalho. *O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994)*. A serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História) –

(3) *Waldo César*, leigo da Igreja Presbiteriana do Brasil, diretor de Igreja e Sociedade-Brasil, um dos fundadores do Centro Ecumênico de Informação, editor da revista *Paz e Terra*. Em fevereiro de 1967, teve a casa invadida pelo DOPS e foi levado preso. Esteve incomunicável por uma semana. Sofreu tortura psicológica. Seus livros e documentos foram apreendidos, entre eles todos os documentos preparatórios da Conferência Mundial de Igreja e Sociedade do Conselho Mundial de Igrejas em 1966.

(Fui preso) em fevereiro de 1967 por agentes do DOPS em operação conjunta com o SNI e o DFSP, por ordem da Casa Militar da Presidência da República, permanecendo incomunicável no quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar, com todos os constrangimentos decorrentes de uma situação arbitrária, o que foi relatado pelos mais importantes órgãos de imprensa da época. (...) À prisão seguiu-se a instauração do processo na 2ª Auditoria da 1ª Região Militar (Inquérito n. 135/67, instaurado pelo Departamento de Polícia Federal (DPF/DR/G8)), que se estendeu de 1967 a 1970, tornando praticamente impossível exercer minhas atividades profissionais, com todas as consequências previsíveis para a minha sobrevivência pessoal e familiar. Uma nova ordem de prisão, em dezembro de 1968, imediatamente após a decretação do AI-5, só não se confirmou por eu haver me ausentado do Rio (...).¹⁹

Em 1968, eu estava na casa do Lysâneas Maciel, com Luiz Eduardo Wanderlei. Estávamos lá porque seria anunciado um Ato Inconstitucional e nós fomos até lá. Apareceram Costa e Silva e o ministro da Justiça e fizeram a leitura do Ato-5. Eu me lembro que o Presidente

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

19 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. Carta ao Presidente da Comissão da Lei 9140. *Requerimento de Anistia*, 9 set. 2004. Arquivo pessoal de Waldo Aranha Lenz César.

estava com uma cara muito amarrada. Ele foi forçado a engolir aquilo. Quando acabou, Lysâneas e Luiz Carlos (Luiz Eduardo) disseram: “Vamos embora do Rio”. Eu não concordei, e disse que aquilo “era fichinha”. Mas como insistiram, fomos para um sítio em Resende. No dia seguinte, pela manhã, chegou um carro com Maria Luiza e o pai dela e minha cunhada. Eu perguntei: “O que havia?” Elas responderam: “Foram te buscar, ontem à noite; cinco caras do Exército examinaram toda a casa”. Ana Cristina (filha) estava se formando no curso e recebia a visita de alguns colegas. Todos foram interrogados. Eu tinha recomendado que se alguém perguntasse por mim, era para dizer que eu estava em São Paulo, no Hotel Pão de Açúcar. Eu teria sido preso e a coisa seria mais séria. Nós ficamos três meses no sítio; telefonando com outro nome. Era todo um esquema, uma vida muito difícil. Quando voltei, tomava todo cuidado. Realmente eu fui procurado muitas vezes; essa coisa se prolongou de uma maneira brutal.²⁰

A prisão de Waldo César repercutiu no movimento ecumênico da América Latina, como se pode constatar na carta do secretário-executivo de Isal, Luiz Odell, endereçada aos membros do Comitê Executivo da organização:

Nos últimos dias de fevereiro Waldo César foi preso, permanecendo nesta condição por quase uma semana. Ele foi acusado de estar dirigindo um protesto da Associação de Estudantes Secundários. Waldo disse que em geral foi bem tratado, que aproveitou a experiência para dizer-lhes algumas coisas e que finalmente terminaram pedindo-lhe desculpas. Parece que houve uma denúncia contra ele, presumivelmente de origem pres-

20 CÉSAR, Waldo Aranha Lenz. *Depoimento ao Projeto Trajetórias Ecumênicas*. Rio de Janeiro: KOINONIA, 2007, s.p.

biteriana e a partir daí a polícia militar agiu. (...) (Sobre os livros apreendidos) Waldo disse a eles que deveriam levar também a *Enciclopédia Britânica*, já que nela havia mais informações sobre marxismo que em qualquer outra parte! (...) O pastor Domício Mattos deu uma entrevista à imprensa e denunciou o ocorrido com Waldo e a perseguição que outros dirigentes presbiterianos estavam sofrendo”.²¹

(4) *Zwínglio Mota Dias*, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, integrante do movimento ecumênico, preso no DOI-Codi no Rio de Janeiro em 1º de julho de 1970, foi indiciado no Inquérito n. 10/70/DPS, aforado à 2ª Auditoria da Aeronáutica.²² Sofreu tortura psicológica para denunciar o irmão Ivan Mota Dias (preso e desaparecido em 1971, como relatado adiante). Enquanto estava no DOI-Codi, militares enviaram observadores à sua igreja para analisar o comportamento dos fiéis. Zwínglio Mota Dias relatou esses fatos à Comissão Nacional da Verdade:

Eu não sofri diretamente nenhum sofrimento físico, mas eu fui profundamente torturado psicologicamente. Fui levado para assistir tortura de outras pessoas, fui acareado com uma jovem que deu o meu nome, que ela estava realmente em um estado absolutamente lastimável. Vi outras pessoas penduradas no pau de arara, sofrendo choques e isso tudo me era mostrado (...) não só

21 Carta remetida em 13 mar. 1967. Documentação de Isal-Brasil. Arquivo pessoal de Jether Pereira Ramalho *apud* CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p 163.

22 ARQUIVO Público do Estado do Rio de Janeiro. *Fundo das Polícias Políticas*. Setor DGIE, pasta 306, cx. 1297, fls. 489 *apud* BRITO, André de Souza. “*Cristianismo Ateu*”. O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964–1985. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. p. 125–126.

mostrado mas também demonstrado, né? Com o recado de que, bom, eles me davam o prazo de 24 horas para que eu dissesse o nome dos meus companheiros ou de companheiros que pudessem indicar onde estava o meu irmão, senão eu ia passar pelas mesmas situações.

Outro torturador, sempre que me interrogava, e esse foi o indivíduo que descobriu as minhas relações internacionais de família e ele sempre voltava à baila. Aí descobriram que eu tive várias reuniões ecumênicas, no Uruguai e na Argentina e eles tinham o registro de tudo isso e ele sempre me interrogava brincando de roleta-russa. Tirava todas as balas do 38 colocava apenas uma só, girava e apontava para mim, em uma distância como aqui ali onde está a câmera e evidentemente que ele não apontava para mim, ele atirava para acertar do lado, né? Se acontecesse de atirar. Mas essas foram todas as presões que eu recebi.

No meio dessa situação toda aconteceu que o embaixador alemão foi sequestrado e aí meio que os homens se esqueceram de mim e de outros que estavam lá. Nós fomos isolados nesse período de negociação, de levantamento dos nomes que deveriam ser trocados, de presos que deveriam ser trocados pelo embaixador, então, passei lá pelo menos uns 10 dias sem que me procurassem para nenhum tipo de conversa ou interrogatório. Mas ao mesmo tempo eu era pastor na Penha, a igreja passou a ser visitada por algumas pessoas estranhas, houve um reboliço muito grande porque eu venho de uma tradição presbiteriana, digamos de esquerda, já desde os tempos do seminário, o meu primeiro grande professor foi o Rubem Alves e então eu já cheguei no seminário com uma perspectiva teológica política bem discrepante daquela que eles tinham na igreja. Então o meu trabalho

na igreja da Penha já tinha seis anos e a gente já tinha uma mobilização bastante grande, especialmente de jovens, eu era jovem naquela época e então a igreja tinha uma incidência na vida do bairro e toda uma ação social bastante consequente, então ela passou a ser objeto de vigilância.

Então, com a minha prisão a comunidade resolveu se reunir todas as manhãs, todos os dias, porque, para o que nós chamamos no nosso jargão presbiteriano de “reunião de oração”. E a igreja que sempre estava vazia a noite, estava repleta às 6 horas da manhã. Todo mundo estava só porque todo mundo queria saber notícia do seu pastor, o que estava acontecendo e etc. E os próprios repressores e torturadores me comunicavam isso, né? O que estava acontecendo na igreja, que eles estavam acompanhando, talvez até tivesse que trazer alguém lá da igreja para ser interrogado também etc. e tal.

Bom, aí aconteceu um fato interessante, no nosso presbitério que já era conhecido como o Presbitério Rio-Norte, que pegava toda a região da Leopoldina, que seria a diocese, a região presbiteriana da região da Leopoldina, nós tínhamos um presbítero leigo que era oficial da Marinha, um contra-almirante, que era um “revolucionário” da primeira hora, de 64. Mas ele era um homem interessante porque apesar da sua posição política, era um sujeito sensível, gostava muito de teologia, tinha sido adido naval do Brasil na Europa e gostava muito de ler teologia e a gente travava longas conversas e isso muito antes da minha prisão. E ele tinha admiração por certos teólogos do pós-guerra europeus, então sobre isso a gente conversava e ele falava muito bem inglês, então eu mantive com ele um certo relacionamento, já pensando que quem sabe no futuro essas relações

poderiam ser de alguma serventia e de fato no meu caso acabaram sendo porque ele tomou ciência do fato, mandou um agente do Cenimar ir lá me interrogar, conversar comigo e aí me levaram para uma sala, muito bem mobiliada, foi uma conversa, digamos, de “alto nível”, né? E esse oficial queria saber das minhas ideias políticas e foi essa a conversa (...) depois de resolvido o problema do sequestro do embaixador, então o pessoal foi embora, eu fui removido para o DOPS e lá fiquei durante 10 ou 12 dias e finalmente fui libertado. (...)

Durante os 10 ou 12 dias que eu fiquei no DOPS, numa parte daquele complexo da polícia que foi demolido, ali na Rua da Relação, eu fiquei preso com mais uns 20 e poucos outros de várias organizações que estavam também para serem liberados. A estratégia naquele momento, segundo me disseram, era a seguinte: os indivíduos eram muito torturados, então depois, se não fossem assassinados ou condenados, deveriam ser soltos e passavam uma temporada no DOPS para se recuperar fisicamente e etc. Bom, e nós passarmos ali foi uma experiência humana muito profunda porque eu passei ali com eles de 10 a 12 dias e nós passamos juntos o dia todo, só éramos trancafiados na cela para dormir e durante o dia a gente podia conversar, jogar cartas, acho que discutir política (...) enfim, conviver.

Quando souberam da minha saída, primeiro havia um estranhamento muito grande porque eu era pastor e ninguém entendia direito o que era isso, hoje todo mundo sabe o que é pastor, né? Aquele cara que tira dinheiro dos pobres, né? Acho que todo mundo sabe, né? Mas naquele tempo não, naquele tempo pastor era uma figura um tanto quanto rara, você não tinha esse fenômeno pentecostal explodindo por todo lado, né? Muito

menos presbiteriano, uma palavra complicada, difícil, então tinha que explicar todos os detalhes, contar a história. Alguns não entendiam direito e me chamavam de padre e eu também não discutia não, apesar de eu ser casado, eu explicava para eles. Bom, quando souberam da minha saída, um grupo veio conversar comigo e me chamou em um canto e me disse o seguinte, “Olha, nós queríamos que o senhor fizesse uma missa” e eu disse “Mas como assim uma missa? Eu já expliquei para vocês eu não sou padre, o que é que você está entendendo disso?”, “Não, é que a gente queria ter uma comunhão”, ah bom, “Eu não tenho o menor problema, perspectiva ecumênica, tenho uma compreensão muito ampla a respeito de todos os símbolos da igreja, se vocês quiserem nós podemos fazer, não tem nenhum problema, mas desde que todos queiram participar. Porque se alguém for contra, tem que se pedir licença para quem for contra para ver se está de acordo, afinal nós estamos no mesmo espaço, não podemos constranger ninguém”. E aí fizeram uma conversa entre todos e eu junto naturalmente e ninguém foi contra, então pudemos fazer uma celebração da eucaristia que para mim foi celebração eucarística mais incrível, mais tocante, mais significativa em toda a minha vida de pastor. Nós fizemos a celebração com bolacha e café, porque não havia vinho e também não havia pão, só nos servia bolacha e tinha que ser naquele dia, porque segundo o delegado eu seria devolvido ao DOI-Codi no dia seguinte para ser libertado.

E foi o que aconteceu: no dia seguinte de manhãzinha me levaram no camburão de volta para o DOI-Codi e aí eu recebi um sermão de um dos chefões, de que eu deveria me comportar direito, de que eu não deveria permitir que a subversão ingressasse na igreja, de que eu procurasse o meu irmão, dissesse para ele abandonar as

armas senão ele seria morto etc. e tal. E me devolveram tudo que levaram da minha casa, todos os meus livros, todo o dinheiro, eu tinha acabado de receber o meu 4º salário no dia que eu fui preso, eu estava com o dinheiro em casa, me devolveram o dinheiro e me soltaram.

E eu fiquei durante uns oito meses tendo que comparecer toda semana para assinar o ponto e proibido de sair do Rio de Janeiro, e isso só terminou quando o meu irmão foi preso. Ele foi preso e aí me dispensaram (...) e eu não sabia que havia sido preso, né? Fiquei sabendo uma semana mais tarde, mas foi mais ou menos na mesma época, segundo as informações que eu pude levantar, me liberaram de comparecer na semana em que ele tinha sido preso. Isso trouxe sequelas muito profundas na minha família, meu pai nunca entendeu nada disso, era um homem muito simples do interior que morreu de paixão. Oficialmente ele morreu de enfisema, mas não foi de enfisema, porque em um mês ele ficou com a cabeça branca e morreu com 64 anos de idade, porque ele não entendia politicamente o que estava acontecendo, ele tinha uma visão política muito pobre da sociedade como a maioria, né? De pessoas da formação deles tem. O seu grande problema era a vergonha de ter tido os dois únicos filhos presos, isso para ele era insuportável, né? Não fazia distinção entre bandido, subversivo político, preso político, estar preso era uma mancha, e aí depois o que agravou é que no processo de busca do meu irmão, ele participou diretamente e se deu conta da sua impotência, de não poder fazer nada, então isso acabou com ele.

Ao mesmo tempo, a minha mãe cresceu, a minha mãe morreu com 90 anos e se tornou uma batalhadora, enfrentou a família toda que sempre a culpava por não ter educado direito os seus filhos, abandonou a igreja

porque a igreja também não lhe deu solidariedade, a igreja local no interior, e se tornou uma batalhadora. Participou de alguns encontros aqui no Rio, do grupo de familiares de desaparecidos políticos, ela veio aqui algumas vezes, fez algumas relações, depois foi para São Paulo, foi para Belo Horizonte, enfim, ela se tornou outra mulher, muito forte. Mostrou a fera que estava dentro dela sendo domesticada, e isso eu digo. E de certa maneira esse fato me separou da minha família maior, porque eu fui visto, eu e meu irmão, como subversivo e agora, depois de 30, 40 anos é que eu ganhei de novo o status de um membro normal da família, né? Porque antes eu era um pastor subversivo e alguém com ideias comunistas, enfim, foi muito difícil essa reconstrução. Por isso eu acho que o trabalho que a Comissão da Verdade está fazendo, ele vai ter consequências e por mais limitado que ele possa ser e nós vimos todos os problemas, os conflitos e as críticas etc. que estamos vendo ele vai ter uma repercussão muito grande nos próximos anos. Porque vai ajudar, ainda que ele não faça o que os outros países fizeram, vai ajudar de alguma forma na reconciliação de muita gente, reconciliação familiar feita em grupos, comunidades, que ainda não superaram esse momento trágico que dividiu a família brasileira.²³

(5) *Leonildo Silveira Campos*, seminarista da Igreja Presbiteriana Independente, foi preso por 15 dias nas dependências da Operação Bandeirantes (Oban) e no DOPS, em São Paulo, em 1969. Solto por falta de provas, foi tachado de subversivo e perdeu o emprego em um banco.

Estava no segundo ano da Faculdade de Teologia em 1969. A gente participava de passeatas. Em São Paulo tinha acabado de entrar em funcionamento a Oban (Operação Bandeirante). Eles tinham informações de

23 DIAS, Zwinglio Mota. *Depoimento à Comissão Nacional da Verdade*. 17 set. 2013.

que havia gente da Faculdade de Teologia envolvida com o (Carlos) Marighella em julho de 1969. Em agosto, eles acharam a ligação que procuravam: elo com Frei Betto, Frei Tito, a ala dos dominicanos. Eles atraem o Marighella e ele é assassinado. Quando eu fui preso, havia escrito uma carta para um colega de outra cidade e ele tinha envolvimento com pessoas que assaltavam bancos, mas não era gente ligada a subversão. Ele morava numa pensão quando prenderam seus colegas e, então, acharam minha carta, na qual eu falava que participava de passeatas e era seminarista. Por isso fiquei cerca de 15 dias preso. No quartel do Exército permaneci 10 dias e fiquei alguns dias no DOPS.²⁴

Tenho uma marca de queimadura no polegar e no indicador da mão esquerda produzida por descargas elétricas em sessões de tortura: “Enrolavam fios na nossa mão e descarregavam eletricidade” (...) Não esquece o modus operandi do pastor batista Roberto Pontuschka, capelão do Exército que à noite torturava os presos e de dia visitava celas distribuindo o “Novo Testamento”. (...) “Um dia bateram na cela: ‘Quem é o seminarista que está aqui?’”, conta ele, 21 anos à época. “De terno e gravata, ele se apresentou como capelão e disse que trazia uma “Bíblia” para eu ler para os comunistas f.d.p. e tentar converter alguém.” O capelão chegou a ser questionado por um encarcerado se não tinha vergonha de torturar e tentar evangelizar. Como resposta, o pastor batista afirmou, apontando para uma pistola debaixo do paletó:

24 CAMPOS, Leonildo S. Entrevista a Cíntia Tavares, *Diário do Grande ABC*, 26 nov. 2012. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/73671/professor-analisa-religiosos-na-ditadura?referencia=buscas-lista>. Acesso em: 29 jul. 2014.

“Para os que desejam se converter, eu tenho a palavra de Deus. Para quem não quiser, há outras alternativas.”²⁵

Prisão e tortura de líder camponês pentecostal²⁶

Manoel da Conceição, membro da Assembleia de Deus, líder camponês do Maranhão, integrou a Ação Popular (AP). Em 13 de julho de 1968, durante uma reunião na subsede do sindicato em Anajá, região de Pindaré-Mirim, policiais chegaram atirando; Conceição foi ferido à bala na perna direita e novamente preso. Depois de seis dias na cadeia, sem tratamento, parte da perna gangrenou e teve que ser amputada. À época, o governador do Maranhão pela UDN José Sarney ofereceu vantagens materiais para que ele se silenciase, mas Conceição recusou e lhe respondeu com uma frase que ficou famosa: “Minha perna é minha classe”.

Para reiniciar a caminhada, Manoel Conceição contou com apoio dos camponeses e dos seus companheiros da Ação Popular, que angariaram recursos garantindo o tratamento da perna e a colocação de uma prótese mecânica, em São Paulo, e retornou a Pindaré. No início da década de 1970, o governo militar intensificou a repressão contra os trabalhadores naquela região, centenas de pessoas foram presas, e no dia 2 de janeiro de 1972 prenderam Manoel Conceição, em Trufilândia, e o levaram para o Deops de São Luís (MA).

Em 24 de fevereiro, foi sequestrado por agentes do DOI-Codi e encaminhado ao Rio de Janeiro. Foi entregue ao Comando do I Exército e levado para o quartel da PE, no bairro da Tijuca. Logo que chegou à “antes-

25 Cf. CARDOSO, Rodrigo. Os Evangélicos e a Ditadura Militar. *Istoé Independente*, n. 2170, 10 jun. 2011. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR. Acesso em: 29 jul. 2014.

26 Este item toma por base o relato produzido por Otto Filgueiras para o site Repórter Brasil. FILGUEIRAS, Otto. “Minha perna é a minha classe”. *Repórter Brasil*, 31 jul. 2005. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/imprimir.php?id=397&escravo=0>. Acesso em: 29 jul. 2014.

sala do inferno”, nome que os próprios agentes davam ao lugar, a perna mecânica foi arrancada e, nu, foi colocado na “geladeira”, a solitária, onde era tratado literalmente a pão e água, entre sessões de interrogatório e torturas. Depois de conduzido a um hospital para ser medicado com antibióticos e tomar banho de gelo para espalhar o sangue coagulado no corpo, Conceição voltou ao quartel da PE, onde as torturas continuaram com a mesma brutalidade e prosseguiram no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), onde o “Dr. Cláudio” (codinome usado pelo inspetor Solemar de Moura Carneiro, especialista em interrogar militantes da AP) comandava as atrocidades.

Além das torturas convencionais com choque elétrico, pau-de-arara e espancamento, Conceição relata: “levantaram meus braços com cordas amarradas ao teto, colocaram meu pênis e os testículos em cima da mesa e com uma sovela fina de agulhas de costurar pano deram mais de trinta furadas. Depois bateram um prego no meu pênis e o deixaram durante horas pregado na mesa”. Após sete meses de tortura, incomunicável e desaparecido, o agricultor teve os cabelos e barbas cortados; foi levado para Fortaleza e deixado numa cela do quartel do Exército 5º BIS durante 15 dias até ser apresentado à Auditoria Militar, em setembro de 1972.

Manoel Conceição só saiu vivo da “antessala do inferno” graças à campanha feita no Brasil e no exterior pelos seus companheiros da AP que denunciaram a prisão. A Anistia Internacional mobilizou autoridades de vários países, incluindo as igrejas católicas e protestantes da Inglaterra, Suíça, Itália, França, Alemanha e Estados Unidos, que protestaram contra a prisão e desaparecimento do agricultor, enviando cartas ao ditador presidente general Emílio Garrastazu Médici.

Em maio de 1975, Conceição foi julgado na Auditoria Militar, em Fortaleza, e condenado a três anos de cadeia. Depois de libertado, foi acolhido pelo Arcebispo de Fortaleza dom Aloísio Lorscheider, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que providenciou sua viagem para São Paulo, onde o cardeal Dom

Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright o internaram no Hospital Santa Catarina. Devido à tortura, o agricultor urinava através de sonda e ficou impotente por anos. Depois de um mês de tratamento no hospital, ele foi para a casa do padre Domingos Barbé, em Osasco.

Mas na manhã de 28 de outubro de 1975, a casa foi invadida por policiais, que levaram Manoel para o Deops paulista, onde o jogaram numa fossa cúbica, não muito longe da sala de torturas, de onde escutava os gritos de outros presos e também ouvia nos pesadelos o eco dos próprios gritos. Além do espancamento e choques elétricos, Conceição era ameaçado por policiais do DOI-Codi, que avisaram: “Sua prisão não tem nada a ver com a Justiça, que foi incapaz de julgá-lo. O problema é nosso”.

As torturas só foram interrompidas quando Conceição recebeu a visita do advogado Mário Carvalho de Jesus, da Frente Nacional do Trabalho. Na ocasião, o Papa Dom Paulo VI enviou um telegrama ao general Ernesto Geisel, pedindo pela vida do agricultor e exigindo libertação. Em 11 de dezembro de 1975, Manoel foi finalmente solto e ficou sob a proteção da Anistia Internacional, que providenciou seu exílio em Genebra, na Suíça, para onde partiu em março de 1976.

Mortes e desaparecimentos

São sete os protestantes mortos ou desaparecidos em consequência das ações dos órgãos de repressão do regime militar. Os nomes apresentados a seguir foram identificados por meio de pesquisa no *Acervo da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos*²⁷ e nos registros da *Comissão de Familiares Mortos e Desaparecidos. Dossiê ditadura: Mortos*

27 Disponível em: <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/258>. Acesso em: 29 jul. 2014.

e *Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*.²⁸ Sobre os irmãos Daniel, Devanir e Joel José de Carvalho, foram ainda consultados o *Acervo do Centro de Memória Sindical*²⁹ e o *Acervo do Núcleo de Preservação da Memória Política*.³⁰ Vários deles foram perseguidos duplamente: pelo regime e por suas igrejas.

Os irmãos Carvalho

A família Carvalho, vinculada à Igreja Metodista, migrou de Muriaé (MG) para a região do ABC paulista na década de 1950 em busca de melhores condições de vida e de trabalho. O casal Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho se mudou com os seis filhos, Derly José, Devanir José, Joel José, Daniel José, Jairo José e Helena e chegou à região no início da instalação da indústria automobilística e transformou-se em operária.

Os irmãos Carvalho se engajaram ativamente no movimento sindical e passaram a militar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e em organizações de esquerda que lutaram contra a ditadura militar. A repressão, porém, foi implacável com essa família: apenas dois deles sobreviveram a ela – Derly e Jairo, que depois de presos e torturados foram exilados; Devanir foi morto sob tortura, e Daniel e Joel constam na lista dos desaparecidos políticos.

Daniel José de Carvalho, 29 anos, e *Joel José de Carvalho*, 26 anos, foram presos em 1969, processados por militância na Ala Vermelha. Foram banidos do país em janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em 7 de dezembro de 1970.

28 Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?i-d=313&m=3>. Acesso em: 29 jul. 2014.

29 Disponível em: http://www.memoriasindical.com.br/lermmais_materias.php?cd_materias=533#.U4fDNXLxqGc. Acesso em: 29 jul. 2014.

30 Disponível em: <http://www.nucleomemoria.org.br/textos/integra/id/3>. Acesso em: 29 jul. 2014.

Depois de se vincularem à VPR, eles foram para a Argentina e tentaram entrar clandestinamente no Brasil pela fronteira sul no dia 11 de julho de 1974, juntamente com quatro outros militantes da organização: o sapateiro José Lavechia (55 anos); o argentino Enrique Ernesto Ruggia, estudante de Veterinária em Buenos Aires (18 anos); Onofre Pinto, ex-sargento do Exército brasileiro (37 anos); e Vitor Carlos Ramos, escultor (30 anos). A operação era uma armadilha preparada por “cachorros” (militantes que haviam passado a trabalhar para a repressão). Desde então, Daniel, Joel e os outros quatro estão desaparecidos. Segundo denúncias do ex-sargento da Oban Marival Chaves, Daniel José de Carvalho desapareceu depois de operação do Exército em Medianeira (PR).

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos valeu-se de relatório do Ministério do Exército, de 1993, que apresenta os dados referentes a Daniel José Carvalho, e comprovou que realmente existia uma ligação direta entre os órgãos de repressão dos diversos países do Cone Sul, ainda antes de iniciada a chamada Operação Condor: “O Ministério das Relações Exteriores retransmitiu informações enviadas pelo governo argentino, confirmando o seu ingresso (de Daniel) naquele país em 03/10/1973, procedente do Chile, e radicando-se em 31/10/1973 na Província de Corrientes”.³¹ Esse mesmo documento informa a respeito de Daniel: “em 12/10/1973 seu nome constou de uma relação de brasileiros que se encontravam no Chile e solicitaram asilo político na Embaixada da Argentina, viajando para aquele país onde passaram a residir”.³² Relatório da Marinha não cita o nome de

31 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p 388-389.

32 *Idem*

Daniel, e o da Aeronáutica menciona que é dado como desaparecido na Argentina em 1973, não havendo dados que confirmem isso.

O terceiro irmão, *Devanir José de Carvalho*, foi morto pela ditadura aos 28 anos. Ele encontrou trabalho no ABC paulista quando a indústria automobilística se implantava naquela região. Ainda adolescente, tinha aprendido com o irmão mais velho o ofício de torneiro mecânico e desde então passou a trabalhar em empresas metalúrgicas de grande porte, como Villares e Toyota, em São Bernardo do Campo.

Em 1963, casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos. No mesmo ano, começou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando de greves, período de sua vinculação ao PCdoB. Após a deposição do presidente João Goulart, fugiu da repressão política ao se mudar com a família para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como motorista de táxi. Em 1967, rompeu com o PCdoB, acompanhando o grupo dissidente que deu origem à Ala Vermelha. Em 1969, liderou nova dissidência nesse grupo para constituir o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Consta em documento do DOPS, na certidão de óbito e no laudo do exame do IML/SP que ele morreu em 5 de abril de 1971, após ter recebido uma rajada de metralhadora quando chegou a uma residência da Rua Cruzeiro, no bairro Tremembé, em São Paulo. Segundo depoimentos de presos políticos que se encontravam detidos no mesmo período, Devanir foi preso na casa da Rua Cruzeiro e levado ao DOPS, onde teria permanecido por dois dias, torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, chegando a falecer.

Em processo judicial a que Devanir respondeu perante a Justiça Militar, advogados teriam visto uma foto do cadáver, não localizada posteriormente, com marca de perfuração de bala na altura do coração e inúmeros ferimentos em várias partes do corpo, principalmente na cabeça. O laudo da necropsia, assinado pelos médicos-legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, confirmou a versão de que o metalúrgico foi morto em tiroteio. Em seu voto na Comissão Especial de Mortos e

Desaparecidos Políticos, aprovado por unanimidade, o relator Nilmário Miranda se apoiou no depoimento prestado por Ivan Seixas:

Quando fui preso, em 16/04/1971, ouvi vários torturadores do DOI-Codi do II Exército contarem detalhes sobre a morte de ‘Henrique’, codinome de Devanir. Esses torturadores diziam que fariam comigo “o que Fleury fez com teu chefe, o Henrique”. Quando fui transferido para o DOPS/SP, ouvi de vários carcereiros e policiais que “teu chefe aguentou três dias de tortura e não falou nada” ... quando fui levado para interrogatório pelo torturador ‘Carlinhos Metralha’ (Carlos Alberto Augusto), ouvi dele que Devanir tinha sido preso ferido e torturado até a morte pelo delegado Fleury.³³

Heleny Telles Ferreira Guariba

Desaparecida aos 30 anos de idade, Heleny Guariba era membro da Igreja Metodista Central de São Paulo. Formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização em cultura grega. Recebeu bolsa de estudos do Consulado da França em São Paulo e especializou-se na Europa de 1965 a 1967. Fez inúmeros cursos, inclusive em Berlim, onde estudou sobre o teatrólogo Bertold Brecht e estagiou como assistente de direção. Ao voltar ao país, trabalhou em teatro e deu aulas na Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD). Foi contratada pela Prefeitura de Santo André para dirigir o grupo de teatro da cidade e ali desenvolveu inúmeros trabalhos culturais, montando uma peça de Molière com alunos das escolas municipais. Com o AI-5, seu trabalho foi interrompido, tendo ingressado na Aliança Francesa, em São Paulo,

33 BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 388-389, p. 155-156.

onde também montou e dirigiu peças de teatro, em francês. Foi casada com um colega na Faculdade de Filosofia, Ulisses Telles Guariba, que se tornou professor de História na USP, com quem teve dois filhos.

Tornou-se militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e foi presa em março de 1970, em Poços de Caldas (MG). Sofreu tortura na Operação Bandeirantes (DOI-Codi/SP) pelos capitães *Albernaz e Homero*. Ficou internada no Hospital Militar durante dois dias, em função de hemorragia provocada pelos espancamentos, depois foi transferida para o DOPS/SP e posteriormente para o Presídio Tiradentes. Foi assistida pelo advogado José Carlos Dias e solta em abril de 1971. Preparava-se para deixar o país quando foi novamente presa em julho de 1971 e desapareceu.

Apesar do silêncio e da negativa sistemática das autoridades, as provas acerca da prisão e desaparecimento de Heleny Guariba foram coletadas. Inês Etienne Romeu, em seu relatório de prisão, testemunhou que, durante o período em que esteve sequestrada no sítio clandestino em Petrópolis (RJ), conhecido como “Casa da Morte”, dentre outros desaparecidos ali estiveram, no mês de julho de 1971, Walter Ribeiro Novaes, Paulo de Tarso e uma moça, que acredita ser Heleny Guariba. Nessa casa, ela foi torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina.

Ivan Mota Dias

Desaparecido aos 29 anos de idade, Ivan Mota Dias era membro da Igreja Presbiteriana do Brasil. Coursou História na Universidade Federal Fluminense (UFF) e militava no movimento estudantil. Deu aulas no curso pré-vestibular da universidade. Terminaria sua graduação em dezembro de 1968, mas dois meses antes foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Recebeu *habeas corpus*, mas depois foi acusado de ligação com organizações revolucionárias e de envolvimento no roubo de um caminhão e condenado a oito anos de prisão

por ser integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e teve a prisão preventiva decretada. Passou a viver na clandestinidade, período em que fazia traduções e morava em um quarto alugado em uma pensão próxima da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Nessa época havia deixado o PCB e aderido à Vanguarda Popular Revolucionária.

A segunda prisão ocorreu no dia 15 de maio de 1971, no bairro de Laranjeiras, também no Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA); depois disso desapareceu. Alex Polari de Alverga, que estava preso na Base Aérea do Galeão, declarou ter ouvido o serviço de alto-falante da base anunciar a prisão de Ivan, conhecido como “Comandante Cabanos”. Inês Etienne Romeu, em seu relatório sobre o período em que ficou sequestrada na “Casa da Morte”, em Petrópolis, declara que o carcereiro a quem conhecia como “Dr. *Guilherme*” lhe afirmou que Ivan iria ser preso e, posteriormente, o mesmo agente lhe disse que Ivan tinha sido morto³⁴.

Informados, no mesmo dia, por telefonema anônimo, a respeito da prisão do filho, seus pais foram ao Rio de Janeiro para tentar localizá-lo em alguma dependência dos órgãos de segurança. Foram ao DOI-Codi, ao 1º Exército, à Aeronáutica, ao DOPS. Depois foram ao Exército em São Paulo e Belo Horizonte. Um *habeas corpus* requerido em 22 de junho foi negado. Recorreram à Igreja Presbiteriana, à Igreja Católica e ao Conselho Mundial de Igrejas. Tiveram ajuda do deputado Lysâneas Maciel e também do advogado Marcelo Cerqueira, que seria mais tarde deputado federal pelo Rio de Janeiro. Ivan Mota Dias nunca foi localizado.

34 A CNV apresentou um relatório de pesquisa específico sobre a “Casa da Morte” de Petrópolis, em 25/03/2014, em cerimônia no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. O conteúdo pode ser acessado no site da CNV em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/relat%C3%B3rios.html#RELATORIO3>. Acesso em: 1 maio 2022.

Juarez Guimarães de Brito

Nascido em Belo Horizonte, Juarez Guimarães de Brito foi morto aos 32 anos. Era evangélico ligado à Igreja Presbiteriana do Brasil. Passou parte da infância no Maranhão, onde seu pai, engenheiro, foi secretário de Agricultura. Na capital mineira, estudou no Colégio Batista e se formou em 1962 nos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi membro da Juventude Trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e atuou nos sindicatos de trabalhadores, assessorando e organizando cursos de história e oratória. Participou de várias mobilizações da época, como a greve dos mineiros de Nova Lima, contra a Hanna Corporation, e dos trabalhadores da Liga Camponesa de Três Marias.

Em 1963, foi trabalhar em Goiás como assessor e professor da universidade federal. Em 1964, mudou-se para Recife, onde exerceu funções na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Após a deposição do presidente João Goulart, Juarez foi preso e ficou cinco meses detido. Ao ser libertado, se transferiu para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar como sociólogo e pesquisador. Liderou o grupo dissidente da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) que, em julho de 1968, constituiu o Comando de Libertação Nacional (Colina), responsável por inúmeras ações armadas em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Após a fusão entre Colina e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmarensis (VAR-Palmares), Juarez foi um dos dirigentes da nova organização, acompanhado da esposa. Comandou a maior operação armada para obtenção de recursos financeiros ocorrida em todo o ciclo da guerrilha urbana: o roubo do cofre de uma amante do ex-governador paulista Adhemar de Barros, contendo 2,8 milhões de dólares.

Juarez Guimarães de Brito recorreu ao suicídio para não ser preso quando foi vítima de emboscada no Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1970. Ele estava acompanhado da esposa, a também integrante da VAR-Palmares, Maria do Carmo Brito, quando se dirigiam a um encontro com um militante na Lagoa Rodrigues de Freitas. Chegando ao local, na esquina da Rua General Tasso Fragoso com Rua Jardim Botânico, o carro em que estavam foi interceptado por um Volkswagen grená. Juarez seguiu dirigindo o veículo enquanto Maria do Carmo manejava uma pequena pistola. Os ocupantes do Volkswagen saíram do carro atirando contra os dois militantes. Quando se viu completamente cercado, Juarez, já baleado no braço e no abdômen, tirou a arma da mão da esposa e desferiu um tiro contra o próprio ouvido direito, cumprindo um pacto que tinha firmado com ela de não serem presos vivos. Maria do Carmo, porém, foi presa.

Matéria de capa da revista *Época* (n. 706, 28 nov. 2011) sob o título “Os infiltrados” traz duas reportagens sobre os conteúdos dos arquivos secretos da Marinha brasileira referentes à repressão nos anos da ditadura militar, obtidos com exclusividade naquele período pela publicação. Segundo o relato:

Uma caixinha de papelão do tamanho de um livro guardou por mais de três décadas uma valiosa coleção de segredos do regime militar implantado no Brasil em 1964. Escondidas por um militar anônimo, 2.326 páginas de documentos microfilmados daquele período foram preservadas intactas da destruição da memória ordenada pelos comandantes fardados. Os papéis copiados em minúsculos fotogramas fazem parte dos arquivos produzidos pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o serviço secreto da força naval. Ostentam as tarjas de “secretos” e “ultrasecretos”, níveis máximos para a classificação dos segredos de Estado e considerados de segurança nacional. Obtido com exclusividade por *ÉPOCA*,

o material inédito possui grande importância histórica por manter intactos registros oficiais feitos pelos militares na época em que os fatos ocorreram. Para os brasileiros, trata-se de uma oportunidade rara de conhecer o que se passou no submundo do aparato repressivo estruturado pelas Forças Armadas depois da tomada do poder em 1964. Muitos dos mistérios desvendados pelos documentos se referem a alguns dos maiores tabus cultivados pelos envolvidos no enfrentamento entre o governo militar e as organizações de esquerda.³⁵

A reportagem “Os infiltrados da ditadura” relata a atuação de informantes do Cenimar no combate às organizações políticas opositoras ao regime. Ao descrever a história do agente Manoel Antonio Mendes Rodrigues, codinome Luciano, que se infiltrou em várias organizações, um dos exemplos é o caso do cerco a Juarez Guimarães de Brito na Lagoa Rodrigo de Freitas. A ação foi resultante de informações sobre as atividades de Juarez, espionado pelo Cenimar, transmitidas pelo agente Luciano ao órgão da Marinha.³⁶

Paulo Stuart Wright

Paulo Stuart Wright, desaparecido aos 40 anos de idade, era evangélico da Igreja Presbiteriana do Brasil, filho de missionários norte-americanos. Nascido em Joaçaba (SC), foi para os Estados Unidos cursar Sociologia e Política. Tinha preocupações com as condições de trabalho dos operários, o que o levou a trabalhar na construção civil em Los Angeles durante as férias, e lá também fundou um grupo contrário à discriminação racial. Cursava doutorado em Sociologia quando, como cidadão americano, foi convocado para a guerra da Coreia. Não

35 ROCHA, Leonel. Os arquivos secretos da Marinha. *Época*, 706, 28 nov. 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/11/os-arquivos-secretos-da-marinha.html>. Acesso em: 29 jul. 2014.

36 *Idem*.

se alistou e resolveu deixar os Estados Unidos, quando passou a ser procurado pelo FBI.

De volta ao Brasil, em 1956, trabalhou como torneiro mecânico em São Paulo e em Santa Catarina. Em 1960, se tornou secretário regional da Uceb e no mesmo ano assumiu uma secretaria municipal em Joaçaba, terra natal. Foi o primeiro candidato protestante à prefeitura da cidade, em 1960, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); perdeu por 11 votos. Foi chamado para dirigir a Imprensa Oficial do Estado. Mudou-se para Florianópolis, onde se dedicou a organizar os pescadores numa rede de cooperativas para se livrarem dos atravessadores. Em 1962, foi fundada a Fecopesca, com 27 cooperativas associadas; nesse mesmo ano, foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP). Em 1963, participou da criação da Ação Popular (AP), formada por militantes jovens oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), União Cristã de Estudantes do Brasil e Associação Cristã dos Acadêmicos.

Paulo Stuart Wright passou a lidar com forte oposição na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tendo chegado a sofrer um atentado planejado pelo seu suplente. Depois de abril de 1964, a Assembleia Legislativa catarinense acabou cassando seu mandato por “falta de decoro parlamentar” (já que não usava gravata e paletó). Asilou-se no México, de onde voltou clandestinamente um ano depois. Começou então sua militância como dirigente da Ação Popular. Foi submetido a vários processos na Justiça Militar e recebeu algumas condenações.

De acordo com documentos dos órgãos de segurança, Paulo Stuart Wright foi o representante oficial da AP na reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em Havana em agosto de 1967. Teria recebido treinamento militar tanto naquele país quanto em Pequim de onde teria retornado para viver na de forma clandestina.

Nos primeiros dias de setembro de 1973, ele foi sequestrado e levado ao DOI-Codi/SP. Segundo informações de Osvaldo Rocha,

dentista e militante da Aliança Popular Marxista Leninista (APML) na ocasião do desaparecimento de Paulo, ambos estavam juntos em um trem que ia de São Paulo a Mauá, na Grande São Paulo. Nessa ocasião, ao terem percebido que eram seguidos por agentes da repressão política, Osvaldo desembarcou do trem em primeiro lugar e Paulo combinou que desceria em outro ponto.

Ao chegar à sua residência, localizada em São Paulo, Osvaldo foi preso por policiais e em seguida conduzido às dependências do DOI-Codi, onde foi despido e passou a ser torturado violentamente. Nessa oportunidade, viu no chão a mesma blusa que Paulo usava havia pouco quando estavam no trem. Foram impetrados *habeas corpus* pelo advogado José Carlos Dias em favor de Paulo Stuart Wright e de Pedro João Tinn, nome falso usado por ele nos documentos pessoais. Inúmeras iniciativas foram feitas visando à sua localização. A primeira foi a ida do seu irmão, Jaime Wright, acompanhado do coronel Teodoro Pupo, ao DOI-Codi, onde falaram com um sargento que demonstrava muito nervosismo. Após essa conversa, o sargento foi ver alguma coisa lá dentro, voltando meia hora depois e informando que não havia ninguém com o nome de Paulo Stuart Wright. O advogado José Carlos Dias, que pertenceu à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, também apresentou declarações de uma testemunha que esteve com Paulo Wright na sala de identificação do DOI-Codi/SP, Maria Diva de Farias.

Documentos que integram o *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, registram: (a) depoimento prestado, em 15/10/90, por Delora Jan Wright, sobrinha de Paulo Stuart, à Comissão Justiça e Paz de São Paulo, que contém informações prestadas por outras pessoas que afirmam que Paulo esteve preso no DOI-Codi e foi torturado; (b) parte do complemento do Boletim Informativo n. 1/78, do Serviço de Polícia do III Exército, traz lista de pessoas que constam em processos, e nela aparece o nome de Paulo Stuart Wright e a informação de que é falecido; (c) documento do arquivo do DOPS/

PR, Certidão da Divisão de Segurança e Informações, da Polícia Civil do Paraná, para a Comissão Especial de Investigação das Ossadas encontradas no Cemitério de Perus, de 24 de setembro de 1991, certifica que a ficha de Paulo Stuart Wright foi encontrada no arquivo do DOPS em gaveta com a identificação “Falecidos”.

Expulsões e exílio

Expulsões de missionários

O caso Frederick Birten Morris

O pastor da Igreja Metodista Unida nos Estados Unidos Frederick Birten Morris chegou ao Brasil para atuar como missionário na Igreja Metodista no país em 12 de janeiro de 1964, acompanhado de esposa e filha. Por quatro anos atuou no pastoreio em paróquias no Estado do Rio de Janeiro (Teresópolis, Petrópolis e capital), quando nasceu seu segundo filho em 1966. Dois anos mais tarde, regressou aos Estados Unidos para estudos e retornou ao Brasil em 1970, a convite da Igreja Metodista brasileira, para atuar nas cidades de Recife e Olinda a fim de organizar e dirigir o Centro Comunitário Metodista, no bairro de Caixa d'Água (Olinda), e colaborar com o arcebispo católico D. Hélder Câmara em atividades ecumênicas. Morris foi ainda contratado, em 1972, pela Universidade Federal de Pernambuco para oferecer um curso no programa de mestrado sobre Urbanização no Brasil.

Após viver um processo de divórcio, decidiu permanecer no Brasil e licenciar-se do pastorado em 1973 para evitar incompatibilidades com a igreja brasileira. Buscou trabalho secular como gerente da empresa Concretos Blocos do Nordeste S/A, além de colaborar como correspondente da revista *Time* e da agência de notícias *Associated Press*. Ainda assim, mantinha vínculos com o trabalho do centro comunitário em Olinda e com as atividades ecumênicas.

O envolvimento com causas comunitárias e com o movimento ecumênico levou o missionário a um engajamento político, apoiando segmentos da luta clandestina, entre eles o PC do B, tendo cultivado amizade com o militante Alanir Cardoso (codinome Luis Soares de Lima) desde o ano de 1972. Em 1973, cedeu sua casa na Praia de Tamararé para uma reunião do partido, passando a ser pessoa visada pelo serviço de inteligência do 4º Exército. Isso foi reforçado em 1974 quando foi publicada matéria na revista *Time* sobre D. Helder Câmara, intitulada “O pastor dos pobres”, com destaque para as ações do arcebispo de denúncia de práticas de tortura e assassinato pelas forças de segurança no Brasil.

Os militares assumiram que a reportagem era de Frederick Morris, por isso ele foi chamado a depor por três vezes pelo chefe da Seção G-2 (inteligência) do 4º Exército Coronel Ney Armando Meziat e a responder sobre seu relacionamento com D. Helder Câmara, *Time* e *Associated Press*. Frederick Morris relata: “Na terceira (vez), eles eram mais simpáticos e até me deram um cafezinho. Me disseram que se eu ‘evitasse más companhias’ (leia-se: Dom Hélder), e deixava (sic) de fazer besteiras, como jornalismo, eu poderia ficar tranquilo”.³⁷

A prisão

Por volta de 10 horas da manhã de 30 de setembro de 1974, Frederick Morris saiu de sua residência, à Rua Vicente Meira, nº 146, apartamento 302, no bairro do Espinheiro, Recife, acompanhado por Alanir Cardoso. No momento em que se encontrava na calçada do prédio para abrir a porta de seu veículo (uma Belina de cor verde, placa BP 0650), foi surpreendido e cercado por cerca de 12 homens ostensivamente armados, que se diziam da polícia, e em movimen-

37 MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26 set. 2008.

to rápido imobilizaram Morris e Cardoso. Os dois foram algemados, empurrados para dentro de um veículo onde foram encapuzados e obrigados a se deitar no chão sob os pés dos agentes policiais. Depois de muitas voltas, o carro chegou à sede do 4º Exército no centro de Recife, onde Frederick Morris foi colocado em uma cela. Depois de 20 a 30 minutos, o missionário foi levado a uma sala para interrogatório sobre o qual declarou:

Fui jogado de um lado a outro por uns 3 a 5 homens que gritavam insultos e começaram a golpear-me. Calculo que o quarto era de uns 4 por 5 ou 6 metros. Gritaram a me (sic), me chamando de *filho da puta* para baixo e querendo saber aonde eu ia com Alanir. Eu desconheci este nome e assim disse. Outro golpe. Daí eu disse: “Eu sou cidadão dos EUA. Quero ver meu Cônsul”. A resposta a esta foi o primeiro chute nos testículos, que me colocou no chão. Logo me levantaram e continuaram a gritar até recebi outro chute, que produziu o mesmo resultado do primeiro.

Esse baile continuou por uns 15 minutos ou mais e de repente parou. A maioria dos homens saíram (sic). Eu escutei um cara caminhando na sala, cantando baixinho para ele mesmo, e logo escutei água enchendo um balde. Aí, tive um grande susto de medo, pois pensei que ia me afogar, pois sabia que eles gostaram (sic) de fazer isto. Mas não era isto. Ele simplesmente chegou a mim com a água e a jogou nas minhas pernas e pés, molhando todo o chão em volta. Logo ele chegou com uns eletrodos. Um ele segurou no dedo grande do meu pé direito. O outro ele colocou no bico do meu peito direito com uma pinça que até cortou a pele. Daí ele andou, cantando baixinho para ele mesmo e escutei ele puxar uma cadeira e sentar.

Logo ele começou a repetir as mesmas perguntas de antes, mas agora minhas respostas produziram choques

elétricos. Os primeiros choques era (sic) leves, mas logo aumentou a força até que me jogou no chão. Já que minhas mãos estavam algemadas por detrás, não podia me proteger da caída (sic) e o golpe era bem dura (sic). Logo ele me mandou levantar, dando-me choques leves para me empuxar (sic). Uma vez em pé de novo, mais perguntas, mais choques até que eu caísse de novo.

As perguntas eram sobre Luis. Onde ia levá-lo? Onde estava ele hospedado? Eu disse que ia deixá-lo no centro e depois ele ia a minha casa para almoçar. Não sabia onde ele estava hospedado. Mais choques, cada vez aumentando a intensidade. A dor era insuportável. Pensei que ia desmaiar. Depois de talvez 20 minutos, eu estava quase paralisada (sic) de dor e medo e susto. Senti que não estava mais aí, quase como se fosse fora do meu corpo observando. Para minha grande surpresa, assim a dor não me afetava tanto.

Quando eles perceberam isto, param tudo, me levaram de volta a minha cela e me penduram com as algemas na própria porta. Aí fiquei por 15 a 20 minutos até estava mais ou menos recuperado. Vieram por mim de novo e repetimos todo (sic).

Assim foi o dia. Choque elétrico e golpes até que não estava mais aí, recuperar um pouco e repetir. Umaz vezes colocaram o eletrodo no meu pênis em vez do peito.

Na tardinha, me levaram a outra sala de tortura e me colocaram numa cadeira com braços. Amarraram meus braços e pernas na cadeira com faixas de couro, colocaram os eletrodos de novo, esta vez um no pé e outro na orelha. Estes choques foram os piores. Minha cabeça ficou cheia de luz, quase como relâmpago e pelo menos uma vez desmaiei.

Quando me (sic) acordei, trouxeram Luis. Mandaram ele me dizer seu nome verdadeiro. Ele disse: “Fred, me desculpe que você está nesta comigo. Meu nome é Alanir Cardoso, não Luis”. Aí, disseram a ele que iam me torturar até que ele contava (sic) onde estava hospedado. Veio um choque incrível que me obrigou a berrar com toda força. Alanir me perguntou: “Fred, você quer que eu conte?”. Outro choque. “Fred?” Eu respondi: “Se puder”, querendo dentro de mim que não contava, mas não aguentando a dor. Mais choque. Esta dança continuou por uns 15 a 20 minutos, mas terminou sem ele contar.³⁸

Numa segunda sessão de tortura, o torturador *Luis Miranda Filho*, agente policial da SSP-PE, levantou o capuz de Frederick Morris e revelou seu rosto.

A certa altura, o chefe de meus inquisidores iniciou uma longa campanha emocional contra Dom Hélder Câmara, dizendo que ele era um traidor da pátria por viajar por todo o mundo denunciando a tortura no Brasil. Essa inusitada instrução foi entrecortada por meus gritos, devido às descargas elétricas que ele aumentava e diminuía sucessivamente. Mais tarde, um dos meus torturadores se abaixou no chão em minha frente e levantou o capuz, para que eu pudesse ver o seu rosto, e gritou, “Eu sou *foda!* Se você não cooperar, eu vou lhe matar!” Esse rosto, só vim saber depois, era o de Luis Miranda Filho, um homem claramente orgulhoso por seu papel na defesa da cultura cristã no Brasil, estando disposto a matar por essa causa. Então, ele saiu da sala, para rapidamente voltar acompanhado pelo Major Maia, que era o chefe da ope-

38 MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26 set. 2008; Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Requerimento de Anistia 2002.01.12443, autuado em 20 nov. 2002.

ração de tortura no Quarto Exército, mas isso só depois eu tomaria conhecimento. Miranda anunciou que eles iam, naquele instante, trazer Luis (Alanir Cardoso) para dentro da sala. Eles queriam que eu perguntasse a ele o seu endereço. Disseram que ele era um *puto*, sem valor, comunista *filho da puta* e que eles queriam o endereço dele para agarrar o resto de seu grupo. Se eu cooperasse com eles eu seria solto, mas se eu não o fizesse, seria torturado até que Alanir abrisse o jogo.³⁹

Após as seguidas sessões de tortura, Frederick Morris foi levado para uma cela onde ficou pendurado na porta pelas algemas. O missionário relata:

Assim passei a noite, sem poder dormir, pois cada vez que cochilei, as algemas cortaram meus pulsos e a dor me despertou (...) no terceiro dia, na quarta-feira de noite, o Major Maia, chefe da sala de tortura, chegou na minha cela e disse que eles estavam pensando que talvez eu não era tão mal como pensavam e que talvez eu era agente da CIA. Se eu confessasse de ser (sic) agente da CIA, eles poderiam me ‘reabilitar’ e eu poderia reassumir minha vida como antes. Eu respondi dizendo que já estava com problemas demais com o Exército brasileiro e se um dia sáísse eu não queria confrontar a CIA. Foi nesta ocasião que o Major Maia se vangloriou me dizendo que era graduado da Escola das Américas em Panamá, lugar onde o Exército dos EUA treinava militares de todas as Américas a fazer o que ele estava fazendo comigo “para salvar a civilização cristã do Comunismo”. Este processo continuou por quatro dias e noites.⁴⁰

39 *Idem*.

40 MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26 set. 2008.

Essas informações são confirmadas pelo testemunho de Alanir Cardoso, por meio de declaração assinada, de 17 de maio de 2001, que compõe o conjunto de documentos do requerimento de anistia de Frederick Morris encaminhado ao Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, em 2002. Nesse documento, Alanir Cardoso registra o nome completo de três dos torturadores: o coronel Ney Armando Meziat, chefe da II Seção do IV Exército; o major Augusto Fernandes Maia, chefe do DOI-Codi, que teria recebido treinamento para tortura do Exército dos Estados Unidos; e o agente policial Luis Miranda, que não hesitou em mostrar o rosto numa das sessões de agressão física.⁴¹

Na tarde do quarto dia, 3 de outubro de 1974, Frederick Morris recebeu a visita do cônsul dos Estados Unidos em Recife Richard Brown. Inicialmente, o governo brasileiro havia se negado a dar informações sobre o paradeiro dele. A embaixada norte-americana havia começado a buscar informações a seu respeito com as autoridades brasileiras no dia 1 de outubro. Após descobrir que o missionário se encontrava sob custódia no quartel em Recife, o cônsul pediu para vê-lo, o que foi negado, mesmo tendo citado a Convenção de Viena (1963), da qual o Brasil é signatário, que dá direito a funcionários consulares visitarem um cidadão do seu país que esteja preso ou detido onde o consulado está sediado a fim de garantir o seu bem-estar. O chanceler foi autorizado a ver Morris apenas no dia 3 de outubro, quando o Major Maia informou ao preso sobre a visita. O missionário relata:

Depois de banhar-me (a primeiro (sic) vez em quatro dias), eles me colocaram num (sic) Kombi com as janelas blindadas e me levaram a um quartel de comunicações em Jaboatão. Obviamente não queriam que o Cônsul soubesse que estava no próprio Quartel Geral do Quarto Exército. (...) O cônsul Richard Brown en-

41 Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Requerimento de Anistia 2002.01.12443, atuado em 20 nov. 2002.

trou acompanhado pelo Coronel chefe do quartel de Jaboatão. (...) O Cônsul, que no (sic) conheci antes, começou me perguntando se eu estava sendo bem tratado. Eles haviam me advertido que ia voltar para eles depois do encontro com ele e então eu não deveria falar algo fora de ordem. Então eu disse, que estava tudo bem, mas piscando meu olho para Mr. Brown. Ele captou imediatamente a situação e disse, para o Coronel e as gravadoras, que se algo indevido passasse comigo os responsáveis pagariam muito caro. Cabeças iam arrolar, creio que foi a expressão que ele uso (sic). Então, eu lhe contei tudo, com luxo de detalhes. Ele sacou um caderno e tomou notas de tudo que eu disse. Depois ele perguntou se eu tinha alguns sinais no meu corpo do que sofri. Eu tirei a camisa para mostrar as escoriações nas costas, e nos pulsos onde as algemas me cortaram. O pulso esquerda (sic) estava bem inflamada e não tinha sentido em nenhuma das mãos. Depois, baixei as calças para mostrar as enormes hematomas roxas nas nádegas causadas pelas muitas caídas provocadas pelos choques. Até o Coronel estava impressionado.⁴²

Frederick Morris foi conduzido de volta à sede do 4º Exército onde ficou preso até o dia 14 de outubro, quando foi transferido para um quartel de Olinda, ali permanecendo por 24 horas. Depois da visita do cônsul não houve mais torturas. Em 15 de outubro, foi levado ao seu apartamento a fim de arrumar uma mala e depois à Polícia Federal no Recife, onde dormiu no chão. Às 8 horas da manhã do dia seguinte, Morris foi encaminhado ao Aeroporto dos Guararapes para um voo em direção ao Rio de Janeiro, acompanhado por um agente armado da Polícia Federal que tinha cópia de documento assinado pelo Presidente

42 MORRIS, Frederick Birten. Declaração à Comissão de Anistia do Ministério de Justiça do Governo do Brasil. Brasília/CNBB, Auditório Dom Hélder Câmara, 26 set. 2008.

da República General Ernesto Geisel que expulsava o missionário do país como uma “uma pessoa nociva aos interesses nacionais”. O missionário passou o dia 16 de outubro em uma cela da Polícia Federal e às 21h30 foi levado ao Aeroporto do Galeão, onde embarcou em um voo para Nova York. Frederick Morris estava expulso do Brasil.

O processo de expulsão

Em 9 de outubro de 1974, nove dias depois da prisão de Frederick Morris, o Ministro da Justiça Armando Falcão submeteu ao Presidente Geisel o projeto de decreto de expulsão do missionário, por meio do documento GM/0442 que dizia:

1. Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto de expulsão do estrangeiro Frederick Birten Morris, de nacionalidade norte-americana, filho de Hughes Bentley Morris e de Ruth Clark Morris, nascido em 30 de outubro de 1933 em Oklahoma, Estados Unidos da América, chegado ao Brasil em 12 de janeiro de 1964.

2. O referido alienígena, residente no Estado de Pernambuco, está ligado a elementos, já identificados, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), envolvendo-se em atividades subversivas.

3. Preso e ouvido pelos órgãos de segurança daquele Estado, tornou-se o mesmo passível de expulsão, nos termos dos artigos 100 e 108, parágrafo único, do Decreto número 66.689 de 11 de junho de 1970, que dispõem:

“Art. 100 – É passível de expulsão o estrangeiro que, por qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou a moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento

o torne nocivo ou perigoso à conveniência e aos interesses nacionais”.

“Art. 108 – Em se tratando de procedimento contra a segurança nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como no caso de desrespeito à proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, a expulsão poderá ser feita mediante investigação sumária, que não poderá exceder o prazo de 5 (cinco) dias, dentro do qual fica assegurado ao expulsando o direito de defesa.

Parágrafo único – Nos casos deste artigo, dispensar-se-á a investigação sumária quando o estrangeiro houver prestado depoimento em inquérito policial militar ou administrativo, no qual se apure haja ele se tornado passível de expulsão”.

4. Tendo sido comprovado tratar-se de elemento nocivo, perigoso e, portanto, indesejável, opino pela expulsão de Frederick Birten Morris do território-nacional nos termos da legislação citada.

5. Vossa Excelência, entretanto, como único juiz da conveniência e oportunidade da medida, nos termos do artigo 102 do referido Decreto nº 66.689, de 1970, decidirá como julgar mais acertado. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de profundo respeito.

(a) Armando Falcão, Ministro da Justiça.

Uma nota oficial do Ministério da Justiça distribuída à imprensa no dia seguinte e publicada nos principais jornais do país desmentia as denúncias de tortura sofridas por Frederick Morris em Recife feitas pelo cônsul Richard Brown por meio do laudo de uma equipe de cinco médicos; além disso, apresentava o perfil subversivo do missionário.

Segundo o comunicado, Morris atuava com os codinomes Jorge ou Padre Nando e tinha em sua casa um completo laboratório, com o qual preparava farto material que, distribuído no exterior, procurava infamar a imagem do Brasil. A nota informava ainda que ele confeccionava cartões falsos de porte de arma e redigia artigos para publicações em panfletos subversivos.

O texto destacava também que em todos os depoimentos de militantes da Ação Popular Marxista Leninista, Morris era citado como simpatizante e colaborador de organizações comunistas e elemento de ligação do Partido Comunista com religiosos e estrangeiros, tendo cedido sua residência, perto de Recife, para reuniões subversivas. O comunicado dizia que haviam sido encontrados na casa vários documentos reveladores de sua colaboração com os meios subversivos, incluindo um “roteiro de pesquisa”, a ser desenvolvido na área do Grande Recife, com muitos detalhes e abrangendo todos os setores, até mesmo o militar, designado pelo título “Situação do Inimigo”.⁴³

O Decreto de Expulsão assinado pelo Presidente da República Ernesto Geisel foi publicado no *Diário Oficial da União* em 14 de outubro de 1974, com o seguinte texto:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 102 do Decreto n. 66 689, de 17 de junho de 1970,

RESOLVE expulsar do território brasileiro, na conformidade dos artigos 100 e 108, parágrafo único, do Decreto n. 66 689, de 11 de junho de 1970, FREDERICK BIRTEN MORRIS, filho de Hughes Bentley Morris e de Ruth Clark Morris, nascido em Oklahoma, Estados Unidos da América, aos 30 de outubro de 1933, e residente no Estado de Pernambuco.

43 O *Globo*, 11 out. 1974; *Correio Brasiliense*, 15 out. 1974.

Brasília, 14 de outubro de 1974, 153° da Independência e 86° da República.

Ernesto Geisel.

Somente no dia 25 de outubro de 1974 a Divisão de Comunicações do Ministério da Justiça, em correspondência com o registro DJ/586/701, subscrita pelo chefe do Departamento Consular e Jurídico, comunicou ao diretor-geral que o Ministério das Relações Exteriores enviou circular às missões diplomáticas e repartições consulares no Brasil comunicando a expulsão. Frederick Morris não foi julgado, não lhe foi concedido o direito de defesa, sofreu agressões físicas e foi expulso do país mesmo sendo pai de filho brasileiro dependente, Jonathan Blake Morris, nascido em Teresópolis, em 18 de fevereiro de 1966, o que arbitrariamente contrariava o Decreto-Lei n. 941, de 13 de outubro de 1969, sobre a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, que no artigo 74, inciso II, garantia: “Art. 74. Não será expulso o estrangeiro que tiver: (...) II – Filho brasileiro dependente da economia paterna”.

Como referido em item anterior desta obra, uma nota oficial do Ministério da Justiça distribuída à imprensa no dia seguinte, 10 de outubro, e publicada nos principais jornais do País, desmentia as denúncias de tortura sofridas por Frederick Morris em Recife, feitas pelo cônsul Richard Brown, por meio do laudo de uma equipe de cinco médicos, e apresentava o perfil subversivo do missionário.⁴⁴

A Igreja Metodista no Brasil silenciou sobre o caso e não se manifestou publicamente interna ou externamente. Somente em 2008, quando do julgamento do caso pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, ela se pronunciou. Em carta remetida àquela Comissão, o Bispo Presidente do Colégio Episcopal registrou o pedido de perdão ao Rev. Frederick Birten Morris pela injustiça cometida contra ele como Igreja e como país.

44 Jornais *O Globo*, 11 out. 1974; *Correio Braziliense*, 15 out. 1974.

O caso Brady Tyson⁴⁵

Brady Tyson foi designado missionário da Igreja Metodista para o Brasil em 1962, acompanhado da esposa e de cinco filhos. Trabalhou como pastor em três pequenas congregações e foi também capelão da Comunidade Universitária em São Paulo. Logo se envolveu com o movimento ecumênico estudantil, a União Cristã de Estudantes do Brasil, e procurou estabelecer pontes entre organizações progressistas católicas e protestantes no país.

Além das atividades no ministério da Igreja Metodista para jovens, lecionou na Escola de Sociologia e Política em São Paulo, o que o fez frequentar o cerne da vida intelectual e política da cidade. A casa onde morava se tornou ponto de encontro de jovens acadêmicos norte-americanos que vinham estudar no Brasil, assim como para jovens ativistas religiosos progressistas.

Em 1965, o Diretório Acadêmico da Escola de Filosofia, Ciências Sociais e Literatura de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, convidou Brady Tyson para fazer uma conferência sobre a situação política na América Latina. Os organizadores estudantis pediram que ele focalizasse especialmente a invasão da República Dominicana pelos norte-americanos e as relações de Washington com Cuba. Embora criticasse certos aspectos da política externa norte-americana, o missionário continuou a pautar seus argumentos no contexto da ala liberal do Partido Democrata, assim como faziam os latino-americanistas que haviam assinado a declaração publicada no *New York Times* sobre a intervenção de Johnson na ilha do Caribe. Ao mesmo tempo, Tyson não hesitou em se identificar como esquerdista que acreditava em ação direta não violenta – reflexo de seu envolvimento com a organização pacifista *Fellowship of Reconciliation*

45 Este tópico se baseia no relato do caso produzido por James Green em: GREEN, James. *Apesar de vocês*. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 44, 106-108.

(Confraria da Reconciliação) e de seu apoio ao movimento pelos direitos civis liderado por Martin Luther King Jr.

Em 29 de dezembro desse mesmo ano, o Ministério da Justiça convocou Brady Tyson a comparecer em sua repartição em São Paulo e lhe informou que deveria sair do país imediatamente ou seria expulso pelo governo brasileiro. Os documentos nos arquivos da polícia política (DOPS) não fornecem detalhes dos “delitos políticos” que lhe valeram a partida forçada do Brasil, mas a polícia registrou a “natureza extremista” de sua conferência em São José do Rio Preto. Temendo permanecer no Brasil para ser julgado e que a mulher e os cinco filhos viessem a passar graves dificuldades, ele conseguiu obter uma prorrogação de três meses, a fim de colocar suas coisas em ordem, e partiu em março de 1966.

Em carta a amigos, parentes e membros da Igreja, ele e Jean, sua mulher, explicaram a decisão de sair do Brasil: “No clima de suspeita e traição decorrente da sistemática repressão por parte do governo, era inevitável que nós, assim como muitos de nossos amigos, acabássemos sendo vítimas de intimidação. A estreita relação de Brady com professores e estudantes universitários brasileiros inevitavelmente o tornou alvo de suspeita pelo atual governo militar”.

Tyson encontrou trabalho como professor de ciência política no Colégio Southampton, da Universidade de Long Island. No ano seguinte, ingressou como docente na *American University*, em Washington. Sua posição naquela instituição e suas credenciais acadêmicas lhe permitiram utilizar contra o regime militar os conhecimentos especializados que tinha sobre o Brasil em campanha de denúncias das torturas e contra o apoio político, econômico e militar do governo dos Estados Unidos à ditadura brasileira desenvolvida por ativistas de direitos humanos naquele país.

Expulsões e autoexílios (fuga)

Entre os protestantes perseguidos e presos pela ditadura militar, há três casos de expulsão (deportação): os irmãos Derly, Daniel e Joel José de Carvalho foram banidos em janeiro de 1971, depois de saírem da prisão em troca do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, sequestrado em 7 de dezembro de 1970 pela VPR. Daniel e Joel tentaram retornar ao Brasil, mas foram presos e desapareceram, conforme já relatado.

Um extenso número de situações diz respeito a exilados, pessoas ligadas às igrejas protestantes no Brasil que, por conta da perseguição e da experiência de prisão e tortura, em muitas circunstâncias, são forçadas a deixar o país. Estava em questão a preservação da vida, mas, como diz Anivaldo Padilha, um dos exilados da Igreja Metodista: “Era uma mudança de frente de luta. Quem se exilou estava mudando de campo de batalha”⁴⁶.

Foram exilados os seguintes evangélicos:

- Ana Maria Ramos Estevão, leiga metodista, 1973, França
- Anivaldo Padilha, leigo metodista, 1971, Chile, Estados Unidos e Suíça
- Apolo Heringer Lisboa, leigo presbiteriano, 1973, Chile
- Clara Amélia Evangelista, 1970, Chile e Canadá
- Claudius Ceccon, leigo metodista, 1970, Suíça
- Domingos Alves de Lima, leigo metodista, 1970, Chile e Canadá
- Eber Fernandes Ferrer, pastor presbiteriano, 1970, Suíça
- Jovelino Ramos, pastor presbiteriano, 1968, Estados Unidos

46 PADILHA, Anivaldo. Requerimento à Comissão de Anistia – Ministério da Justiça. Processo no. 2010.01.67160, julgado e deferido em 22 de maio de 2012. Arquivo pessoal de Anivaldo Padilha; GREEN, James. *Apesar de vocês*. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 485.

- Manoel da Conceição, leigo da Assembleia de Deus, 1976, Suíça
- Noracy Ruiz de Souza, leiga presbiteriana, 1968, Estados Unidos
- Paulo José Krischke, leigo episcopal anglicano, 1970, Chile e Canadá
- Paulo Stuart Wright, leigo presbiteriano, 1964, México (este foi o único que voltou ao Brasil à época, mas foi preso e se tornou desaparecido)
- Rubem César Fernandes, leigo presbiteriano, 1963, Estados Unidos e Polônia
- Zwinglio Mota Dias, pastor presbiteriano, 1971, Uruguai

Indicações Conclusivas

As igrejas cristãs deixaram marcas na memória da ditadura militar brasileira. Seja pela colaboração das cúpulas e de algumas lideranças, clérigas e leigas – por meio de apoio explícito, cauteloso, pelo silêncio e pela omissão –, seja pela resistência de lideranças, clérigas e leigas, na oposição ao regime, na defesa dos direitos humanos e na solidariedade com vítimas e suas famílias. Entre os católico-romanos, a participação na Ação Católica, a formulação da teologia da libertação, a criação das pastorais sociais e a emergência das Comunidades Eclesiais de Base foram fundamentais para respaldar e estimular todo o engajamento em prol da justiça e do direito. Os protestantes, motivados predominantemente pela inserção no movimento ecumênico no Brasil e no exterior, também construíram uma base teológica e prática que tornou possível a militância contra o regime de exceção. O Estado brasileiro esteve atento a essa postura e não isentou esses cristãos de perseguições; ao contrário, considerava-os inimigos da segurança nacional. Isso explica as graves violações dos direitos humanos que lhes foram impostas na forma de prisão arbitrária, tortura, expulsões e banimentos que levaram vários deles ao desaparecimento e à morte.

Entre as vítimas cristãs, destacam-se estudantes e trabalhadores do campo e operários das cidades por conta do engajamento em movimentos relacionados a esses segmentos, como relatado no quarto capítulo desta obra. Importa ressaltar uma constatação das/os pesquisadoras/es: o significativo grupo de mulheres entre as vítimas, que experimentaram as atrocidades impostas de forma intensificada. Sofriam

como seres humanos, como os demais cristãos comprometidos com a justiça e o direito, mas padeceram também como mulheres, afetadas de maneira singular pelo regime repressivo.

Quem eram essas mulheres? Uma leitura atenta do texto-base produzido pelo GT “Papel das Igrejas durante a ditadura”, da CNV, revela que eram católicas e evangélicas, das cidades, do campo e das aldeias indígenas, leigas e religiosas, atuantes com a juventude e com adultos como educadoras, agentes de saúde, missionárias, trabalhadoras, sindicalistas, que desejavam ser tratadas com dignidade. Ou também simplesmente enfrentavam a pobreza e as dificuldades da periferia das cidades, do campo com seus conflitos sobre a terra, das aldeias indígenas onde estavam as missões, muitas vezes sem preocupação com disputas políticas ou com a implantação do “comunismo”. Por isso podem ser vistas apenas como cristãs que procuravam responder de forma concreta à sua compreensão de fê como um sentido da vida que deveria dar uma resposta à realidade. Tornaram-se protagonistas de igrejas abertas à vida e suas demandas, com consciência sociopolítica.

O tratamento que recebiam nas prisões era degradante: sem condições de higiene, saúde, muitas delas grávidas ou carregando seus bebês, além dos abusos sexuais infringidos da parte de agentes da repressão e seus superiores. As religiosas católicas, particularmente, foram duplamente violadas: por sua condição de mulheres e de cristãs comprometidas com a castidade. Muitas de todas essas mulheres perseguidas não constam neste relatório, pois são anônimas: a vergonha e os traumas da violência sofrida as impediram de denunciar, de se evidenciar.

À medida que se tenta tirar conclusões dos dados apresentados neste texto, gera-se a noção de que parece um processo sem fim. Os relatos, seus desdobramentos e nuances revelam que o sofrimento provocado pelas ações da ditadura militar em nome da “segurança nacional” é muito maior do que é possível expressar em palavras. Por isso também se reconhece que os dados sobre as graves violações de direitos

perpetradas contra as pessoas das igrejas, clérigas e leigas, lideranças ou simples fiéis, não estão aqui esgotados e carecem de mais investigação.

Importa reafirmar que o que este livro procura deixar nítido é que qualquer processo que intente reconstruir a memória e a verdade sobre esse momento da história do Brasil, em busca de justiça, não pode deixar de se atentar para o papel das igrejas e das tantas cristãs e cristãos que empenharam suas vidas em favor da justiça e do direito no período.

Glossário

Ação Libertadora Nacional (ALN)

Movimento criado em 1968, em São Paulo, a partir da dissidência de membros do PCB, que discordavam da orientação do partido contrária ao uso da luta armada para combater a ditadura e para instaurar um governo popular revolucionário. Seus principais expoentes foram Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva. Uma das principais características da ação da ALN durante a ditadura foi a deflagração da guerrilha urbana, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, com assaltos a bancos para obtenção de fundos para a luta. Foi responsável, juntamente com outras organizações, de dois sequestros de embaixadores – norte-americano e alemão – em 1969 e 1971, respectivamente, quando em troca foi pedida a libertação de presos políticos (15 na primeira operação e 44 na segunda). Com o recrudescimento da ditadura e o assassinato de seus líderes, a organização foi dizimada já no início da década de 1970.¹

Ação Popular (AP)

Organização política de âmbito nacional, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. Integrada basicamente

¹ Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-libertadora-nacional-aln>

por membros da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC), seu objetivo era formar quadros que pudessem “participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo”. O primeiro coordenador nacional foi Herbert José de Sousa, e seu principal ideólogo, o padre Henrique Vaz. Juntamente com as demais organizações de esquerda, a AP sofreu os efeitos da repressão policial-militar intensificada durante os anos 1972-1973, tendo sido a maioria dos membros de sua direção morta e vários de seus militantes detidos.²

Ato Institucional nº 5 (AI-5)

Trata-se do quinto ato, dentre os 17 baixados pelo governo militar no período de 1964 a 1969 que visavam dar legitimidade às ações políticas do regime ditatorial. Foi emitido em dezembro de 1968 e representou o recrudescimento das ações antidemocráticas, tais como: fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas dos estados e cassação de parlamentares; censura prévia aos meios de comunicação e à cultura em todas as suas manifestações; ilegalidade de reuniões de cunho político não previamente autorizadas; e intensificação da perseguição aos opositores do regime com a prática de tortura e morte.

Comando de Libertação Nacional (Colina)

Organização política revolucionária criada em 1967 por dissidentes mineiros do movimento Política Operária (Polop). Era composta, em sua maioria, por jovens estudantes universitários. Defendia a ação armada como meio de luta contra a ditadura no Brasil e tinha como objetivo posterior a criação do partido revolucionário da classe operária. Após divergências internas, fundiu-se com outros grupos e movimentos do Sul do país e da Bahia, formando uma nova organização

2 Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>

denominada Vanguarda Armada Revolucionária, a (VAR)-Palmares. A ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff foi um de seus membros.

Conselho Mundial de Igrejas (CMI)

Organização criada em 1948, no período pós-Segunda Guerra Mundial, de caráter ecumênico e que reúne mais de 350 igrejas cristãs (ortodoxas, anglicanas, reformadas, metodistas, batistas etc.) em todo o mundo, agregando cerca de 580 milhões de cristãos. A sede é em Genebra, na Suíça. A Igreja Católica Apostólica Romana não é membro do Conselho, porém mantém diálogo constante em pautas comuns. Caracterizado pelo objetivo da unidade visível das igrejas cristãs em seu testemunho ao mundo, se pauta por forte atuação na luta dos direitos humanos em todos os continentes, pelo diálogo e a cooperação inter-religiosos, além de uma agenda também voltada para as preocupações e urgências do meio ambiente e os impactos socioeconômicos da desigualdade e da exclusão.³

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic)

Gestado nos anos 1970 e estabelecido em 1982 nos anos finais da ditadura militar, tem como principais objetivos a promoção das relações ecumênicas entre as igrejas na defesa dos direitos humanos e o fortalecimento do diálogo inter-religioso. Atualmente fazem parte do organismo a Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e a Aliança de Batistas do Brasil. A Igreja Metodista participou de sua criação, mas não integra mais o conselho desde 2006.⁴

3 Fonte: <https://www.oikoumene.org/>

4 Fonte: <https://www.conic.org.br/portal/>

Departamento de Ordem Política e Social (Dops)

Polícia política mais antiga do país, atuando entre 1924 e 1983. Teve papel de destaque durante o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar, sendo um conhecido centro de repressão e tortura que operava também na instauração de inquéritos e produção de informações sobre setores vigiados da sociedade. Em São Paulo, o antigo Armazém Central da Estrada de Ferro Sorocabana, um amplo edifício construído em 1914 por Ramos de Azevedo, foi sede do Deops entre 1942 e 1983, passando a ser conhecido como “Prédio do Deops”. Ali estiveram detidos e submetidos à tortura muitos militantes políticos. Nas décadas de 1980-1990, o prédio ficou parcialmente abandonado, mas desde 2009 funciona, no térreo, o Memorial da Resistência de São Paulo, instituição cultural dedicada aos direitos humanos por meio da preservação e musealização das memórias da resistência e da repressão política do Brasil republicano.⁵

Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi)

Criado pelo General Emílio Garrastazu Médici (terceiro presidente do regime ditatorial) em 1970, teve o objetivo de reproduzir em todo o país a estrutura de perseguição, violência e tortura criada pela Operação Bandeirantes (Oban). Esses órgãos eram subordinados ao Ministério do Exército e foram responsáveis pela aniquilação dos principais partidos e movimentos de esquerda que combatiam o regime ditatorial militar.

Ecumenismo

Princípio teológico cristão que enfatiza a unidade em torno do cuidado com a *oikoumene*, termo grego que significa casa comum ou

5 Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/deops-sp/>

toda a terra habitada. Desenvolveu-se a partir da necessidade de cristãos superarem disputas que resultaram em ações violentas ao longo da História e, neste processo, se configurou em três dimensões: a unidade cristã, a partir do reconhecimento do escândalo histórico das divisões e de uma preocupação em construir perspectivas missionárias ecumênicas; a promoção da vida, firmada nos ideais utópicos de uma sociedade justa e solidária e na compreensão que eles podem reger a organização da sociedade integrando todos os de ‘boa vontade’; e o diálogo e a cooperação inter-religiosos, na busca incessante da superação dos conflitos, da paz e da comunhão justa dos povos.

Evangelho Social

Movimento religioso que emergiu no final do século 19, nos Estados Unidos, especialmente nos estados do norte, mas com reflexos também nos do sul, configurado na procura de respostas práticas e teológicas às demandas sociais dos processos de industrialização e de urbanização crescentes. O movimento – mais tarde intitulado Social Gospel – reuniu representantes de diversas denominações protestantes. A proposta do Evangelho Social, cuja expressão de maior destaque é o teólogo batista Walter Rauschenbusch (1861-1918), se baseava nas ideias a favor de uma presença pública das igrejas focada no desenvolvimento do bem comum, na promoção da cidadania e nos direitos das classes operárias urbanas e rurais. Nas igrejas evangélicas tradicionais no Brasil, como as metodistas, batistas, presbiterianas, congregacionais e luteranas, se encontram ecos do Evangelho Social trazidos por missionários estadunidenses que se identificavam com esta teologia. Alguns representam formas mais organizadas de trabalho social ou de formulação de credos e programas teológicos, outras apenas inspiração e/ou compartilhamento de perspectivas para ações de solidariedade e promoção humana.

Fundamentalismo

O fundamentalismo é um movimento religioso nascido entre protestantes calvinistas nos Estados Unidos no início do século XX. É uma radicalização do conservadorismo, com o objetivo de preservar o tradicional, interpretado como os fundamentos da fé cristã que estariam sob ameaça de novas formas de pensamento desenvolvidas a partir do Iluminismo. Caracterizou-se, porém, menos pela afirmação dessa identidade clássica do que pela recusa do liberalismo teológico: mais pela reação do que por uma ação. Cresceu na Europa e, especialmente, nos Estados Unidos. Resumidamente, suas bases são: inerrância bíblica; cristocentrismo absoluto da mensagem cristã; anti-intelectualismo; e expectativa pelo fim do mundo.

Operação Bandeirantes (Oban)

Aparelho do Estado criado em 1969 após o AI-5 com o objetivo de centralizar as ações de investigação, perseguição, tortura e morte aos opositores do regime, sejam como grupos, sejam como movimentos, sejam como indivíduos. A operação era integrada pelas Forças Armadas, pelas Polícias Federal e estaduais, Civil e Militar, bem como por muitas empresas e empresários nacionais e multinacionais que lhe davam suporte logístico e financeiro. Sua sede foi estabelecida na cidade de São Paulo, no bairro do Paraíso (Rua Tutoia), e ficou conhecida como um centro de tortura, amplamente citada nos depoimentos dos presos políticos.

Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop)

Organização de orientação marxista formada em 1961 e constituída basicamente de intelectuais e estudantes do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, cujo principal objetivo era criar condições para o surgimento de um partido revolucionário da classe operária.

Caracterizava-se pela contestação da hegemonia do PCB na ideologia das esquerdas no Brasil. Entre 1964 e 1970 foi sendo enfraquecido devido à presença de membros infiltrados pelos órgãos de repressão e também à dissidência de muitos líderes que vieram a formar outras organizações no período.

Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Partido político fundado em 1922, cujo objetivo principal era promover a revolução proletária no país e conquistar o poder político para a realização da passagem do sistema capitalista para o socialista. Seu líder mais destacado foi Luís Carlos Prestes, falecido em 1990. Atuou na ilegalidade durante alguns períodos da política brasileira no século XX e durante a ditadura militar (de 1966 a 1979), quando eram permitidos apenas dois partidos políticos (Arena e MDB). Em 1962, devido a cisões internas de cunho ideológico e de estratégia política, dissidentes criaram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e posteriormente diversas organizações de esquerda que defendiam a luta armada foram estabelecidas a partir do quadro de dissidentes do partido. Em 1973/1974, quando a maioria dessas organizações foi dizimada pelas forças de repressão do regime ditatorial, o PCB foi alvo de fortíssima repressão, e 10 dos 20 membros do seu comitê central foram presos e assassinados.⁶

Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Partido político fundado em fevereiro de 1962 a partir de dissidências internas no PCB. Alinhado com o Partido Comunista da China (linha maoísta), foi responsável pela criação da Guerrilha do Araguaia no final da década de 1960 e início dos anos 1970 (movimento guerrilheiro da região amazônica brasileira, ao longo do Rio Araguaia e que era composto por aproximadamente 80 combatentes) com o objetivo

6 Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>

de combater a ditadura militar e iniciar uma revolução socialista a partir do campo, com base na experiência da revolução chinesa.

Pentecostalismo

Movimento religioso consolidado nos Estados Unidos no início do século 20, constituído por variados e numeroso grupos, intensamente diversificado, com boa parte de seus integrantes oriunda das camadas pobres da sociedade, com crenças e práticas de fervor religioso efusivo e extático e de caráter pneumático, isto é, marcado pela ênfase no agir do Espírito, com intenso compromisso com a vivência eclesial e com forte ênfase evangelística. Entre as diferentes ênfases doutrinárias, é possível identificar um núcleo central da fé pentecostal, que pode ser descrito a partir de quatro elementos expressos na crença em “Jesus que salva, cura, batiza com o Espírito Santo e que breve retornará”. No início dos anos 1900 chegou ao Brasil, onde, com toda a diversidade que caracteriza os pentecostalismos, se destacam as igrejas Assembleias de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Deus é Amor, Igreja Internacional da Graça, Renascer em Cristo, ao lado de diversas comunidades autônomas, especialmente no campo popular.

Protestantismo

Termo que designa o conjunto das igrejas cristãs com raízes diretas ou indiretas com a Reforma Protestante do século 16. Na América Latina, o termo protestante não é tão comum na designação dos adeptos e de suas igrejas, mas sim, evangélicos. Em linhas gerais, o protestantismo no Brasil, estabelecido no século 19, reúne diferentes grupos religiosos, como (i) os chamados “de imigração” como os luteranos e anglicanos, (ii) os “de missão” como os batistas, presbiterianos, metodistas, congregacionais, e (iii) os pentecostais, como Assembleias de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Deus é Amor, Igreja Internacional da Graça entre outras diversas expressões.

Puritanismo

Tendência cultural-religiosa inspirada por movimentos protestantes na Europa e transportada para os Estados Unidos com a colonização inglesa no século XVI. Os puritanos, grandes estudiosos da Bíblia e teologicamente calvinistas, reivindicavam reformas na Igreja, especialmente na Anglicana, uma vez que o movimento se fortaleceu mais na Inglaterra. Eles defendiam: a) a não adoção, no culto na Igreja Anglicana, de “vestimentas e aparatos cerimoniais que tinham sido conservados da velha ordem medieval”; b) a forma de governo presbiteriana – sem bispos e mais congregacionista; e c) disciplina severa para clérigos e leigos “cuja conduta moral não satisfazia aos padrões elevados do modelo genebrino” (calvinista).

Serviço Nacional de Informações (SNI)

Órgão da Presidência da República criado em 13 de junho de 1964 pela Lei n. 4.341 com a finalidade de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contrainformação, em particular aquelas de interesse para a então denominada “segurança nacional”, que representava, de fato, a contenção das oposições ao governo militar. Caracterizava-se por ser uma peça do sistema nacional de informações, integrado ainda pelos sistemas setoriais de informações dos ministérios civis e militares e pelo sistema de informações estratégicas militares. As Forças Armadas possuíam também seus serviços de informações, a saber, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações do Exército (Ciex) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa). Além destes, dedicavam-se aos serviços de informações os departamentos de ordem política e social das secretarias de Segurança dos estados e do Departamento de Polícia Federal.⁷

7 Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)

Organização criada em 1969 pela fusão do Comando de Libertação Nacional (composto basicamente de estudantes universitários) e da Vanguarda Popular Revolucionária, dentre outras da Bahia e do sul do país. Teve pouco tempo de atuação devido às divergências entre seus membros quanto às estratégias a serem usadas na luta contra a ditadura militar. Muitos retornaram à VPR, outros foram presos ou mortos pelos órgãos de repressão do regime.

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Organização político-militar criada em 1968 por dissidentes da Polop e por ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Composta em sua maioria por estudantes e ex-militares, aderiu à luta armada contra a ditadura militar; teve como um dos principais expoentes o então capitão do exército Carlos Lamarca, que liderou o sequestro do embaixador suíço no Rio de Janeiro, em 1970, em troca da libertação de 70 presos políticos. Foi localizado e morto no interior da Bahia em 1971, quando já havia se desvinculado da organização. A VPR foi praticamente dizimada em 1973.

Vítimas e violadores de direitos citados neste livro

Mortos e desaparecidos (os nomes são listados como aparecem no relatório da CNV)

NOME	VINCULAÇÃO	PAGINAÇÃO
Daniel José de Carvalho	Jovem metodista militante da Ala Vermelha e depois vinculado à VPR	p. 189
Devanir José de Carvalho	Jovem metodista, sindicalista (Sindicato dos Metalúrgicos do Grande ABC)	p. 190
Joel José de Carvalho	Jovem metodista militante da Ala Vermelha e depois vinculado à VPR	p. 188
Heleny Telles Ferreira Guariba	Jovem metodista, filósofa e educadora. Integrou a VPR	p. 192
Ivan Mota Dias	Presbiteriano, filiado ao PCB e depois à VPR	p. 194
Juarez Guimarães de Brito	Leigo, ligado à Igreja Presbiteriana do Brasil	p. 195
Paulo Stuart Wright	Jovem da Igreja Presbiteriana do Brasil, foi deputado estadual em Santa Catarina e um dos dirigentes nacionais da Ação Popular	p. 198

Outras vítimas (os nomes são listados como aparecem no relatório da CNV)

NOME	VINCULAÇÃO	PAGINAÇÃO
Ana Maria Ramos Estevão	Jovem metodista de SP, integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN)	p. 163
Anivaldo Pereira Padilha	Jovem metodista, liderança da juventude da igreja e do movimento ecumênico; vinculado à Ação Popular	p. 156
Celso Cardoso da Silva	Jovem metodista de SP, ligado à Ação Popular	p. 163
Derly José de Carvalho	Jovem metodista; depois deixou a igreja para se envolver na política	p. 167
Fernando Cardoso da Silva	Jovem metodista de SP, ligado à Ação Popular	p. 159
Frederick Birten Morris	Clérigo missionário metodista dos Estados Unidos que atuou em prol de causas comunitárias e ecumênicas	p. 199
Idinaura Aparecida Marques	Jovem da Igreja Metodista de SP, ligada à ALN	p. 164
Leonildo Silveira Campos	Seminarista da Igreja Presbiteriana Independente	p. 184
Manoel da Conceição	Membro da Assembleia de Deus, líder camponês do Maranhão, integrou a Ação Popular (AP)	p. 186
Renato Godinho Navarro	Jovem metodista de Belo Horizonte (MG) ligado à AP	p. 164
Waldo César	leigo da Igreja Presbiteriana do Brasil, diretor de Igreja e Sociedade-Brasil, um dos fundadores do Centro Ecumênico de Informação, editor da revista <i>Paz e Terra</i> .	p. 175
Zwinglio Mota Dias	Pastor presbiteriano	p. 177

Torturadores (os nomes são listados como aparecem nos documentos da CNV)

NOME	VINCULAÇÃO	PAGINAÇÃO
Baeta	Oban-SP	p. 160
Capitão Albernaz	Chefe de Equipe – Oban-SP	p. 158
Capitão Coutinho	Polícia Militar/Corpo de Bombeiros – Oban	p. 159
Capitão Gaeta	(citado por Ana Maria Ramos Estevão, que a torturou)	p. 163
Capitão Homero	Oban – DOI-Codi/SP	p. 192
Carlos Alberto Augusto (Carlinhos Metralha)	(citado por Ivan Seixas, como torturador do DOPS/SP)	p. 191
Carlos Alberto Brilhante Ustra	Chefe do DOI-Codi do II Exército de 1970 a 1974	p. 71
Coronel Ney Armando Meziat	Chefe da II Seção do IV Exército	p. 205
“Dr. Cláudio” (codinome usado pelo inspetor Solemar de Moura Carneiro)	Especialista em interrogar militantes da AP	p. 186
Luis Miranda Filho	Agente policial da SSP-PE	p. 203
Major Augusto Fernandes Maia	Chefe do DOI-Codi	p. 205
Paulo Bexiguento	Oban-SP	p. 159
Roberto Pontuschka Filho	Capitão do Exército, serviu no DOI-Codi (Oban) e atuou como capelão, de 1969 a 1970. Foi nomeado, em 1971, auditor da 2ª Circunscrição da Justiça Militar.	p. 69, p. 184
Sérgio Paranhos Fleury	Delegado - DOPS/SP	p. 190

Delatores e colaboradores da repressão

NOME	VINCULAÇÃO	PAGINAÇÃO
Isaías Sucasas	Bispo metodista	p.71
Israel Furtado Gueiros	Pastor líder da Igreja Presbiteriana Fundamentalista de Pernambuco	p.51
José Sucasas Jr.	Pastor metodista	p.71
José Walter Faustini	Tenente-coronel, leigo da Igreja Presbiteriana Independente, nomeado pelo Ministério do Exército para o Serviço Nacional de Informações em 1968	p.69
Messias Amaral dos Santos	Pastor metodista com ligações com os militares; foi capelão da Academia Militar das Agulhas Negras nos anos 1960	p.71
Nome não informado nos documentos de segurança	Vice-presidente da Comuna Evangélica de Curitiba	p.78
Renato Guimarães	Oficial do Exército, líder da Igreja Presbiteriana do Brasil, “delator voluntário”	p.76

Alameda nas redes sociais:

Site: www.alamedaeditorial.com.br

[Facebook.com/alamedaeditorial/](https://www.facebook.com/alamedaeditorial/)

[Twitter.com/editoraalameda](https://twitter.com/editoraalameda)

[Instagram.com/editora_alameda/](https://www.instagram.com/editora_alameda/)

Esta obra foi impressa em São Paulo no inverno de 2022. No texto foi utilizada a fonte Bembo Std em corpo 11,5 e entrelinha de 15,0 pontos.

Este livro analisa o contexto das igrejas evangélicas na ditadura militar no Brasil. Ele é resultado das atividades de pesquisa concretizadas na coleta de dezenas de depoimentos de vítimas, de testemunhas e de pessoas relacionadas ao contexto das igrejas; consulta a acervos públicos como os dos Departamentos Estaduais de Ordem Pública e Social (Deops), o Arquivo Nacional, o projeto Brasil: Nunca Mais, bem como em arquivos privados, exame de trabalhos acadêmicos e a apreciação de enorme gama de livros, artigos científicos e matérias em jornais e revistas. A obra realça os abusos do poder político e eclesiástico e as formas de resistência cristã na busca da justiça e da paz.

